



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

THAYSA GABRIELLA GONÇALVES

**ESTRATÉGIAS DE REFERENCIAÇÃO NA CONSTRUÇÃO  
DOS SENTIDOS:  
A OPERAÇÃO LAVA JATO NA PERSPECTIVA DE O GLOBO  
E G1**

---

Londrina  
2022

THAYSA GABRIELLA GONÇALVES

**ESTRATÉGIAS DE REFERENCIAÇÃO NA CONSTRUÇÃO  
DOS SENTIDOS:  
A OPERAÇÃO LAVA JATO NA PERSPECTIVA DE *O GLOBO  
E G1***

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Isabel Cristina Cordeiro

Londrina  
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Gonçalves, Thaysa Gabriella.

ESTRATÉGIAS DE REFERENCIAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS  
: A OPERAÇÃO LAVA JATO NA PERSPECTIVA DE O GLOBO E G1 /  
Thaysa Gabriella Gonçalves. - Londrina, 2022.  
139 f.

Orientador: ISABEL CRISTINA CORDEIRO.

Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2022.

Inclui bibliografia.

1. Coesão - Tese. 2. Referenciação - Tese. 3. (Re)categorização - Tese. 4. Operação Lava Jato - Tese. I. CORDEIRO, ISABEL CRISTINA. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. III. Título.

CDU 8

THAYSA GABRIELLA GONÇALVES

**ESTRATÉGIAS DE REFERENCIAÇÃO NA CONSTRUÇÃO  
DOS SENTIDOS:**  
A OPERAÇÃO LAVA JATO NA PERSPECTIVA DE *O GLOBO  
E G1*

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Orientadora Dr.<sup>a</sup> Isabel Cristina  
Cordeiro  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lolyane Cristina Guerreiro de  
Oliveira  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof. Dr. Givan José Ferreira dos Santos  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
- UTFPR

Londrina, 27 de junho de 2022.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por tudo o que pude realizar até aqui.

Aos meus pais, Sidnei e Silvia, que fizeram e fazem por mim muito além do que eu poderia desejar e mesmo merecer.

Aos meus irmãos, Maria Eduarda e Pedro Henrique, pelos momentos de companheirismo, direto e indireto, fundamental em minha vida.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Isabel Cristina Cordeiro, companheira paciente e insubstituível ao longo de todo o constante auxílio e orientação para que meu trabalho pudesse ser realizado com eficiência.

Aos professores membros da banca examinadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lolyane Cristina Guerreiro de Oliveira, sempre querida e prestativa em toda imensa e constante colaboração para a realização desta pesquisa e para minha formação, e Prof. Dr. Givan José Ferreira dos Santos, por todo suporte e incentivo durante o percurso.

A todos amigos que, constantemente, fizeram-se presentes durante todo esse caminho.

Aos colegas de curso, os quais foram presentes nas discussões instigantes e em todo o caminho de estudo.

Aos professores que contribuíram, direta e indiretamente, para que me mantivesse firme na pesquisa.

**É possível contar um monte de mentiras  
dizendo só a verdade.**  
(Folha de S. Paulo, 1987)

## RESUMO

GONÇALVES, Thaysa Gabriella. **Estratégias de referenciação na construção dos sentidos**: a Operação Lava Jato na perspectiva de *O Globo* e *G1*. 2022. 139. Dissertação de Mestrado em Estudos da Linguagem – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

A construção discursiva realiza-se por meio do sistema linguístico, que é regido por princípios que possibilitam a execução da língua a fim de estabelecer a comunicação. Os falantes realizam-na por meio do uso de realidade (mundo), da língua e de conceitos. Dessa forma, no presente trabalho, focamos na construção discursiva na perspectiva da Linguística Textual, averiguando a ocorrência e a influência da coesão referencial no processo comunicativo. Assim, objetivamos analisar o funcionamento de expressões nominais anafóricas e seu(s) reflexo(s) na construção de sentido por meio da análise de quatro matérias, duas retiradas do jornal *O Globo* e outras duas, do portal de notícias *online G1*, todas possuindo como temática a Operação Lava Jato. Compreendemos que o referente constitui-se pela prática social, considerando o caráter sociocognitivo e discursivo da referenciação; nesse sentido, segundo Koch (2002), a referenciação constitui uma atividade discursiva. Logo, a realidade é construída, mantida e alterada não somente pela forma como nomeamos o mundo, mas pela forma como sociocognitivamente interagimos com ele. Assim, admite-se que os objetos do discurso são dinâmicos: podem ser modificados, desativados, recategorizados. Com isso, nosso estudo evidenciou que o processo de referenciação é basilar na construção dos sentidos do texto, portanto constatamos que os objetos de discurso se transformam ao longo do texto, conforme os propósitos argumentativos do produtor. Para esse estudo, recorremos a estudiosos e pesquisadores da Linguística Textual como Cavalcante (2021), Koch (2015, 2017, 2018, 2020), Marcuschi (2012, 2020), Mondada e Dubois (2019), entre outros.

**Palavras-chave:** Coesão. Referenciação. (Re)categorização. Operação Lava Jato. Expressão nominal.

## ABSTRACT

GONÇALVES, Thaysa Gabriella. **Referencing strategies in the construction of meanings**: Operation Car Wash from the perspective of O Globo and G1. 2022. 139. Dissertação de Mestrado em Estudos da Linguagem – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

The discursive construction takes place through the language system, which is governed by principles that enable the execution of language in order to establish communication. The speakers perform it through the use of reality (world), language and concepts. In this way, in the present work, we focus on discursive construction from the perspective of Textual Linguistics, investigating the occurrence and influence of referential cohesion in the communicative process. Thus, we aimed to analyze the functioning of anaphoric nominal expressions and their reflection(s) in the construction of meaning through the analysis of four stories, two taken from O Globo (The Globe) newspaper and other two from the online news portal G1, all themed Operation Car Wash. We understand that the referent is constituted by social practice, considering the sociocognitive and discursive character of referencing; in this sense, according to Koch (2002), referencing constitutes a discursive activity. Thus, reality is constructed, maintained and changed not only by the way we name the world, but also by the way we sociocognitively interact with it. Thus, it is admitted that the objects of discourse are dynamic: they can be modified, deactivated, recategorized. Thus, our study showed that the process of referencing is basic in the construction of the meanings of the text, so we found that the objects of discourse are transformed throughout the text, according to the argumentative purposes of the producer. For this study, we resorted to scholars and researchers of Textual Linguistics such as Cavalcante (2021), Koch (2015, 2017, 2018, 2020), Marcuschi (2012, 2020), Mondada and Dubois (2019), among others.

**Keywords:** Cohesion. Referencing. (Re)categorization. Operation Car Wash. Nominal expression.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 A LINGUÍSTICA TEXTUAL E OS RECURSOS COESIVOS</b> .....	16
1.1 <b>Coesão sequencial e a progressão textual</b> .....	20
1.2 <b>A coesão referencial – estratégias de estruturação e retomada de referentes</b> .....	27
1.2.1 Recursos referenciais e o processo de referenciação – a manutenção de expressões nominais .....	32
1.3 <b>A (re)categorização do referente e a (re)ativação da memória</b> .....	36
1.3.1 Referenciação anafórica e as expressões nominais definidas e indefinidas .....	38
1.3.2 Anáfora indireta: uma estratégia referencial .....	41
<b>2 A OPERAÇÃO LAVA JATO: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, ORIGEM E FASES</b> .....	46
2.1 <b>Da primeira à septuagésima nona fase – a operação entre 2014 e 2021</b> .....	49
2.1.1 De Operação Lava Jato à Operação Juízo Final, as sete fases iniciais de 2014 .....	49
2.1.2 Da oitava à vigésima primeira fase, o intenso ano de 2015 .....	51
2.1.3 Da vigésima segunda à trigésima sétima, 2016: o ano com o maior número de Investigações .....	54
2.1.4 Da trigésima oitava à quadragésima sétima fase, as dez fases de 2017 .....	59
2.1.5 Da quadragésima oitava à quinquagésima sétima fase, as dez fases 2018 .....	62
2.1.6 Da quinquagésima oitava à septuagésima fase, 2019 e suas treze fases. ....	64
2.1.7 Da septuagésima primeira à septuagésima oitava fase, 2020: o ano de oito fases .....	67
2.1.8 Operação Vernissage, o ano de uma única fase: 2021 .....	69

<b>3</b>	<b>A REDE GLOBO E O DISCURSO MIDIÁTICO .....</b>	<b>70</b>
<b>3.1</b>	<b>O Grupo Globo – de Irineu Marinho a Roberto Irineu.....</b>	<b>70</b>
<b>3.2</b>	<b>O discurso jornalístico: a mídia e a propagação de informação.....</b>	<b>87</b>
<b>4</b>	<b>ANÁLISES.....</b>	<b>93</b>
<b>4.1</b>	<b>Expressões nominais anafóricas identificadas no editorial <i>Condenado no mensalão é preso em ação da PF .....</i></b>	<b>93</b>
<b>4.2</b>	<b>Expressões nominais anafóricas identificadas na notícia <i>Empresas investigadas têm contratos bilionários com a Petrobras.....</i></b>	<b>98</b>
<b>4.3</b>	<b>Expressões nominais anafóricas identificadas na matéria <i>O balanço da Lava-Jato .....</i></b>	<b>109</b>
<b>4.4</b>	<b>Expressões nominais anafóricas identificadas na notícia <i>Lava Jato: Em nova sentença, dois ex-gerentes da Petrobras e outras três pessoas são condenadas.....</i></b>	<b>118</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>128</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>130</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>132</b>

## INTRODUÇÃO

O processo de compor e de compreender um texto tem sido investigado pela Linguística Textual (LT), e outras áreas de atuação, nas quais teóricos e estudiosos se comprometem a desvendar, em alusão à obra de Ingedore Grunfeld Villaça Koch (2015), os segredos do texto. Nesse processo, estão envolvidos fatores cognitivos, sociais e interacionais, e é na negociação entre os participantes da interação que os sentidos se completam. Nessa perspectiva, o texto é visto como um processo; nas suas diversas etapas de construção, estão envolvidas as escolhas lexicais, a intencionalidade, os fenômenos linguísticos mobilizados de acordo com o projeto de dizer e a participação ativa do leitor/interlocutor, que aciona conhecimentos prévios (linguísticos, textuais e de mundo) para construir sentidos. Nesse contexto, destacamos, nesta pesquisa, a construção discursiva realizada por meio de fenômenos linguísticos, que são regidos por princípios que possibilitam a execução da língua com a finalidade de estabelecer a comunicação.

Para tal reflexão, é necessário adentrar o campo da coesão textual, compreendendo, particularmente, como ocorre o processo de recategorização realizado em textos (sejam orais ou escritos) por meio da referenciação. Sabemos que a coesão não se coloca como “condição necessária nem suficiente” para se firmar a constituição de um texto como tal. Contudo, a utilização de elementos coesivos atribui ao texto aspecto de maior legibilidade (KOCH, 2018).

Desse modo, defendendo a ideia de que *referenciação* é a denominação dada aos mais variados modos de introduzir, no texto, novas entidades ou referentes e que a retomada de tais referentes é a base para a introdução de outros novos os quais contribuem para a *progressão referencial* (KOCH e ELIAS, 2018b), propomos examinar a construção e a reconstrução de objetos de discurso, observando como se realiza a recategorização de referentes textuais. O estudo pauta-se na perspectiva de que os referentes não espelham de modo direto o mundo real e, sim, constroem-se e reconstroem-se dentro do discurso de acordo com a percepção de mundo de cada indivíduo.

Assim, “os sujeitos constroem, através de práticas discursivas e cognitivas social e culturalmente situadas, versões de mundo” (MONDADA e DUBOIS, 2019, p.

17) e essas versões de mundo se fixam como referentes, os quais, por sua vez, aparecem nas produções discursivas por meio de elementos da referenciação. É de suma importância observar e compreender o funcionamento dos elementos da teoria da referenciação para averiguar a forma composicional do texto – de sua progressão em si – construída pela referenciação e, ainda, compreender como a ideia de (re)categorização atua, especialmente em se tratando de anáforas geradas por expressões nominais – objeto de estudo deste trabalho.

A referenciação, nesse sentido, é uma atividade discursiva, em que os objetos de discurso são instaurados na interação social e são negociados entre produtor/leitor. Essa concepção relaciona referenciação e práticas discursivas e concebe o fenômeno da referenciação segundo uma visão textual-discursiva, sociocognitiva e interacional.

Optamos por trabalhar, especialmente, com formas nominais de consequência anafórica, pois as variedades de categorizações indicam que a escolha de uma categoria para um referente específico em determinado discurso não ocorre por acaso; é uma escolha consciente, adequada referencialmente ao contexto dado e aos propósitos de interação do produtor do discurso.

Logo, determinar uma escolha específica de categoria dentre as diversas possíveis não faz com que a forma comum de referir algo seja alterada, apenas atribui uma referência determinada e situada dentro de um contexto adequado às condições e visão dos sujeitos envolvidos. Nas palavras de Mondada e Dubois (2019),

[...] os objetos sociais não são um desvio do modo “normal” de referir, mas que, de modo simétrico, trata-se de considerar a referência aos objetos do mundo psíquico e natural, no âmbito de uma concepção geral do processo de categorização discursiva e cognitiva tal como eles são observáveis nas práticas dos sujeitos (MONDADA e DUBOIS, 2019, p. 23).

Dessa forma, a escolha de uma categoria é determinada pelas condições culturais, sociais, de determinado momento de produção discursiva e, ainda, indica a visão do locutor (como, do mesmo modo, pode servir para informar ao leitor algo que o locutor pressupõe que ele desconheça). Contudo, não altera o modo natural de se entender o referente ao qual se trata, apenas atribui-lhe uma categoria apta para a atividade discursiva determinada.

As expressões nominais possuem grande importância na composição dos sentidos, essencialmente, por desempenharem diversas funções cognitivo-discursivas (KOCH e ELIAS, 2018b). De modo especial, uma de suas funções encontra-se na *ativação/reativação na memória*. Dessa forma, os interlocutores precisam possuir uma memória partilhada, a fim da compreensão comunicativa ocorrer da forma mais completa possível. Conforme afirma Cavalcante (2021),

[...] quando lemos um texto, somos orientados pelas palavras, que nos oferecem um contexto explícito – o contexto –, entretanto temos que ativar inúmeros outros conhecimentos armazenados na memória para construir o sentido do texto (CAVALCANTE, 2021, p. 28).

A memória, nesse sentido, atua sendo constantemente (re)ativada pelas expressões nominais as quais formam a referenciação pela anáfora, o que indica sempre uma recategorização ou uma refocalização do referente. Logo, os conhecimentos são ativados e se manifestam em prol da compreensão do que se lê por intermédio das expressões nominais.

Há, ainda, a possibilidade de encapsulamento e rotulação de informações servindo de suporte, tendo papel importante na introdução de novas informações. Portanto, por esse processo de referenciação não ocorre, apenas, a veiculação e retomada de informações dadas, mas também a introdução de informações novas, de modo a atribuir características (novas categorias) ao referente e a dar continuidade ao texto.

Ademais, assumimos como fato que

Para compreender e produzir qualquer texto, é necessário mobilizar conhecimentos adquiridos com a convivência social, que nos informam e nos tornam aptos a agir nas diversas situações e eventos da vida cotidiana (CAVALCANTE, 2021, p. 18).

Isto é, a construção da compreensão efetiva de um texto não se valida apenas no conhecimento das palavras e da língua em si, depende, ainda, do conhecimento gerado e proporcionado única e exclusivamente por meio da convivência social. Então, vemos o processo de (re)categorização como uma ferramenta importante na compreensão e/ou na produção de um texto, especialmente ao se considerar a manifestação das experiências vividas socialmente por meio da escolha de recategorizações de um determinado referente. Não apenas isso, a escolha de recategorizações para determinado referente textual, que é também objeto de mundo,

indica a concepção tida de tal referente e esse é um aspecto também adquirido socialmente.

Dessa forma, consideramos o uso da realidade (mundo), da língua e de conceitos como parte constituinte da realização da comunicação dos falantes e vemos a referenciação, com o processo de (re)categorização por meio de anáforas geradas por expressões nominais, como um dos caminhos viáveis para compreender a construção argumentativa de um texto. De modo especial, voltamos a atenção para a ocorrência e a influência da referenciação no processo comunicativo presente em textos jornalísticos, portanto, temos como cópulas de análise textos veiculados nos canais de comunicação *online* jornal *O Globo* e site de notícias *G1*, nos dois casos buscando matérias que tenham como temática a Operação Lava Jato.

Nosso recorte no cópulas foi orientado, primeiramente, pela força que o Grupo Globo tem demonstrado em relação à divulgação de informação e, além disso, pela ampla repercussão gerada durante toda a trajetória da Operação Lava Jato, a qual teve início em 17 de maio de 2014 e possuiu a última fase registrada no dia 12 de janeiro de 2021 (fase de número 79). Logo, a análise passou pela seleção de 4 matérias que abordaram a Operação Lava Jato em seu tema (2 do jornal *O Globo* e 2 do site de notícias *G1*), identificação das expressões nominais presentes em cada texto como catáfora e anáfora (seja exclusivamente a operação ou pessoas envolvidas no processo – delegados, policiais, suspeitos, réus ou outros envolvidos), observação e levantamento das (re)categorizações dadas pelo fenômeno de referenciação, análise das cadeias referenciais obtidas em cada matéria e as hipóteses que os usos de tais expressões nominais no dado contexto propõem para a significação dos referentes de cada matéria e o modo como isso ativa, ou pode ativar, o conteúdo respectivo aos conhecimentos sobre o assunto (e assuntos relacionados – política, economia, entre outros) que os interlocutores dispõem em sua memória.

Todo esse caminho levou-nos a compreender a construção argumentativa gerada por meio do uso (da escolha) das (re)categorizações selecionadas pelos enunciadores de cada texto para se referir à Operação Lava Jato, de forma a visualizar a compreensão que se tinha da Operação no ano de 2014 e a que se teve no ano de

2020, seis anos após seu início, além de, conseqüentemente, averiguar a progressão textual estabelecida por meio do uso desse recurso.

Assim, o presente trabalho está dividido em quatro partes. Na primeira, abordamos um breve panorama da Linguística Textual e dos recursos coesivos, fazendo a distinção entre coesão sequencial e coesão referencial e aprofundando a compreensão desta última, o que nos leva a averiguar o processo de (re)categorização, a memória discursiva, as expressões nominais definidas e indefinidas e, por fim, a anáfora indireta.

Já na segunda parte, traçamos um panorama histórico das 79 fases da Operação Lava Jato a fim de compreender tanto a amplitude dessa operação da Polícia Federal quanto para localizar, posteriormente, as matérias jornalísticas em cada uma de suas fases (o que se faz importante para a total compreensão do texto). Na terceira parte, apresentamos o histórico do Grupo Globo, de sua criação com o jornal *O Globo* até os dias atuais e, ainda, refletimos brevemente sobre o discurso midiático e a propagação de informação para, por fim, na quarta e última parte, apresentarmos a análise das 4 matérias selecionadas, seguida das considerações finais.

O estudo evidencia que o processo de referenciação é basilar na construção dos sentidos do texto, visto que os sentidos não são determinados apenas pelo produtor do texto, mas construídos de forma colaborativa entre os parceiros da interação. Assim sendo, a compreensão de que os objetos de discurso se transformam ao longo do texto, de acordo com o propósito argumentativo do produtor, é necessária para o desenvolvimento da competência discursiva do leitor, o qual tem papel ativo na negociação de sentidos.

## 1. A LINGUÍSTICA TEXTUAL E OS RECURSOS COESIVOS

A Linguística tem conservado, durante sua trajetória, diversas concepções de texto que registram o desenvolvimento da Linguística Textual (LT). Este ramo de pesquisa, por sua vez, foi sistematizado em 1960 e projetado em 1970, passando por algumas evoluções, as quais partem da análise transfrástica e da gramática de texto, até alcançarem, em 1980, seu objeto de estudo e investigação: o texto.

Dessa forma, a Linguística Textual, abordando as noções de texto e discurso, busca introduzir o sujeito e a situação comunicativa em seus estudos, trabalhando, essencialmente, com princípios os quais constroem o sentido do texto. Nas palavras de Mascuschi (2012), “a LT é uma linguística dos sentidos e processos cognitivos e não da organização pura e simplesmente dos constituintes de frase” (p. 36). Para tanto, consideramos, inicialmente, pelo menos sete critérios textuais, baseados em Beaugrande e Dressler (1981)<sup>1</sup>: a coesão e a coerência (centrados no texto propriamente); a situacionalidade, a informatividade, a intertextualidade, a intencionalidade e a aceitabilidade (centrados nos usuários).

Koch (2017) discorre brevemente sobre os sete critérios mencionados. Assim, a **coesão** trata do modo como os recursos linguísticos constantes na superfície textual se relacionam, logo, é marcada por palavras e frases que se interligam semanticamente a fim de favorecer uma organização discursiva. Nas palavras de Cavalcante, “A coesão é, portanto, uma espécie de articulação entre as formas que compõem e que organizam um texto, ajudando a estabelecer entre elas relações de sentido” (CAVALCANTE, 2021, p. 30).

Nesse sentido, encontramos não apenas diversos elementos gramaticais capazes de criar a progressão textual, mas também dispomos de frases e/ou orações. Divide-se, aqui, a coesão em dois segmentos, **coesão sequencial** e **coesão referencial**, que aprofundaremos nas seções 1.1 e 1.2, respectivamente.

---

<sup>1</sup> Os sete critérios textuais, inicialmente chamados de fatores de textualidade, mais tarde foram ampliados e assumiram novas características discursivas, que serão apresentadas no decorrer do capítulo.

A **coerência**, por sua vez, refere-se à forma como os elementos textuais veiculam o sentido, é o que “faz com que uma sequência linguística seja vista como texto” (KOCH & TRAVAGLIA, 2015, p. 53). Dessa maneira, o aspecto de textualidade é gerado por meio da coerência e é alcançado através da sequência linguística. Entendemos textualidade, nas palavras de Koch e Travaglia (2015), como “aquilo que converte uma sequência linguística em texto” (p. 54). Cavalcante (2021) diz que

Na verdade, a coerência não está no texto em si; não nos é possível apontá-la, destacá-la ou sublinhá-la. Ela se constrói a partir do contexto e dos contextos, numa dada situação comunicativa, na qual o leitor, com base em seus conhecimentos sociocognitivos e interacionais e na materialidade linguística, confere sentido ao que lê (CAVALCANTE, 2021, p. 31).

Logo, a coerência possui como ponto de partida os elementos textuais, mas não se limita a eles. Ela aborda e envolve, inclusive, os conhecimentos do leitor.

Quanto à **situacionalidade**, compreendemos, segundo Koch (2017), dois sentidos. O primeiro sentido parte da situação para o texto, isto é, determina-se “em que medida a situação comunicativa [...] interfere na produção/recepção do texto” (KOCH, 2017, p. 49). Consideramos, aqui, questões como gênero textual esperado ou a ser produzido, grau de formalidade, variedades linguísticas, tratamento dado ao tema, entre outros. O segundo sentido de situacionalidade parte do texto para a situação, ou seja, apontamos aqui que o texto possui reflexos relevantes sobre as situações, dadas as distinções entre mundo real e mundo textual. Isso significa que “o produtor reconstrói o mundo de acordo com suas experiências, seus objetivos, propósitos, convicções, crenças, isto é, seu modo de ver o mundo” (KOCH, 2017, p. 50) e, ao mesmo passo, o receptor interpreta o texto de acordo com seu modo de ver o mundo. Logo, o texto reflete o mundo real de acordo com a percepção do produtor e, da mesma forma, é interpretado conforme a percepção de mundo do receptor.

No critério de **informatividade**, temos a relação de distribuição de informações no texto; refere-se ao grau de previsibilidade/redundância da informação transmitida. É esse fator que dificulta ou facilita o processo de coerência (KOCK, 2017). Por **intertextualidade** entendemos, de acordo com Koch (2017) e Koch & Travaglia (2015), as variadas formas pelas quais se realizam a produção e a recepção de um

determinado texto, a depender do conhecimento de outros textos, seja em relação à forma, à tipologia ou ao conteúdo textual.

Já a **intencionalidade** volta-se à forma como os emissores utilizam seus textos a fim de alcançar seus objetivos e realizar suas intenções, refere-se, especificamente, à intenção do emissor. A **aceitabilidade**, por sua vez, é “a contraparte da intencionalidade” (KOCH, 2017; KOCH & TRAVAGLIA, 2015), isto é, trata-se do comportamento dos interlocutores ao aceitar a demonstração linguística do emissor enquanto texto, coeso e coerente.

Koch (2017, p. 52) aponta três questionamentos em relação aos critérios levantados por Beaugrande e Dressler (1981). Em primeiro lugar, a autora aponta a ausência de sentido em dividir os fatores entre centrados no texto ou no usuário, dado que todos estão ao mesmo tempo centrados em ambos (texto e usuário). Em segundo lugar, há outros elementos os quais são sugeridos como fatores/critérios de textualidade, como a **focalização**, acrescentada por Koch e Travaglia (2015), “que tem a ver com a concentração dos usuários (produtor e receptor) em apenas uma parte do seu conhecimento” (KOCH & TRAVAGLIA, 2015, p. 88), ou seja, trata-se da perspectiva sobre a qual são vislumbrados os elementos que compõem o mundo textual. O terceiro e último questionamento levantado por Koch (2017), trata-se do fato de que a coerência “constitui o resultado da confluência de todos os demais fatores, aliados a mecanismos e processos de ordem cognitiva” (KOCH, 2017, p. 52), logo a coerência não é apenas um critério, é resultante da junção (e do funcionamento) de vários critérios.

Exceto a coerência, Koch e Travaglia (2015) chamam os critérios apontados até aqui, de modo geral, de “fatores de contextualização” (p. 81), incluindo a focalização. Apontam, ainda, como fatores de contextualização a consistência e a relevância. A **consistência** corresponde à condição e à circunstância que requer que “cada enunciado de um texto seja consistente com os enunciados anteriores” (KOCH & TRAVAGLIA, 2015, p. 99). Desse modo, não podem ser contraditórios dentro de um mesmo contexto. Enquanto isso, a **relevância** pede que “o conjunto de enunciados que compõem o texto seja relevante para um mesmo tópico discursivo subjacente” (KOCH & TRAVAGLIA, 2015, p. 99), ou seja, trata-se de um critério o qual exige que os enunciados sejam todos interpretáveis ao versar sobre um mesmo tema.

A coerência, para Koch e Travaglia (2015), corresponde a um conjunto denominado pelos autores “fatores de coerência”, abrangendo quatro critérios ainda não apresentados. O primeiro diz respeito aos **elementos linguísticos**, e abrange a importância e a relevância desses elementos para que a coerência seja estabelecida. Isso acontece pelo fato de servirem “como pistas para a ativação dos conhecimentos armazenados na memória”, constituindo, dessa forma, “o ponto de partida para a elaboração de inferências” (KOCH & TRAVAGLIA, 2015, p. 71). Os elementos linguísticos ajudam, ainda, a compreender a orientação argumentativa e a forma como se inter-relacionam os enunciados a fim de estabelecer sentidos. De toda forma, é importante apontar a incapacidade dos elementos linguísticos de transmitir o sentido de um texto sem estabelecer (e se compreender) a relação que possuem uns com os outros, portanto não se pode obter o sentido de um texto apenas com base nas palavras isoladamente.

Há, ainda, o **conhecimento de mundo** desempenhando papel fundamental no estabelecimento da coerência. É o critério o qual indica a necessidade de se possuir vivências que nos permitam a compreensão dos assuntos com os quais nos deparamos, apenas o contato com o mundo é capaz de proporcionar esse conhecimento, de modo que a experimentação de fatos se torne saberes. Koch e Travaglia (2015) apontam alguns modelos cognitivos responsáveis por organizar esse conhecimento em nossa memória, a saber: os *frames*, os *esquemas*, os *planos*, os *scripts* e as *supraestruturas* ou *esquemas textuais* (KOCH & TRAVAGLIA, 2015, p. 72 e 73)<sup>2</sup>.

O terceiro critério, apresentado por Koch e Travaglia (2015), é o **conhecimento compartilhado**, que diz respeito ao conhecimento em comum que produtor e receptor necessitam possuir. De fato, é impossível duas pessoas possuírem o mesmo conhecimento por completo; de toda forma, é importante que disponham de uma boa

---

<sup>2</sup> De acordo com Koch e Travaglia (2015, p. 72 e 73), *frames* são grupos de saberes armazenados na memória por meio de uma espécie de “rótulo”, por exemplo: carro (motorista, pneus, combustível, motor etc.); *esquemas* são grupos de saberes armazenados na memória, de acordo com uma sequência causal ou temporal, por exemplo: como fazer funcionar uma máquina de café; *planos* são grupos de saberes sobre o modo de agir a fim de alcançar determinado objetivo, por exemplo: como ganhar algum jogo; *scripts* são grupos de saberes a respeito de formas de agir estereotipadas em alguma cultura, inclui-se, aqui, ritos religiosos, modos de cortesia e práticas jurídicas; e, por fim, *supraestruturas* ou *esquemas textuais* são grupos de saberes a respeito de variados tipos de textos, o que vai sendo obtido ao passo que nos colocamos em contato com eles e geramos comparações entre eles.

parcela de conhecimentos compartilhados para conseguirem estabelecer uma boa comunicação. Uma quantidade pequena de conhecimentos compartilhados exige uma explicitude maior por parte do produtor.

Por fim, a **inferência** é a ação pela qual, por meio do conhecimento de mundo, o receptor constitui uma relação não explícita entre dois elementos de um texto que busca compreender ou interpretar. De acordo com Koch e Travaglia (2015), pode acontecer, inclusive, casos em que o receptor gera uma inferência a qual não era desejada pelo autor ou era, ainda, imprevista.

Os recursos utilizados pela Linguística Textual, e aqui brevemente apontados, facilitam a compreensão do texto, enquanto nos possibilitam compreender melhor as relações semânticas estabelecidas entre as palavras e os enunciados, construindo, assim, o todo significativo que é o texto. Nesse sentido, uma vez apontados os aspectos gerais que compõem o cenário de textualização, considerando a relevância e a contribuição de cada um, focamos de modo mais aprofundado nos recursos coesivos, compreendendo a distinção e as proximidades entre a coesão sequencial e a coesão referencial. Nossa atenção será voltada, com mais interesse e de modo mais profundo, para os elementos que compõem a coesão referencial, considerando nosso objetivo, no presente trabalho, de investigar como ocorre a construção de referentes através da (re)categorização.

### **1.1 Coesão sequencial e progressão textual**

A sequenciação, ou coesão sequencial, é o mecanismo linguístico pelo qual se determinam diversos tipos de encadeamentos semânticos e pragmáticos conforme o texto progride. Segundo Marcuschi (2012), essa forma de coesão abrange recursos os quais

dão conta da estruturação da sequência superficial do texto; não são simplesmente princípios sintáticos e sim uma espécie de semântica da sintaxe textual, onde se analisa como as pessoas usam os padrões formais para transmitir conhecimentos e sentidos (MARCUSCHI, 2012, p. 50).

Nessa perspectiva, o texto é uma estrutura em que suas partes são interdependentes e a constituição desse todo (o texto) ocorre por meio da aplicação

de recursos linguísticos determinados, a fim de se transmitir os saberes, as noções e as informações desejadas pelos interlocutores. Isso, por si só, envolve a forma pela qual o locutor escolhe para dizer, para compor o que diz, abrangendo tanto o aspecto textual quanto o aspecto semântico – os quais se constroem juntos.

Tratamos, portanto, do processo de construção discursiva averiguando os mecanismos que envolvem a progressão textual. Debruçamo-nos, primeiro, na constituição dessa progressividade que, nas palavras de Koch (2018),

pode fazer-se com ou sem elementos recorrentes. Pode-se falar aqui em *sequenciação frástica* (sem procedimentos de recorrência escrita) e *sequenciação parafrástica* (com procedimentos de recorrência escrita) (KOCH, 2018, p. 53).

Nesse sentido, a *sequenciação parafrástica* trata da progressão textual gerada pela recorrência de termos (repetição), de estruturas (paralelismo sintático), de conteúdos (paráfrase), de recursos fonológicos (KOCH, 2018; KOCH e ELIAS 2018a). A repetição, mesmo que seja vista de modo negativo, de forma especial em construções redundantes e circulares (KOCH e ELIAS, 2018a), é um método básico de organização estrutural. Os textos, de modo geral, possuem construções similares, seja através de reproduções literais ou por meio de sinônimos. Koch (2018, p. 55) aponta que cada elemento repetido/reiterado “traz consigo novas instruções de sentido que são acrescentadas às do termo anterior”, então, a omissão, por exemplo de um termo, alteraria o sentido proposto pelo produtor.

O paralelismo sintático ocorre quando se tem a repetição de uma estrutura sintática igual, contudo provida por outros itens lexicais. Este elemento funciona como recurso persuasivo, atuando como condutor argumentativo (KOCH e ELIAS, 2018a). Já as paráfrases funcionam de forma oposta ao paralelismo sintático, isto é, repete-se o conteúdo e não a estrutura sintática. Neste caso, altera-se a forma, mas utiliza-se a mesma informação. Koch (2018) e Koch e Elias (2018a) apresentam algumas possibilidades de expressões linguísticas que introduzem paráfrases: *isto é, ou seja, ou melhor, quer dizer, em síntese, em resumo, em outras palavras etc.* Por fim, os recursos fonológicos são observáveis através da repetição de sons - podem ser considerados recursos como *metro, ritmo, rima, assonâncias, aliterações etc.* (KOCH, 2018).

A *sequenciação frástica*, por sua vez, assegura a manutenção do tema, isto é, possibilita as relações, tanto semânticas quanto pragmáticas, entre períodos menores ou maiores do texto, possibilita a articulação e a ordem nas sequências textuais. Assim, gera-se a *progressão temática*, que, de acordo com Koch e Elias (2018a), ocorre por meio de duas unidades da comunicação: “**tema** (aquilo que se toma como base da comunicação, aquilo de que se fala) e **rema** (aquilo que se diz a respeito do tema)” (KOCH e ELIAS, 2018a, p. 104, grifos das autoras).

Há, nesse sentido, o que Koch e Elias (2018a) chamam de: a) progressão com tema constante, b) progressão com subdivisão do tema, c) progressão com subdivisão do rema, d) progressão linear, e) progressão com salto temático, f) progressão com recursos retóricos e g) progressão/continuidade tópica.

A progressão com tema constante diz respeito à recorrência de um mesmo tema acrescentando-lhe continuamente vários remas (KOCH e ELIAS, 2018a), isso ocorre quando se tem um tema introduzido orientando a configuração do texto ao passo que constrói seus parágrafos, sendo acrescentadas predicções diversas sobre o tema. Exemplo:

(1) **O espanhol David Muino Suarez**, ex-gerente do Banco BSI, da Suíça, foi condenado por lavagem de dinheiro em um processo da Operação Lava Jato.

A sentença foi determinada pelo juiz Luiz Antônio Bonat, da 13ª Vara Federal de Curitiba, na sexta-feira (21) **O réu** foi condenado a sete anos, oito meses e doze dias de prisão, em regime semi-aberto, além de multa.

**David Suarez**, conforme a decisão, praticou a lavagem de dinheiro de pelo menos UR\$21,7 milhões, entre 2010 e 2013 [...] (“Lava Jato: ex-gerente de banco suíço é condenado por lavagem de dinheiro”. *G1*, 26/05/2021. **Grifos nossos**).

No exemplo (1), é possível observar como o tema “David Muino Suarez” se mantém ao longo do texto e orienta a estruturação do texto e dos parágrafos. Ainda que o texto como um todo esteja informando a sua prisão, é a referência a David Suarez que conduz a formação do texto, guiando o tema e sendo acrescentadas, por meio da indicação do réu, as demais predicções as quais descrevem ele mesmo e sua prisão.

A progressão com subdivisão do tema aparece quando há *temas parciais* provenientes de um “hipertema” (KOCH e ELIAS, 2018a), isto é, quando um tema dá origem a outros, o que pode ser observado em:

(2) Formalizado nesta quarta-feira, o **encerramento das atividades da força-tarefa Lava-Jato em Curitiba** terá impacto reduzido graças **à preservação, pelo menos até outubro, do corpo técnico** que prestará serviços ao Ministério Público Federal (MPF) desde o início da operação.

Trata-se de **um grupo de 35 servidores** que hoje atua no assessoramento de procuradores em diferentes etapas do trabalho – desde a localização de informações específicas nas bases de dados da operação à organização de rotina e agenda, além de cuidados de ordem burocrática na tramitação de processos judiciais [...] (HERDY, T. “Apesar do fim da força-tarefa, corpo técnico da Lava-Jato segue em Curitiba até outubro”. *O Globo*, 04/02/2021. **Grifos nossos**).

Com o exemplo (2), é possível observar que o hipertema “encerramento das atividades da força-tarefa Lava-Jato em Curitiba” divide-se em temas parciais diretamente relacionados a essa informação, ou seja, “a preservação do corpo técnico” e “um grupo de 35 servidores” são temas decorrentes do encerramento da operação em Curitiba; assim, cria-se uma relação que organiza e estrutura a condução do(s) tema(s) e rema(s) ao longo de todo o texto. Destacamos que o exemplo se refere apenas a um pequeno trecho de toda a matéria, a qual se desdobra em mais novos temas relacionados ao hipertema.

A progressão com subdivisão do rema ocorre quando o rema se divide em outros remas na base de desenvolvimento do texto, como em:

(3) O procurador da República Alessandro Oliveira, de 45 anos, que atuou na coordenação da Operação Lava Jato em Curitiba, teve a **morte confirmada** nesta quinta-feira (20). A informação foi divulgada pelo Ministério Público Federal (MPF) por volta das 20h.

Conforme, entre as causas da **morte** constam na declaração de óbito insuficiência respiratória e insuficiência renal crônica.

Alessandro de Oliveira passou a coordenar a força-tarefa da Lava Jato em Curitiba depois da saída do procurador Deltan Dallagnol, em setembro de 2020 [...] (HISIGIN, E.; FILIPPIN, N. “Morre procurador da República Alessandro José Fernandes de Oliveira, que comandou a Lava Jato em Curitiba”. *G1*, 20/05/2021. **Grifos nossos**).

O exemplo (3) ilustra a divisão do rema em duas partes, uma relacionada à informação sobre a morte do procurador Alessandro Oliveira e outra relacionada à

participação dele na Operação Lava Jato em Curitiba. Ambos os assuntos conduzem a construção da notícia, que informa, intercaladamente, sobre o falecimento e a Operação.

Já a progressão linear acontece quando o rema do enunciado introduzido passa a tema do próximo enunciado, sucessivamente, transformando o rema anterior no tema seguinte.

(4) **Em depoimento à Justiça Federal do Distrito Federal sobre a Operação Spoofing, o ex-ministro Sergio Moro detalhou** como aconteceu o ataque ao seu celular e dos procuradores da Lava-Jato, em 2019.

**O ex-ministro falou** por videoconferência nesta segunda-feira (17) e o depoimento terminou no meio da tarde. Moro foi ouvido como testemunha. A oitiva estava marcada para o início do mês, mas teve que ser remarcada para hoje.

A operação Spoofing foi deflagrada há um ano e meio e levou para atrás das grades seus hackers que atuaram nos ataques aos aparelhos de Moro e dos procuradores de Curitiba.

(MAGALE, B. "Moro detalha invasão de seu celular em depoimento à Justiça do DF". *O Globo*, 17/05/2021. **Grifos nossos**).

Percebemos, no exemplo (4), como a progressão textual mantém-se ao se transformar o rema em tema, estruturando, assim, a progressão temática linear e gerando coerência nas informações que são transmitidas.

O desenvolvimento da progressão com salto temático ocorre por meio do processo de novos temas. Isto é, sucedem-se novos temas na intenção de orientar o sentido que se pretende estabelecer no texto. Observa-se tal recurso em:

(5) **O ministro do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin anulou, nesta segunda-feira (8), todas as condenações impostas pela Justiça Federal do Paraná ao ex-presidente Lula no âmbito da Lava Jato.** Em consequência disso, **Lula recuperou os direitos políticos e se tornou elegível.**

(JORNAL NACIONAL. "Fachin anula condenações de Lula na Lava Jato". *G1*, 08/03/2021. **Grifos nossos**).

Os destaques realizados no exemplo (5) indicam, no texto, o tema. Logo, é possível observar a sequência de novos temas sendo introduzidos de acordo com o querer dizer para que se oriente a construção da notícia, indicando, no caso, a consequência da anulação de todas as condenações do ex-presidente Lula durante a

Operação Lava Jato. A intencionalidade do enunciador é não apenas informar o que foi feito (a anulação), mas como isso afeta possíveis ações posteriores (direitos políticos recuperados e se tornar elegível).

Nesse sentido, argumentativamente, a escolha de qual progressão temática será aplicada em um texto possui grande relevância, atuando como recurso retórico. Assim, nos casos em que a reiteração do tema não contribui para atribuir a ele força argumentativa, utiliza-se, então, da repetição do rema da oração inicial seguido de outras predicções, com fins argumentativos/retóricos, como observa-se em:

(6) [...] O próprio **STF**, no último ano, tirou muito poder da Lava-Jato. E a cereja do bolo é a luta contra Sergio Moro, cuja parcialidade no caso do tríplex de Lula será julgada no primeiro semestre. O STJ já negou o pedido de parcialidade do juiz, mas o **STF** vai dizer o contrário e o processo do tríplex será anulado, voltará ao início e toda a operação Lava-Jato contra Lula será colocada em questão.

É essa a estratégia do PGR, do Congresso e do **STF**, para acabar com a Lava-Jato. Na prática, acabou a força-tarefa de Curitiba e, simbolicamente, com o que representa para o combate da operação no Brasil [...]

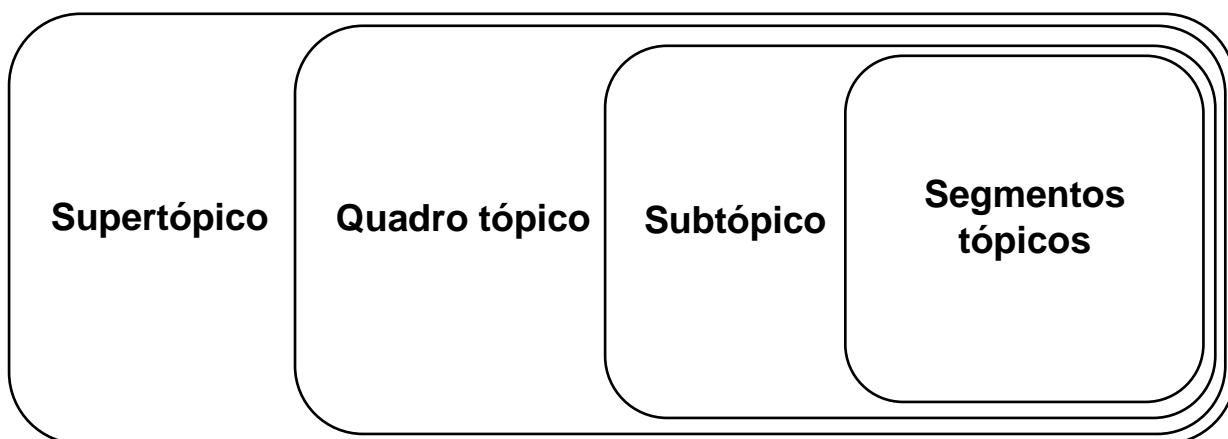
(PEREIRA, M. “Fim da Lava-Jato era morte anunciada”. *O Globo*, 03/02/2021. **Grifos nossos**).

Acima, observamos que a repetição de “STF” e “Lava-Jato” são intencionais de acordo com a intenção argumentativa do autor. No caso, consideramos, ainda, que, ao longo do texto, o autor utiliza sinônimos para remeter aos termos destacados, contudo a maior recorrência é dos termos já mencionados, sendo repetidos diversas vezes ao longo de toda a construção – o que não ocorre por acaso.

Por fim, a progressão/continuidade tópica, indispensável para se estabelecer a coerência de um texto, depende da concentração, o foco que é dado para um assunto definido, e da organicidade, as articulações estabelecidas de um tópico com os demais dentro de uma continuidade textual - considerando os níveis hierárquicos entre tais tópicos (KOCH e ELIAS, 2018a). Nesse sentido,

Podemos dividir um texto em fragmentos recobertos por um mesmo tópico, porém, cada conjunto desses fragmentos irá constituir uma unidade de nível mais alto. Várias dessas unidades, conjuntamente, formarão outra unidade de nível superior e assim por diante (KOCH e ELIAS, 2018a, p. 111).

Isso indica que cada um desses fragmentos, dessas *unidades*, configura-se como um tópico (cada qual em seu nível). A fim de evitar desordens, Koch e Elias (2018a) chamam “os fragmentos de nível mais baixo de **segmentos tópicos**”, já “um conjunto de segmentos tópicos formará um **subtópico**”, vários subtópicos “constituirão um **quadro tópico**” e, caso exista um tópico superior que envolva diversos quadros tópicos, “ter-se-á um **supertópico**” (KOCH e ELIAS, 2018a, p. 111, grifos das autoras). O esquema a seguir possibilita melhor compreensão da relação entre tais elementos:



Fonte: autora

Logo, é inevitável que um texto seja formado por segmentos tópicos, de modo direto ou indireto, estando relacionados com o tema principal/geral ou tópico discursivo – portanto, quando se introduz um segmento tópico, ele será mantido por algum tempo até que seja introduzido outro novo segmento tópico, até que se constitua o texto na íntegra.

Nessa perspectiva, a continuidade textual é assegurada pela progressão, “o constante ir e vir entre o que foi dito e o que se está por dizer” (KOCH e ELIAS, 2018a, p. 113). Ainda, é visível que a escolha de progressão, de sequenciação temática selecionada para a constituição do texto, é relevante para o aspecto argumentativo, construindo-se, assim, a argumentatividade, dentre outros recursos e mecanismos, também, por meio da progressividade aplicada para sua construção.

Em resumo, constatamos que a continuidade/progressão textual pode ocorrer por meio da continuidade temática e da continuidade tópica, mas também por meio

da continuidade referencial, que acontece por intermédio da construção de cadeias referenciais (por meio da referenciação, retomada de referentes), mantendo o referente de um texto ativado, o que ocorre por meio da (re)categorização gerada por algumas estratégias de retomada e construção referencial - item explorado a seguir, na seção 1.2.

## 1.2 A coesão referencial - estratégias de estruturação e retomada de referentes

Ainda que a coesão sequencial, em todas as suas formas de elaboração, possa garantir a progressão textual e colaborar ativamente na construção argumentativa, interessa-nos as estratégias referenciais aplicadas na continuidade textual e na retomada, (re)construção de referentes e de temas. Nesse sentido, ainda sendo parte dos recursos coesivos que trabalham com a progressão/continuidade textual, a coesão referencial interessa-nos pelo aspecto de atuar na construção e reconstrução de objetos do discurso. Cavalcante (2021) afirma que

[...] o processo da referenciação diz respeito à atividade de construção de referentes (ou objetos de discurso) depreendidos por meio de expressões linguísticas específicas para tal fim, chamadas de expressões referenciais (CAVALCANTE, 2021, p. 98).

Assim, passamos a compreender como a construção de referentes textuais é movida por meio de expressões que, além de fazer com que o texto progrida, colaboram para a constituição do sentido do texto. Isso ocorre pelo fato do substantivo ser a base das expressões nominais (EN), também denominada como sintagma nominal (SN)<sup>3</sup>, assim, em se tratando de substantivo, compreendemos que

Semanticamente, além de denominar, o substantivo referencia, função pela qual um signo linguístico se refere às coisas, aqui entendidas como qualquer entidade do mundo extralinguístico, real ou imaginário. Outro modo de entender a referenciação dos substantivos é analisar seu funcionamento circunscrito ao universo textual, ou seja, não mais

---

<sup>3</sup> De acordo com Cintra & Cunha (2016), “Toda unidade que tem por núcleo um substantivo recebe o nome de SINTAGMA NOMINAL” (p. 137). Ainda consideramos, conforme postulam Souza-e-Silva & Koch (2011), que o núcleo do sintagma nominal pode ser composto tanto pelo substantivo/nome quanto por “um *pronome* (Pro) *substantivo* (pessoal, demonstrativo, indefinido, interrogativo, possessivo ou relativo)” (p. 19). O que distingue o sintagma nominal (SN) formado por substantivo é que ele pode vir sozinho ou, ainda, acompanhado de um determinante (que naturalmente é colocado antes do nome) e um modificador, enquanto o SN formado por pronome é composto apenas pelo pronome (SOUZA-E-SILVA & KOCH, p. 19, 2011). Ademais, assumimos as expressões “sintagma nominal” (SN) e “expressão nominal” (EM) como sinônimas e optamos pelo uso recorrente da última por ser o modo mais comum na base teórica utilizada (KOCH 2017, 2018; KOCH & ELIAS, 2018a, 2018b etc.).

tratá-lo como objeto do mundo, mas como objeto do discurso (CAMACHO, DALL'AGLIO & GONÇALVES, 2014, p. 98).

Dessa forma, o substantivo, ao configurar a base da expressão nominal, é elemento essencial e fundamental na constituição do sentido, ao passo que indica a compreensão que o produtor do texto possui sobre determinado objeto do discurso. Portanto, temos tais elementos como base do funcionamento da referencialização.

Além disso, de acordo com Koch (2016), a coesão referencial atua na função de (re)ativar referentes - função primordial na manutenção dos referentes e do tema. Portanto, a coesão referencial trata da remissão a um elemento linguístico presente na superfície textual por meio de outro elemento linguístico; temos, então, *elemento de referência* ou *referente textual* - elemento retomado por outro - e *forma referencial* ou *remissiva* - elemento que retoma o referente textual (KOCH, 2018). Esse processo relaciona-se à intenção do autor de um texto de remeter a algo já disposto (por meio do próprio texto) na memória do leitor e, nesse sentido, vai acrescentando a esse referente textual novas informações, que servirão de suportes para informações seguintes (KOCH e ELIAS, 2018a).

Desse modo, é importante salientar que a referencialização se estabelece como uma atividade discursiva. Isto é, a seleção lexical realizada ao construir um texto e para se referir a elementos presentes no mundo compõe não apenas o construto textual, mas indica o modo como vemos e nos relacionamos com esses elementos no mundo. Nesse sentido,

os processos de referencialização são escolhas do sujeito em função de um querer-dizer. Os objetos de discurso não se confundem com a realidade extralinguística, mas (re)constróem-na no próprio processo de interação. Ou seja, a realidade é construída, mantida e alterada não somente pela forma como nomeamos o mundo, mas, acima de tudo, pela forma como, sociocognitivamente, interagimos com ele: interpretamos e construímos nossos mundos por meio de interação com os entornos físicos, social e cultural (KOCH, 2017, p. 67).

Tal construção não altera os elementos presentes no mundo, apenas revela a forma como concebemos determinados pontos referenciais existentes na realidade extralinguística. Logo, as questões sociais, culturais e as nossas vivências são manifestadas pela forma escolhida para se estabelecer a continuidade do que

escrevemos e, ainda, indicam, de forma argumentativa, como tudo é visto por nós em um determinado discurso, com uma finalidade pontual. Nessa perspectiva,

entram na análise geral do texto tanto as condições gerais dos indivíduos como os contextos institucionais de produção e recepção, uma vez que estes são responsáveis pelos processos de formação de sentidos comprometidos com processos sociais e configurações ideológicas (MARCUSCHI, 2012, p. 52).

Isto é, as categorias atribuídas aos referentes textuais, ao passo que não interferem nesses elementos no mundo, não existem fora do determinado discurso. Logo, essa construção referencial situada dentro dos textos auxilia-nos a vislumbrar a visão do enunciador em relação ao que diz, indicando suas possíveis configurações sociais e ideológicas, que influenciam na argumentatividade estabelecida.

Dessa forma, é importante salientar essas constituições de categorias a respeito de objetos discursivos como pertencentes ao momento discursivo referido. Assim,

as categorias e os objetos de discurso pelos quais os sujeitos compreendem o mundo não são nem preexistentes, nem dados, mas elaboram no curso de suas atividades, transformando-se a partir de contextos (MONDADA & DUBOIS, 2019, p. 17).

A fim dessa construção referencial ser possível, faz-se necessária uma memória compartilhada gerida pelo próprio discurso. Assim, existem pontos implícitos nas produções que são incorporados à memória discursiva associada a conteúdos linguísticos, possibilitando a anaforização (KOCH, 2017). Nesse aspecto, Koch (2017, p. 68) aponta operações básicas incluídas na composição da memória discursiva, sendo:

1. *construção/ativação* - um elemento linguístico é colocado em foco na memória do leitor, trata-se de um item sendo introduzido em um texto (logo, não havia sido mencionado anteriormente);

2. *reconstrução/reativação* - trata-se da manutenção do referente ativado, ou seja, o elemento é reintroduzido na memória por meio de uma forma referencial (mantém-se em foco no referente anteriormente introduzido);

3. *desfocalização/desativação* - quando se possui a introdução de elemento discursivo novo, o qual assume o foco textual, isso não implica, necessariamente, que o referente antes introduzido seja retirado do “jogo textual”, fica apenas em *estado de ativação parcial* (KOCH, 2017) e pode retornar à posição focal a qualquer instante.

Conforme apontam Mondada e Dubois (2019), “os sujeitos constroem, através de práticas discursivas e cognitivas social e culturalmente situadas, versões públicas do mundo” (2019, p. 17), então propomos a compreensão dos recursos que podem gerir a coesão referencial, criando o processo de referenciação, (re)categorizando objetos discursivos e temas, formando cadeias referenciais.

Para tanto, há duas formas de introdução/ativação de referentes no plano textual: **ancorada** e **não ancorada**. Tem-se uma **ativação não ancorada** no momento em que surge, pela primeira vez no texto, um objeto do discurso assumindo destaque na memória do interlocutor - quando esse referente se constitui por uma expressão nominal, tem-se uma *categorização*, que exploraremos ao falar sobre a manutenção de expressões nominais no processo de referenciação (no item 1.2.1 a seguir). Tem-se uma **ativação ancorada** quando um objeto do discurso remete a um elemento já presente no texto (Koch, 2017). As duas situações são ilustradas no exemplo (7), que é uma manchete e seu subtítulo retirados do G1:

(7) **Novo juiz da Lava Jato no Paraná** comanda a primeira audiência da operação

Luiz Bonat assumiu a vaga deixada por Sérgio Moro, em Curitiba; juiz vai ouvir nesta quinta-feira (7) testemunhas em processo que apura superfaturamento em obro de sede da Petrobras, em Salvador.

(PEREIRA, M. “Fim da Lava-Jato era morte anunciada”. *O Globo*, 03/02/2021. **Grifos nossos**).

No exemplo (7), é possível ver em “novo juiz da Lava Jato no Paraná” uma ativação não ancorada, uma vez que se trata da introdução de um novo referente textual. Assim, tem-se um objeto do discurso, uma categorização, que se mantém em foco por meio das expressões “Luiz Bonat” e “juiz”, os quais se caracterizam, ambas, como ativações ancoradas na expressão inicial (“novo juiz da Lava Jato no Paraná”), o referente em questão. É importante destacar que a escolha de usar uma expressão sem muitas “pistas”, ou seja, sem muitos esclarecimentos sobre quem é, efetivamente, o novo juiz para introduzir o referente ocorre por uma estratégia de

escrita relevante e intencional. No caso, é de interesse do jornal reter a atenção do leitor e, por isso, as especificações sobre o juiz aparecem no subtítulo atuando como ativações ancoradas.

Nesse sentido, a reativação de referentes textuais pode ocorrer por meio do uso de algumas formas referenciais, podendo ser tanto de ordem gramatical quanto de ordem lexical. Koch (2018) aponta que as formas gramaticais não oferecem pistas ou instruções de sentido, atuam apenas na conexão e são divididas entre presas ou livres. Por formas referenciais gramaticais presas compreende-se os determinantes, no geral, que acompanham um nome dentro de uma expressão nominal, sendo, portanto, os artigos, os pronomes adjetivos (demonstrativos, possessivos, indefinidos, interrogativos e relativos, os numerais cardinais e ordinais). Um exemplo pode ser observado em:

(8) A Polícia Federal (PF) cumpre na manhã desta quarta-feira 25 mandados de busca e apreensão na **75ª fase da Operação Lava-Jato**. A investigação apura os possíveis crimes de corrupção, evasão de dívidas e lavagem de dinheiro durante a contratação, pela Petbrás, do fornecimento de navios lançadores de linha (PLSV) [...] (DANTAS, D. “PF deflagra a 75ª fase da Lava-Jato e investiga propinas em contratação de navios pela Petrobras”. *O Globo*, 23/09/2020. **Grifos nossos**).

É possível observar no exemplo (8) a introdução de um referente textual, destacado em negrito, “75ª fase da Operação Lava-Jato”, que é retomado pela expressão nominal sublinhada “a investigação”. O processo de retomada acontece com uma expressão composta por artigo definido “a”, um determinante, seguido de um substantivo, “investigação”. Configura-se, então, em decorrência da presença do artigo definido, um exemplo de forma referencial gramatical presa.

Já os elementos gramaticais como os pronomes pessoais de 3ª pessoa (ele/s, ela/s) e os pronomes substantivos (demonstrativos, possessivos) que possuam papel pronominal e os advérbios pronominais, tais como *lá* e *aí*, são formas referenciais gramaticais livres (KOCH, 2018, p. 38), como em:

(9) [...] **Nissim Chreim** movimento, segundo o MP, 22 milhões de dólares entre 2011 e 2016, de acordo com as delações premiadas. Ele e sua mulher, Thânia Chreim, são beneficiários de algumas *offshores* no Panamá, Suíça e Ilhas Virgens [...] (GUIMARÃES, A. “Lava Jato do RJ prende doleiro em São Paulo na Operação Câmbio, Desligo 2”. *G1*, 20/03/2019. **Grifos nossos**).

Nesse exemplo (9), nota-se a introdução do referente em “Nissim Chreim” e a reativação com o pronome pessoal de 3ª pessoa “ele”, o que configura um exemplo de forma referencial gramatical livre.

Como formas referenciais lexicais temos remissões as quais possuem instruções de conexão e, ainda, significado extensional, logo, contribuem na construção do sentido ao passo que se referem a elementos extralinguísticos. Neste grupo, temos as expressões nominais definidas, as nominalizações, as expressões sinônimas ou quase sinônimas e os hiperônimos ou indicadores de classe (KOCH, 2018). Interessa-nos, de forma mais aprofundada, as expressões nominais (também chamadas de grupos nominais) e sua manutenção - conforme veremos a seguir (seção 1.2.1). Retomando o exemplo 8, é possível observar que, ainda que a composição da expressão remissiva seja composta por uma forma referencial gramatical presa (especificamente o artigo definido “a”), toda a expressão “a investigação” atua como uma expressão nominal definida dada, como já mencionado, por sua composição de artigo definido seguido de substantivo. Portanto, temos em (8) um exemplo, também, de forma referencial lexical.

### 1.2.1 Recursos referenciais e o processo de referenciação - a manutenção de expressões nominais

As formas referenciais lexicais constroem argumentativamente a recategorização de um referente textual, que é retomado em um texto seja por um nome ou uma expressão nominal. Neste processo, integram-se características ao referente que, no decorrer do texto, é modificado e reconstruído semanticamente. Sabemos que

[...] o referente representado por um nome ou um sintagma nominal (SN) vai incorporando traços que lhe vão sendo agregados à medida que o texto se desenvolve; ou seja, como diz Blanche-Benveniste (1984), o referente se constrói no desenrolar do texto, modificando-se a cada novo “nome”. Isto é, o referente é algo que se (re)constrói textualmente (KOCH, 2018, p. 3).

Portanto, a (re)construção referencial no decorrer do texto acontece de modo consciente e não de forma desproposital, e é esse processo que constitui (re)categorizações, responsáveis por guiar o texto argumentativa e semanticamente, de modo que esse processo de retomada, por meio de expressões nominais, torne-

se relevante para a compreensão e interpretação dos textos. Esse aspecto confirma, inclusive, que, além de estabelecer a conexão atuando na progressividade do texto, essas formas compõem um significado extensional, configurando-se como elementos extralinguísticos.

Nesse sentido, Koch e Elias (2018a) apontam cinco funções das formas nominais referenciais. De acordo com as autoras, a primeira função é a já mencionada de categorizar e recategorizar os referentes, dado que sua construção se solidifica no dizer e na forma de dizer, o que abrange fatores como o objetivo, a intenção, os receptores da informação e a situação na qual se encontra para a produção desse discurso. Assim, compreende-se que

o emprego das expressões nominais serve para denominar ou categorizar as coisas do mundo de acordo com o nosso modo de compreendê-las. Ou seja, as escolhas das formas nominais não são aleatórias nem neutras, mas estão atreladas ao nosso projeto enunciativo, aos interesses no jogo interacional (KOCH E ELIAS, 2018a, p. 91).

A recategorização em si é exatamente esse processo de atribuir novas características ao referente textual por meio de nomes e expressões nominais as quais, por natureza, possuem carga semântica e orientação argumentativa, indo ao encontro dos propósitos de se dizer o que se diz, como ocorre em:

(10) **O senador José Serra** (PSDB-SP) voltou a ser alvo de uma operação da Polícia Federal, deflagrada na manhã desta terça-feira - a terceira fase da Lava-Jato na Justiça Eleitoral de São Paulo. O empresário José Seripieri Filho, fundador e ex-presidente da Qualicorp, que administra planos de saúde, foi preso temporariamente, acusado de repassar R\$ 5 milhões à campanha de Serra ao Senado em 2014, por meio de caixa 2. (CARVALHO, C; BIASETTO, D. "Lava-Jato: Serra volta ser alvo de operação da PF; fundador da Qualicorp é preso em SP". *O Globo*, 27/07/2020. **Grifos nossos**).

No exemplo acima (10), temos uma categorização, a qual serve como introdução de um referente, "o senador José Serra" e, posteriormente, uma recategorização, "o empresário José Seripieri Filho, fundador e ex-presidente da Qualicorp". É possível observar que o processo de (re)categorização não apenas introduz e mantém em foco o mesmo referente, mas também agrega informações semânticas. Isto é, a recategorização se refere de forma direta ao termo anteriormente

introduzido e traz informações antes não mencionadas, servindo tanto para manter em foco o referente que compõe o assunto central quanto para apresentar informações novas ao receptor.

A segunda função atribuída pelas autoras para as formas nominais trata-se da (re)apresentação do referente de acordo com a continuidade e avanço textual. Em outras palavras, esta função se associa ao propósito de (re)categorização referencial, pois o movimento de apresentar e reapresentar referentes constitui um modo de “transformação” do referente, de modo que o retoma/reapresenta através de nova forma nominal ou por meio de nova expressão nominal que faça alusão a ele de modo direto. Vale destacar, ainda, que a manutenção referencial também faz movimentar a memória discursiva (abordada na próxima seção, 1.3).

Encapsular e resumir informações textuais através de rótulos é a terceira função das expressões nominais. Trata-se de um processo que reivindica do receptor do texto uma capacidade interpretativa de toda a informação apresentada antes do *rótulo* (expressão nominal/sintagma nominal que resume as informações anteriormente apresentadas). É importante salientar, conforme apontam Koch e Elias (2018a, p. 94),

que todos os rótulos contêm algum grau de subjetividade, pois, no momento em que o produtor, ao rotular segmentos textuais, cria um novo objeto de discurso, ele procede a uma avaliação desses segmentos e escolhe aquele rótulo que considera adequado para a realização de seu projeto de dizer.

Desse modo, nesse processo há sempre a realização de uma escolha, que é significativa, independentemente, se em menor ou maior grau. Em síntese, esse processo atua na orientação argumentativa, proporciona um novo referente textual e, ainda, resume um segmento textual (KOCH E ELIAS, 2018a, p. 95).

(11) [...] O mensalão abriu caminho para a Lava-Jato — força-tarefa que utilizou dos mais modernos métodos de combate à corrupção, recomendados e elogiados pela OCDE, introduzindo uma nova concepção do Direito Processual e Penal.

Durante seis anos, as operações de Curitiba e do Rio descobriram um monstruoso sistema que ligava empresas a partidos e aos governos.

Até que a velha política dá a volta por cima e, como disse o ministro Luís Roberto Barroso, agora quer vingança. Quer colocar na cadeia o ex-juiz Moro e o procurador Deltan Dallagnol.

Como não conseguem esconder que houve corrupção, ministros do STF inventam essa história de que o combate à rouboalheira foi prejudicial ao país. É o contrário. Quantos investimentos deixaram de ser feitos por aqui porque só eram viáveis se os investidores entrassem na regra do jogo sujo?

**Essa insegurança jurídica** aparece inteiramente nas últimas decisões do Supremo. Não se sabe quem julga o que e onde. Conforme o réu e o momento, pode ser aqui ou ali. Conforme o juiz, o processo anda ou morre nas gavetas.

(GUIMARÃES, A. “Lava Jato do RJ prende doleiro em São Paulo na Operação Câmbio, Desligo 2”. *G1*, 20/03/2019. **Grifos nossos**).

Mesmo que o exemplo (11) seja um pequeno recorte de todo o texto de Sardenberg, é possível observar que “essa insegurança jurídica” atua como um encapsulamento de toda a situação mencionada por meio do Mensalão e da Operação Lava Jato. Desse modo, o termo destacado resume toda a situação anteriormente mencionada e se configura como um rótulo para a sequência do tópico o qual passa a ser abordado no parágrafo iniciado pela expressão, atuando de modo argumentativo para a construção das informações apresentadas.

A marcação de parágrafo, do aspecto cognitivo, por sua vez, é a quarta função desempenhada pelas expressões nominais referenciais. Nesse sentido, as expressões nominais auxiliam na organização textual, retendo a atenção do receptor no assunto abordado em cada parágrafo, apontando se se trata de um novo referente, de um referente já ativado na memória do leitor por meio do texto ou, ainda, se é um referente oriundo do encapsulamento de um grupo nominal (KOCH; ELIAS, 2018a, p. 95). De modo geral, é uma orientação a respeito do tema abordado que ocorre por meio das expressões nominais, tratando-se de um processo cognitivo e não apenas textual.

Por fim, como quinta função, Koch e Elias (2018a) apontam as expressões nominais como orientadores argumentativos em um determinado sentido. É desse ponto, associado ao aspecto de se (re)categorizar os referentes, que partimos da grande relevância das expressões nominais de consequência anafórica na interpretabilidade dos textos. Em outras palavras, as expressões nominais constituem uma *cadeia referencial* (KOCH E ELIAS, 2018a, p. 99) que se compõe de acordo com a finalidade argumentativa do enunciador. Esse processo, nas palavras de Koch e Elias (2018a, p. 99),

Trata-se, em geral, da ativação de características ou traços do referente que devem levar o interlocutor a construir determinada imagem, isto é, a vê-lo sob um determinado prisma [...].

Logo, se existe a possibilidade de escolha de uma forma nominal, entre diversas dispostas na língua, a utilização aplicada em determinado contexto é intencional e, portanto, corrobora a construção da visão do enunciador do objeto discursivo (referente textual) em questão.

Em linhas gerais, conforme aponta Cavalcante (2021):

[...] quando precisamos nos comunicar, estamos frequentemente adaptando, elaborando, modulando o nosso dizer para atender a necessidades surgidas na interação. Em outras palavras, estamos transformando os referentes, ou seja, estamos constantemente *recategorizando* os objetos (CAVALCANTE, 2021, p. 106).

Isto é, o processo de recategorização é parte constituinte do uso da língua, fazendo-se presente em toda e qualquer situação comunicativa. Com certeza, existem situações que exigem um grau menor de preocupação ou de reflexão sobre qual recategorização será empregada, mas isso não anula o fato de que esse processo recategorizador formula-se como uma estratégia argumentativa. Portanto, ao se tratar de contextos formais ou em que o uso linguístico é mais consciente, busca-se e se pensa sobre uma melhor forma para se referir a algo, tornando o processo de seleção da recategorização intencional.

### **1.3 A (re)categorização do referente e a (re)ativação da memória**

Consideramos que a escolha de uma categoria para tratar de determinado referente em um discurso pontual e específico não ocorre por acaso; se há diversas possibilidades de categorizações, selecionar uma confirma a existência de uma escolha consciente que ajusta o discurso (e seu aspecto referencial) ao contexto dado e aos propósitos de interação do produtor.

Ainda, consideramos que a determinação de uma escolha de categoria específica não altera a forma comum de se referir a algo, atribui, apenas, uma referência pontual situada em determinado contexto. Nas palavras de Mondada e Dubois,

[...] os objetos sociais não são um desvio do modo “normal” de referir, mas que, de modo simétrico, trata-se de considerar a referência aos

objetos do mundo psíquico e natural, no âmbito de uma concepção geral do processo de categorização discursiva e cognitiva tal como eles são observáveis nas práticas dos sujeitos (MONDADA e DUBOIS, 2019, p. 23).

Assim sendo, a atitude de escolher uma categoria para se determinar um referente textual é determinada pelas condições culturais, sociais, dentre outras, do momento pontual da produção discursiva e, ainda, aponta a visão do locutor. De todo modo, isso não modifica a forma natural de se tratar o referente ao qual se refere, acrescenta-lhe, apenas, uma categoria apta para a atividade discursiva determinada.

Atentando-nos ao aspecto referencial da construção da imagem discursiva de referentes textuais, ocupamo-nos da reflexão sobre a carga semântica atribuída e associada ao referente pelas formas referenciais/remissivas lexicais que o retomam. Dado o fato de escolha das (re)categorizações possíveis, dispomos de questões semânticas e pragmáticas. Nas palavras de Marcuschi,

Se as recorrências são pró-formas nominais que se dão pela repetição léxica do mesmo elemento, as pró-formas nominais são outras *substituições* léxicas para o substituído, funcionando como repetições. Esse fenômeno está submetido a vários tipos de limites e restrições tanto semânticas como pragmáticas, pois as pró-formas, ao não serem repetições léxicas nem sinônimos no sentido do termo, devem ser fundadas em propriedades semântico-pragmáticas textuais (MARCUSCHI, 2012, p. 64-65)

Exige-se, então, para o uso de pró-formas nominais, as quais assumimos aqui especificamente como expressões nominais, uma relação semântico-pragmática que parte dos indícios textuais. Isto é, ao passo que se constrói a orientação argumentativa com base nas formas remissivas que se seleciona para configurar a caracterização do referente, identifica-se a ativação/reativação na memória do receptor.

(Re)ativar a memória implica no compartilhamento mínimo de memória discursiva, a fim de que a compreensão comunicativa seja possível e ocorra em algum grau. Para tanto, as retomadas não apenas alteram o valor semântico inicial do referente, mas acrescentam-lhe novas informações e mantêm as já introduzidas. Em outras palavras,

As retomadas introduzem [...] novos elementos à expressão que substituem, conservando alguns deles. Este processamento cognitivo é textual e funciona com base em conhecimentos extralinguísticos. Mas é assim que a continuidade superficial se mantém com o auxílio

de elementos de funcionamento sociopragmático da língua (MARCUSCHI, 2012, p. 65).

Então, o processo de retomada, (re)ativação na memória discursiva e (re)categorização textual gera, efetivamente, cadeias discursivas as quais indicam de forma geral a argumentatividade pretendida pelo enunciador. Não há, então, uma relação de exclusão ou substituição dos sentidos já introduzidos, há uma soma de características e informações semânticas agregadas por meio do processo de retomada, alterando o sentido do referente ao lhe agregar novas características e informações, trazendo novas especificações de ordem argumentativa.

Nesse sentido, é importante destacar que essa construção referencial realizada por meio da memória colabora para a construção do sentido. Nas palavras de Pierre Achard (2020),

[...] o que caracteriza a palavra é sua “unidade”, sua identidade a si mesma, que permite reconhecê-la em seus diferentes contextos [...]. Cada nova coocorrência dessa unidade formal fornece então novos contextos, que vêm a contribuir à construção de sentido de que essa unidade é o suporte (ACHARD, 2020, p. 17).

Logo, constatamos que a escolha da categoria que cria o processo referencial é gerada por meio de uma seleção lexical; interessa-nos, de forma pontual, essa escolha gerada por meio de expressões nominais. Com isso, temos efetivamente a construção do sentido por meio da (re)categorização gerada pela “unidade” atuando como suporte do enunciado.

### 1.3.1 Referenciação anafórica e as expressões nominais definidas e indefinidas

Ao remeter continuamente a um mesmo referente ou elemento estritamente ligado a ele, formam-se *cadeias referenciais*, que podem ser catafóricas ou anafóricas. O processo de referência denominado catáfora corresponde à remissão “para frente”, relacionando-se ao referente/elemento textual posterior a ele, enquanto isso a referência denominada de anáfora é a remissão “para trás” e retoma um referente textual já dito.

Nesse sentido, retroceder a elementos já mencionados no texto (ou possíveis de inferir a partir deles) gera um princípio de construção textual construindo o que denominamos de *cadeia anafórica referencial*, ou seja, o processo de retomar um

referente compõe um método de referenciação por anáfora que atua na recategorização de um referente e contribui para a construção argumentativa.

Logo, desse processo, em que se identifica a introdução ancorada ou não ancorada do referente, há essa retomada capaz de ocorrer de algumas formas pontuais. Essa é, inclusive, a operação que realiza a manutenção do foco de referentes textuais já introduzidos e é a principal responsável pela progressão textual.

Com o referente já ativado, a progressão textual poderá se realizar tanto por meio de elementos gramaticais quanto por itens lexicais, recursos já mencionados anteriormente. De acordo com Koch (2018b), há três principais *estratégias de referenciação textual*: a) uso de pronomes ou outras formas de valor pronominal; b) uso de expressões nominais definidas; e c) uso de expressões nominais indefinidas (KOCH, 2018, p. 131).

O uso de pronomes ou outras formas de valor pronominal ocorre quando, efetivamente, um pronome retoma um referente textual já introduzido/ativado, como em

(12) **Sérgio Moro** destacou reconhecimento internacional à Operação Lava Jato no combate a crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. Segundo ele, o 'o Brasil não pode retroceder e destruir o passado recente de combate à corrupção e à impunidade ("Moro comenta decisão que o declarou suspeito em processos de Lula e diz ter 'tranquilidade' sobre 'acertos' de decisões. G1, 24/03/2021. **Grifos nossos**).

No exemplo, o pronome pessoal do caso reto “ele” retoma de forma direta o substantivo próprio “Sérgio Moro” (referente textual), configurando-se, o pronome, como forma remissiva pronominal (conhecido também como pronominalização), neste caso anafórica, uma vez que retoma um referente já mencionado. Este é um caso que não exploraremos, isso por nos interessar processos referenciais mais elaborados, os quais contribuem para a construção argumentativa dos textos.

Quanto à utilização de expressões nominais definidas, elas se formam pela construção linguística composta por um determinante definido, que pode ser um artigo definido ou um pronome demonstrativo, seguido de um nome (KOCH, 2018b). É comum que esse recurso referencial seja usado para a ativação de novos referentes, de forma especial quando é composto por artigo definido seguido de nome. No

exemplo a seguir, apresentamos um caso anafórico em que a construção remissiva é composta por pronome demonstrativo seguido de nome; essa escolha ocorre pelo fato de buscarmos investigar especificamente as recategorizações realizadas por anáforas ao longo do trabalho.

(13) A Procuradoria-Geral da República (PGR) tentou ampliar **um acordo de delação premiada** para incluir um novo capítulo que citaria uma suposta oferta de influência do advogado Nythalmar Dias Ferreira junto ao juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal do Rio. Essa proposta, porém, foi recusada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes — que apontou descumprimento de parâmetros legais e ausência de provas [...] (TALENTO, A.; MEGALE, B. “Gilmar Mendes recusa pedido da PGR para ampliar delação que citaria Bretas”. *O Globo*, 25/05/2021. **Grifos nossos**).

No trecho, “um acordo de delação premiada” é o referente textual que está sendo ativado/introduzido e “essa proposta” é a expressão nominal definida anafórica que o recategoriza. Essas construções definidas

[...] caracterizam-se por operar uma seleção, dentre as diversas propriedades de um referente – reais, co(n)textualmente determinados ou intencionalmente atribuídas pelo locutor – daquela ou daquelas que, em dada situação de interação, são relevantes para os propósitos do locutor (Koch, 1984, 1989, 1992, 1997). Trata-se, em geral, da ativação, dentre os conhecimentos pressupostos como partilhados com o(s) interlocutor(es) (isto é, a partir de um *background* tido por comum), de características ou traços do referente que o locutor procura ressaltar ou enfatizar (KOCH, 2020, p. 38-39).

A seleção de determinada expressão nominal definida pode levar ao receptor informações relevantes, construindo e indicando o posicionamento do enunciador/produtor do texto, contribuindo para o sentido. Koch (2020) pondera, ainda, que a escolha das expressões nominais pode acontecer, por parte do enunciador, com a intenção de informar o receptor de algo novo.

Por fim, a aplicação de expressões nominais indefinidas acontece quando se tem um artigo indefinido seguido de nome. Ainda que seja comum o uso dessa construção para a introdução de novos referentes, destacamos o caso de remissão, ou seja, a realização de anáfora por meio dessa construção:

(14) A entidade rechaça a tese de que o documento foi feito para beneficiar procuradores da Lava-Jato e afirma que **a PF** “é uma

instituição de Estado que não persegue e nem protege ninguém”<sup>4</sup> (MEGALE, B. “Associação de Delegados faz defesa de investigador que apontou irregularidades em inquérito contra Lava-Jato”. *O Globo*, 20/04/2021. **Grifos nossos**).

No trecho, observa-se “a PF” como referente textual e “uma instituição” como expressão nominal indefinida anafórica, já que retoma “PF” e é composta por artigo indefinido seguido de substantivo.

Desses processos anafóricos, gerados por expressões nominais definidas e indefinidas, identificamos as cadeias referenciais anafóricas que compõem tanto a progressão textual quanto a construção argumentativa dos enunciados e textos. Logo, a reflexão sobre essas cadeias referenciais nos proporciona a compreensão da elaboração textual e, ainda, indica o processo de categorização e recategorização que acontece nas produções textuais, possibilitando a existência uma escolha intencional em cada elemento de (re)categorização, especialmente quando toda remissão (que naturalmente configura uma recategorização de um referente introduzido/ativado) acontece por meio de uma escolha lexical intencional e corresponde à intencionalidade do produtor do enunciado.

É válido destacar, por fim, que os processos de (re)categorização também podem ocorrer por meio de catáfora, do mesmo modo que por anáfora, sem alterações em relação a sua composição e funcionamento, apresentando, como diferença, apenas o aspecto de a catáfora se tratar da remissão “para frente”, enquanto a anáfora de remissão “para trás”.

### 1.3.2 Anáfora indireta: uma estratégia referencial

Por mais que se assemelhe, de forma superficial, a uma nova estratégia de reativação de referentes, especialmente por ser “geralmente constituída por expressões nominais definidas, indefinidas e pronomes interpretados referencialmente” (MARCUSCHI, 2020, p. 53), a anáfora indireta (AI) corresponde a uma ativação de novo referente, configurando uma referenciação implícita exatamente pelo fato de não possuir um referente que o antecede ou que lhe é subsequente (MARCUSCHI, 2020). Nesse sentido, como uma estratégia referencial,

---

<sup>4</sup> Contexto: “a entidade” se trata da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal (ADPF) e “o documento”, ao qual a entidade se refere, trata-se de um ofício, emitido pelo investigador Felipe Leal, que indica irregularidades no inquérito aberto pelo STF contra procuradores da Operação Lava Jato.

compreendemos e validamos a importância da anáfora indireta, bem como a sua contribuição para a construção dos sentidos.

São expressões referenciais novas, conforme menciona Marcuschi (2020), que são inseridas como se fossem conhecidas, e se encontram ancoradas, de modo cognitivo, em expressões nominais as quais as antecedem, situação ilustrada no título e primeiro parágrafo analisado a seguir:

**(15) Justiça homologa primeiro acordo de delação premiada da Lava Jato**

Acordo homologado é referente à delação premiada de Luccas Pace Jr. Com a delação, segundo a Justiça Federal, o réu pode ter a pena reduzida.

O juiz federal Sérgio Moro homologou, ou seja, aprovou nesta quarta-feira (24) o primeiro acordo de delação premiada da Operação Lava Jato, conforme a Justiça Federal do Paraná [...] (“Justiça homologa primeiro acordo de delação premiada da Lava Jato”. G1, 24/09/2014. **Grifos nossos**).

No título, observamos a introdução do referente “(d)a Lava Jato” que, por si só, ativa na memória discursiva do interlocutor, de acordo com seu conhecimento prévio, tudo aquilo se relaciona à expressão nominal definida – trata-se de uma operação realizada pela Polícia Federal, logo, envolve investigação, agentes federais, delegados, juízes, indícios de práticas criminosas etc., em outras palavras, ativa um *frame*. Com isso, no primeiro parágrafo do texto, destaque em sublinhado, a expressão nominal definida “o juiz federal Sérgio Moro” surge como um novo referente, mas já esperado, ou seja, é conhecido pelo fato de se saber que juízes federais estão envolvidos na operação, em nível federal, e, ainda, de forma mais específica, o próprio nome do juiz, Sérgio Moro, tornou-se uma referência para a operação, na época, desenvolvida com o auxílio dele.

Ao compreendermos “o juiz federal Sérgio Moro” como uma anáfora indireta de “Operação Lava Jato”, estamos considerando tanto a função da própria AI quanto a relação que a menção do juiz possui com a operação em si. Dessa forma, fica evidente que a distinção entre anáfora direta e anáfora indireta está presente na proximidade que a relação entre os termos usados para (re)categorizar um referente textual possui um com o outro, isto é, na anáfora direta, há uma relação maior de proximidade, muitas vezes realizada por sinônimos; já na anáfora indireta, essa relação exige do interlocutor uma amplitude maior de conhecimento e de atenção para perceber a

relação determinada, que ocorre muitas vezes em uma relação de parte-todo entre anáfora indireta e expressão nominal na qual a AI se ancora.

Ainda que estabeleçamos uma relação de reativação textual entre a anáfora indireta e o referente textual anteriormente ativado, essa reativação existe e é possível em nível cognitivo e não em nível morfossintático, conforme aponta Koch (2015). Em outras palavras,

[...] trata-se de formas nominais que se encontram em dependência interpretativa de determinadas expressões da estrutura textual em desenvolvimento, o que permite que seus referentes sejam ativados por meio de processos cognitivos inferenciais, possibilitando, assim, a mobilização de conhecimentos dos mais diversos tipos armazenados na memória dos interlocutores [...] (KOCH, 2015, p. 130).

Essa relação de dependência interpretativa torna viável a compreensão de uma reativação e a retomada do referente anteriormente ativado no texto, mas sem desprezar a ativação de um novo referente produzido pela anáfora indireta. Assim, mantém-se uma relação de reativação anafórica, possibilitando a coesão e a sequência textual, fazendo parte da referenciação e, ainda, trazendo a possibilidade de se colocar em foco um novo referente textual ativado pela anáfora indireta.

Koch (2015) assevera que termos e expressões que possuam carga semântica ou informações são importantes para a compreensão das anáforas indiretas e, portanto, “podem ser denominadas ‘ancoradas’”; deste ponto, assumimos a ativação de um referente textual no qual se ancora a anáfora indireta (exatamente por esse fato, em (15), “a Lava Jato” funciona como referente textual ativado no título em que “o juiz federal Sérgio Moro” se ancora).

Concebemos, ainda com base em Koch (2015), um subtipo de anáfora indireta: a anáfora associativa. Este subtipo das anáforas indiretas apresenta algumas características prototípicas apontadas por Koch (2015), são elas:

- a. *A expressão em anáfora associativa* que apresenta um novo referente sem haver correferência, então, assume-se que o interlocutor terá os conhecimentos suficientes para preencher a interpretação inferencial;

- b. *A menção prévia de um outro referente* que apresenta elementos e informações necessárias para que o preenchimento da compreensão do novo referente ocorra;
- c. *Uma anáfora indireta*, ou seja, quando existe a necessidade de se realizar inferências para o preenchimento da interpretação adequada da expressão em anáfora associativa;
- d. Por fim, *a anáfora associativa que possui uma relação semântica* de se configurar como “ingrediente”, em outras palavras como um “componente” ou uma “parte” do referente prévio que foi introduzido e serve de âncora.

Dessa forma, a anáfora associativa é uma forma específica da anáfora indireta se colocar em funcionamento; nela, podemos observar uma relação de composição entre os elementos. Isso nos leva a compreender que, ainda no exemplo (13), é possível perceber essa relação, logo, “o juiz federal Sérgio Moro” é um componente de “a Lava Jato”, sendo uma anáfora indireta do tipo associativa.

Ainda sobre a relação entre anáfora indireta e anáfora associativa, Marcuschi (2020) indica que a anáfora associativa, em sua visão, trata-se de “AI baseadas em esquemas cognitivos e modelos mentais” (MARCUSCHI, 2020, p. 63). O autor indica esse tipo de anáfora como ancorada em “representações conceituais ou relações cognitivas encapsuladas em modelos mentais” (p. 63), são os chamados *frames*, *cenários*, *esquemas*, *scripts*. Dessa forma, para o estudioso não se tem, nesses casos, uma reativação de um referente anteriormente posto, há uma ancoragem no texto por meio de uma expressão determinada que gera “um esquema cognitivo em que estão vários elementos possíveis de ativação” (p. 63).

De acordo com Marcuschi (2020), existe relação associativa nessas relações e isso “permite dizer que a maioria das AI fundam-se em associações de algum tipo” (MARCUSCHI, 2020, p. 64). Por fim, tanto Marchuschi (2020) quanto Koch (2015) apontam que a distinção e/ou a relação entre essas formas anafóricas não são totalmente claras sequer totalmente rígidas.

De modo geral, consideramos que as anáforas indiretas envolvem um processo de interpretação e de associação relacionado diretamente com o conhecimento do interlocutor, portanto com sua memória discursiva. Todavia, essa relação não anula o aspecto de que o uso das expressões nominais as quais atuam como anáforas

indiretas, podendo ser também do tipo associativo, implicam em uma retomada de um referente anteriormente posto, ancorando-se nele e servindo como forma de (re)categorização, ao passo que introduzem novo referente, o qual pode vir a se tornar tema ou foco do texto. Assim, consideramos como formas de recategorização e de retomada dos referentes textuais também as anáforas indiretas pelo fato de a escolha dessas remissões ocorrer de forma consciente e direcionada para se alcançar o propósito comunicativo almejado pelo produtor textual, contribuindo na orientação argumentativa.

## 2. A OPERAÇÃO LAVA JATO: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, ORIGEM E FASES

No dia 17 de março de 2014, a Polícia Federal (PF) deu início a uma operação que, de acordo com o *site* do Ministério Público Federal (MPF), é uma das “maiores iniciativas de combate à corrupção e lavagem de dinheiro da história recente do Brasil”. Assim, unificavam-se quatro investigações relacionadas à apuração de desvio de recursos públicos e crimes financeiros, trata-se das operações *Dolce Vita*, *Bidone*, *Casablanca* e *Lava Jato*<sup>5</sup>.

As três primeiras operações foram batizadas com nomes de filmes clássicos, de acordo com o *site* da Polícia Federal, com base nas características pessoais de cada doleiro. Enquanto isso, *Lava Jato* foi escolhido em alusão à rede composta por postos de combustíveis e lavanderias para transferência ilegal de dinheiro utilizada pelo esquema criminoso. Dessa forma, na época, apontou-se que, nessas quatro organizações criminosas, haveria a participação de agentes públicos e empresários, além dos doleiros.

Toda investigação teve início na Justiça Federal de Curitiba, mas, conforme cresceu, apurações novas foram iniciadas em diversos estados no decorrer de mais de seis anos. De acordo com o *site* do Ministério Público Federal, a *Lava Jato* atuou em Curitiba (1ª instância e 2ª instância: TRF4), em São Paulo (1ª instância), no Rio de Janeiro (1ª instância e 2ª instância: TRF2) e em Brasília (tribunais superiores). No MPF, a estruturação do trabalho investigativo foi responsabilidade de procuradores da República.

Assim, a apuração indicou irregularidades na Petrobras, grande estatal do Brasil, e em contratos soltos, um exemplo é a obra da usina nuclear de Angra 3. De acordo com as informações disponibilizadas pelo MPF, no esquema investigado pela *Lava Jato*, grandes empreiteiras estruturadas em cartel pagavam propina para

---

<sup>5</sup> Toda essa seção foi elaborada com base nas informações retiradas dos sites do Ministério Público Federal e da Polícia Federal, os principais sites consultados foram: <http://www.pf.gov.br/imprensa/lava-jato>, <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato> e <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso/entenda-o-caso>.

agentes públicos e executivos da Petrobras – propina que variava entre 1% e 5% do valor total de contratos bilionários superfaturados.

De acordo com informações obtidas ainda no site do MPF, o esquema investigado funcionava envolvendo empreiteiras, funcionários da Petrobras, operadores financeiros, agentes políticos. As empreiteiras, as quais normalmente concorrem entre si por meio de licitações, no caso em questão, atuavam como uma espécie de “clube” com o objetivo de representar, de forma simulada, uma efetiva concorrência para conquistar os contratos da Petrobras. Havia uma espécie de “regulamento” o qual regia o cartel a fim de estabelecer a forma de distribuição das obras. Em relação aos valores a serem pagos pela Petrobras, realizavam-se ajustes e cálculos em encontros secretos em que se definia o preço e o ganhador do contrato.

O papel dos funcionários da Petrobras era assegurar que apenas as empresas relacionadas ao cartel seriam selecionadas para as licitações. Logo, os agentes públicos se envolviam no caso para favorecer as empresas envolvidas no cartel. No caso, aponta-se a omissão desses funcionários e, ainda, a existência de “negociações diretas injustificadas”, averiguando-se preços excessivos e aditivos desnecessários, além do vazamento de informações sigilosas e de se agilizar o processo de contratação, ao se suspender fases significativas.

Os operadores financeiros, por sua vez, exerciam papel de intermediários e, além de efetuarem os pagamentos das propinas, eram os responsáveis por disfarçar a propina de dinheiro limpo. Nesse processo, o dinheiro saía das empreiteiras e ia ao operador financeiro, que efetuava o repasse da verba por meio de movimentação financeira no exterior e, ainda, por meio de simulação de contratos com empresas de fachada. Após esse processo, o operador financeiro direcionava a propina a quem seria beneficiado, sempre trabalhando com dinheiro em espécie, seja realizando pagamento de bens ou transferência no exterior.

Por fim, os agentes políticos eram pessoas integrantes de partidos políticos ou estavam envolvidas com eles; esses indivíduos e partidos estavam relacionados ao processo de indicação dos diretores da Petrobras. A operação investigativa chegou a atingir o número de 55 pessoas, das quais 49 possuíam foro privilegiado – essas informações foram obtidas por meio de uma linha paralela de investigação com início

em março de 2015. As pessoas envolvidas no caso foram mencionadas em “colaborações premiadas”, realizadas em primeira instância perante procurador-geral. Dessa forma, iniciou-se, na primeira instância, a investigação nas áreas cível e criminal de agentes políticos os quais não possuíam foro privilegiado em decorrência da função, por improbidade administrativa. Sobre esses envolvidos, o MPF menciona que:

Essa repartição política revelou-se mais evidente em relação às seguintes diretorias: de Abastecimento, ocupada por Paulo Roberto Costa, entre 2004 e 2012, indicado pelo PP, com posterior apoio do MDB; de Serviços, ocupada por Renato Duque, entre 2003 e 2012, indicado pelo PT; e Internacional, ocupada por Nestor Cerveró, entre 2003 e 2008, indicado pelo MDB. [...] (BRASIL, Ministério Público Federal).

Desse modo, o próprio MPF indica que o procurador-geral da República considerou haver a associação entre os partidos políticos atuantes de forma criminosa, apontando, ainda, Fernando Baiano e João Vacari Neto como operadores financeiros envolvidos no esquema por indicação de membros do MDB e do PT.

A investigação, dessa forma, expandiu-se para os tribunais de modo paralelo à investigação iniciada no Paraná e, em janeiro de 2015, criou-se uma equipe formada por membros do MPF e do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (MPDFT) para servir de apoio à Procuradoria Geral da República nas análises dos processos que estavam no Supremo Tribunal Federal (STF). O objetivo dessa expansão da investigação era trazer agilidade aos processos que envolviam investigados com foro privilegiado.

Seguindo esse processo, em março de 2015, instaurou-se uma força-tarefa na Procuradoria Regional da República da 4ª região (PRR4) para agir em paralelo ao Tribunal Regional Federal da 4ª região (TRF4) e, em dezembro de 2015, o Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF) fundou uma força-tarefa para trabalhar na *Lava Jato* mediante o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Com as decisões do STF, a primeira instância do Ministério Público Federal obteve autorização para atuar em casos da *Operação Lava Jato*. Os primeiros casos, registra o MPF, chegaram em 2016 até a Procuradoria da República no Distrito Federal. Entretanto, não houve a instituição de um grupo específico para trabalhar nos

casos, conforme o ocorrido nos estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. Distribuíram-se as atividades aos ofícios que combatem a corrupção.

É válido indicar que toda a operação correu nos moldes de uma força-tarefa, uma vez que os procuradores contavam com o auxílio e participação de colegas, tornando a atuação conjunta. Ou seja, há, no processo, caráter de provisoriedade e transitoriedade.

Assim, apenas em 2021, após seis anos de trabalho contínuo, para garantir “estabilidade e caráter duradouro ao trabalho”, segundo o *site* do Ministério Público Federal, a operação foi integrada aos Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaecos). Organizações previstas na Resolução 146 do Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF) desde 2013, Os Gaecos são responsáveis por solucionar a questão da má distribuição dos membros das forças-tarefas, já que o mandato nesses departamentos é de dois anos.

## **2.1 Da primeira à septuagésima nona fase – a operação entre 2014 e 2021.**

As investigações realizadas desencadearam várias outras fases da operação. Nesse sentido, a seguir, apresentamos, divididas cronologicamente, cada uma das 79 fases oficiais. As 52 primeiras fases estão organizadas conforme o *site* da Polícia Federal (PF) e as fases seguintes, da 52ª até a 79ª, estão organizadas conforme informações obtidas no site do Ministério Público Federal (MPF) e no site da CNN (canal de televisão brasileiro)<sup>6</sup>.

### **2.1.1 De Operação Lava Jato à Operação Juízo Final, as sete fases iniciais de 2014.**

A operação Lava Jato teve início no dia 17 de março de 2014 em Curitiba com sua primeira fase. O propósito investigativo era constatar e confirmar a ação irregular e ilegal de doleiros os quais usariam nomes de pessoas e empresas como intermédio para realizar crimes financeiros. Ainda que as ações criminosas ocorressem em vários

---

<sup>6</sup> A partir do dia 8 de junho de 2021 o site da Polícia Federal que aborda as informações sobre a Operação Lava Jato foi retirado do ar. Dessa forma, a partir da 34ª fase da operação o trabalho teve de ser realizado apenas com as consultas disponíveis no Ministério Público Federal (sites já indicados) e no site da CNN (<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/03/07/seis-anos-da-lava-jato-relembre-todas-as-fases-da-operacao>). Outro canal do MPF que auxiliou no seguimento da pesquisa foi: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/linha-do-tempo>.

pontos do Brasil, as movimentações ilegais ocorriam com contas e empresas mantidas no Distrito Federal. Sobre as investigações da primeira fase da operação, o site da Polícia Federal indica que foram registradas operações financeiras incomuns em um total maior que 10 bilhões de reais, todas oriundas de comunicações entre os grupos sob investigação.

A segunda fase, ainda carregando o nome original da operação, foi mais breve. Iniciada em 20 de março de 2014, esta etapa realizou investigações semelhantes às realizadas na 1ª fase. Contudo, houve a extensão a outros doleiros, sendo realizados e cumpridos mais um mandado de prisão temporária do ex-diretor de Refino e Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa, acusado da destruição de provas a respeito de sua relação com o doleiro Alberto Youssef.

Menos de 30 dias depois, no dia 11 de abril de 2014, começava a terceira fase com o mesmo foco investigativo inicial. Agora tendo identificado o envolvimento de um doleiro que era colaborador da Justiça, diante acordo de colaboração estabelecido com o MPF, foram realizados mais 23 mandados, todos emitidos em busca de documentos comprobatórios para auxiliar a investigação; assim, o material coletado auxiliou na elaboração dos relatórios finais dos inquéritos que estavam em andamento.

Com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), as investigações da Operação Lava Jato retornam para a 1ª Instância no dia 10 de junho de 2014, dando início à quarta fase. Com essa ação, decretou-se a prisão preventiva de Paulo Roberto da Costa em sua residência, na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

Com o cumprimento de mais nove mandados judiciais, resultando na prisão de João Procópio de Almeida e Lara Godino da Silva, acusados de serem “laranjas” de Alberto Youssef, no dia 01 de julho de 2014, tem-se o marco da quinta fase. Um pouco mais de um mês depois, pontualmente no dia 22 de agosto de 2014, acontece em Brasília (DF) um “desdobramento técnico”, conforme menciona o site da PF, da 5ª fase, tendo-se, então, a sexta fase da operação. Nesta etapa, são efetivados onze mandados e as medidas da sexta fase foram solicitadas ao juiz da 13ª Vara Federal de Curitiba (PR) pelos membros da Força Tarefa do Ministério Público em parceria com a PF, gerando mandado de condução coercitiva para Marcelo Barboza Daniel,

genro de Paulo Roberto Costa; abrangeu-se, nesse processo, o centro de empresas relacionadas a Paulo Roberto Costa e familiares.

O ano de 2014, para a Operação Lava Jato, é encerrado com o início da então intitulada Operação Juízo Final, sétima fase, que teve início no dia 14 de novembro de 2014 em que se decretou, em Curitiba (PR), o bloqueio de R\$720,00 bilhões em bens que pertencem a 36 investigados. Nesta etapa, autorizou-se o bloqueio total de valores vinculados a três empresas pertencentes a um dos envolvidos no esquema criminoso, resultando na prisão de presidentes de empreiteiras, como Renato Duque, ex-diretor de Serviços da Petrobras, lobista Fernando Baiano e três presidentes de empreiteiras: Léo Pinheiro (OAS), Ricardo Pessoa (UTC) e Ildefonso Colares Filho (Queiroz Galvão).

#### 2.1.2 Da oitava à vigésima primeira fase, o intenso ano de 2015.

Na primeira quinzena de janeiro de 2015, a oitava fase da Operação Lava Jato teve início com a prisão do ex-diretor internacional da Petrobras, Nestor Cunat Cerveró. Apesar de, segundo o site da PF, a oitava fase ter se iniciado oficialmente no dia 14 de janeiro de 2015, foi no dia anterior (13/01/2015) que, em Curitiba, a PF efetivou o cumprimento de 13 mandados de prisão, sendo 5 deles referentes à Operação Lava Jato. Nestor Cerveró, que estava em Londres, chegou ao Brasil às 00h30 do dia 14 de janeiro e foi preso preventivamente ao desembarcar no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro (RJ), sendo levado logo pela manhã até a Superintendência da PF para interrogatório.

Mais conhecida como Operação *My Way*, a nona fase da Lava Jato foi deflagrada em 05 de fevereiro de 2015. Envolveram-se, neste desdobramento, aproximadamente, 200 policiais federais auxiliados por 25 servidores da Receita Federal.

Pouco mais de 30 dias depois, em 16 de março de 2015, 18 ordens judiciais inauguraram a décima fase, conhecida como Operação *Que país é esse?*, que gerou duas prisões, entre elas, de um segundo ex-diretor da Petrobras, Renato Duque (já condenado a 20 anos de prisão). Os presos nessa fase foram acusados de praticar

crimes como uso de documento falso, corrupção passiva e corrupção ativa, associação criminosa, fraude em processo licitatório e lavagem de dinheiro.

A fim de averiguar ações criminosas relacionadas a três ex-agentes políticos, acusados de crimes como organização criminosa, quadrilha, corrupção passiva, lavagem de dinheiro, fraude de processo licitatório, tráfico de influência e uso de documento falso, na manhã do dia 10 de abril de 2015, a PF iniciou a Operação A Origem, configurando a décima primeira fase da Lava Jato. Foi quando ocorreu a prisão do ex-deputado do PT André Vargas (na ocasião, estava sem partido)

A décima primeira fase foi caracterizada pela investigação feita em vários inquéritos policiais e com base em procedimentos que transitavam no Supremo Tribunal Federal. Assim, além das questões dos crimes cometidos e relacionados à Petrobras, a investigação dedicava-se a averiguar desvios de recursos acontecidos em outros órgãos públicos federais. Cinco dias depois, no dia 15 de abril de 2015, tem-se a décima segunda fase da Lava Jato com a intenção de efetivar a prisão preventiva de João Vaccari Neto, ex-tesoureiro do Partido dos Trabalhadores (PT), apontado como quem recebia vantagens ilegais e ilícitas oriundas de contratos fraudulentos da Petrobras, assim como realizar uma prisão temporária e um mandado de condução coercitiva.

A décima terceira fase foi desencadeada na manhã do dia 21 de maio de 2015, configurando-se como um desdobramento da fase anterior, objetivou instigar ações criminosas atribuídas a dois operadores financeiros que trabalhavam com contratos firmados por empreiteiras com a Petrobras. Nesta etapa houve a prisão de Milton Pascowitch, o qual foi acusado, já na 9ª fase, de repasses de propinas a uma empresa de José Dirceu, ex-ministro da Casa Civil.

No mês seguinte, em 19 de junho de 2015, a décima quarta fase, conhecida como Erga Omnes, teve início. Os crimes investigados foram fraude de licitações, formação de quartel, desvio de verbas públicas, corrupção, lavagem de dinheiro etc., duas grandes empreiteiras foram investigadas, além delas, que possuíam forte atuação no mercado nacional e internacional, contratantes regulares da Petrobras também foram alvos da investigação. Com isso, aconteceu a prisão de executivos das

empreiteiras Odebrecht e Andrade Gutierrez, além da prisão dos presidentes da empreita Marcelo Odebrecht e Otávio Marques de Azevedo

Por sua vez, a Operação Conexão Mônaco configura a décima quinta fase da investigação, sendo iniciada em 02 de julho de 2015. Nela, o foco principal era o recebimento de vantagens ilegais no que compete à Diretoria Internacional da Petrobras e Jorge Zelada é detido preventivamente.

Ainda no mesmo mês, em 28 de julho de 2015, nova frente investigativa inicia-se, a décima sexta fase da investigação, a Operação Radioatividade. Esta operação indicou formação de cartel, o prévio ajuste em licitações e pagamento indevido de vantagens financeiras para funcionários da estatal Eletronuclear. Nesta etapa, houve a prisão temporária do presidente da estatal Eletronuclear, Othon Luiz Pinheiro da Silva, que foi convertida em prisão preventiva por meio da decisão do STF; em seguida, o caso foi desmembrado desta operação e enviado à Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro.

A Operação Pixuleco (“pixuleco” é um termo empregado para denominar a propina recebida entre contratos), décima sétima fase, é voltada à realização de medidas cautelares a envolvidos que pagaram ou receberam vantagens indevidas originadas de contratos com o Poder Público, atingindo beneficiários finais e os conhecidos “laranjas” que foram usados nas transações. Entre os presos de forma preventiva desta fase está incluso um ex-ministro do estado, José Dirceu, há, ainda, outros investigados políticos envolvidos.

Quinze dias depois, instaura-se a décima oitava fase, Operação Pixuleco 2, deflagrada no dia 13 de agosto e sendo um desdobramento da fase anterior. Com os mesmos objetivos da fase anterior, buscou o cumprimento de 10 mandados de busca e apreensão e um mandado de prisão temporária. Aponta-se, conforme investigação, que o operador financeiro identificado na fase anterior é o responsável por arrecadar um valor maior de R\$50 milhões gerados por meio de práticas ilícitas, incluindo contrato de crédito consignado no Ministério do Planejamento. Houve, então, a detenção de Alexrande Romano, ex-vereador do PT em Americana, foi acusado de ser operador de propinas no esquema que acabou gerando a prisão de José Dirceu poucos dias antes.

No mês seguinte, em 21 de setembro, surge a Operação *Nessum Dorma* (referência a uma ópera de Turandot, significa “ninguém durma”), a décima nona fase da Lava Jato. Esta operação é oriunda dos trabalhos desenvolvidos nas fases 15, 16 e 17 e um dos propósitos é dar seguimento à investigação de um denunciado na fase número 15, Operação Conexão Mônaco, e de empreiteiras as quais já estavam sendo investigadas no processo. Foram movimentados sete mandados de busca e apreensão e, nesse processo, verificou-se a existência de uma empresa sediada no Brasil que foi beneficiada com o recebimento de R\$20 milhões de empreiteiras investigadas sob acusação de pagamento de propinas a título de serem favorecidas em contratos com a Petrobras, isso teria acontecido entre os anos de 2007 e 2013. As investigações apontaram que os envolvidos possivelmente eram intermediários de pagamentos das vantagens ilegais para agentes públicos e políticos no exterior, tudo decorrido de contratos firmados na Diretoria Internacional da Petrobras. Aqui, José Antunes Sobrinho e João Rezende Henriques, executivos da empreiteira Engevix, foram presos.

A vigésima fase teve início no dia 16 de novembro e recebeu o nome de Operação Corrosão; nela, o alvo foi ex-funcionários da Petrobras investigados por terem recebido valores indevidos de representantes de empresas contratadas, o que culminou na prisão temporária de Roberto Gonçalves, ex-operador financeiro da Petrobras, e de Nelson Ribeiro, um doleiro. Cumpriram-se, ainda, medidas que investigaram e apuraram a participação de outro operador financeiro reconhecido como facilitador nas movimentações dos recursos ilegais pagos aos integrantes da diretoria da estatal.

A última operação do ano de 2015, a vigésima primeira, recebeu o nome de Operação Passe Livre e teve início em 24 de novembro, poucos dias após a fase anterior, foi onde ocorreu a prisão do pecuarista e empresário José Carlos Bumlai, amigo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Foram realizadas investigações que indicam a realização de complexas medidas de engenharia financeira aplicadas pelos investidores com a intenção de esconder o verdadeiro destino dos valores indevidos pagos a agentes públicos e diretores da estatal.

2.1.3 Da vigésima segunda à trigésima sétima, 2016: o ano com o maior número de investigações.

No dia 27 de janeiro de 2016, iniciou-se a apuração da existência de uma estrutura criminosa voltada a oferecer a investigados na Operação a abertura de empresas *offshore* (trata-se de empresas criadas no exterior) e contas no exterior para esconder e acobertar os resultados dos crimes de corrupção, a investigação indica que esses recursos tinham origem de crimes cometidos na Petrobras. A vigésima segunda fase ficou conhecida como Operação Triplo X e se dedicou, ainda, a averiguar a ocultação de patrimônio por meio de empreendimento imobiliário, existindo a suspeita de que uma das empreiteiras, já parte da investigação, usaria o empreendimento para repassar discretamente propina a agentes envolvidos no esquema da Petrobras.

Poucos dias após, no dia 22 de fevereiro, iniciou-se a Operação Acarajé, a vigésima terceira fase, que prendeu o publicitário João Santana, marqueteiro de campanhas presidenciais de Lula e Dilma Rousseff. Sua intenção foi cumprir com medidas cautelares relacionadas a um grupo empresarial que realizava pagamentos de vantagens ilegais a um operador de propina e a um grupo de recebedores, que, ao se confirmar o envolvimento, conseguiu-se identificar o recebimento de valores no exterior que são maiores que sete milhões de dólares.

Com a finalidade de esclarecer recebimentos de vantagens de empreiteiras investigadas na Operação Lava Jato e ocultação de patrimônios, no dia 04 de março, iniciou-se a Operação Aletheia, a vigésima quarta fase, que recebeu este nome por fazer referência a uma expressão grega que significa “busca de verdade”. Dentre os mandados que resultaram na operação, tem-se o mandado de condução coercitiva do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ainda em março, no dia 21, ocorreu a primeira fase internacional da operação, intitulada como Operação Polimento, configurando a vigésima quinta fase. Nela foi realizado o cumprimento da prisão de Raul Schmidt Felipe Junior, luso-brasileiro, e se realizou ainda a busca e apreensão na residência de Schimdt, que era investigado desde a décima fase da operação e foi tido como sócio de Jorge Zelada (ex-diretor da Petrobras, sucessor de Cerveró).

No dia seguinte, 22 de março de 2016, instaurou-se a vigésima sexta fase, conhecida como Operação Xepa, um desdobramento da vigésima terceira fase

(Operação Acarajé). Constatou-se o grupo empresarial Odebrecht desenvolvia um esquema de contabilidade paralelo, em que, por ele, eram efetivados pagamentos de vantagens indevidas a terceiros que possuíam relação direta ou indireta com diversas áreas da esfera pública. Já Operação Carbono 14, nome atribuído para se referir a processos realizados pela ciência a fim de datar itens e investigar situações antigas, configurou a vigésima sétima fase e resultou na prisão de Silvio Pereira, ex-secretário do PT, tendo início no dia primeiro de abril de 2016.

A vigésima oitava fase teve início em 14 de abril de 2016 e ficou conhecida como Operação Vitória de Pirro, remetendo-se à histórica expressão de vitória conquistada com alto custo, comumente adota-se essa expressão a vitórias tidas como inúteis (referindo-se, nesse caso, ao esforço inútil dos envolvidos para impedir a realização bem-sucedida da investigação). A apuração trouxe indícios de que um dos integrantes de destaque da investigação teria agido de modo incisivo para convocar empreiteiros para prestar depoimento. Na situação, o investigado era acusado de cobrar pagamentos irregulares e indevidos, camuflados de doação eleitoral oficial em prol de partidos que compunham sua base de sustentação. Silvio Pereira é preso, ex-secretário do PT.

A Operação Repescagem surge no dia 23 de maio de 2016 com a finalidade de dar continuidade ao processo investigativo dos crimes de lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e corrupção ativa e passiva, todas ações relacionadas ao desvio de verbas associado ao esquema criminoso disposto no âmbito da Petrobras. Configurando-se como a vigésima nona fase, essa etapa da investigação apurou o envolvimento do assessor do ex-deputado José Janete e tesoureiro do Partido Progressista que, juntamente do ex-deputado, foi denunciado na Ação Penal 470 do STF. A acusação possui relação com o conhecido “Mensalão” (ocorrido em 2005), em que parlamentares federais do Partido Progressista receberiam o valor de R\$1,1 milhão de propina em espécie proveniente da empresa SMP&B Comunicação Ltda., que era controlada por Marcos Valério Fernandes de Souza. O assessor do ex-deputado foi apontado como o responsável pelo saque do valor e, na época do escândalo do “Mensalão”, foi condenado ao ser julgado pelo Plenário do STF por corrupção e lavagem de dinheiro. João Claudio Genu, ex-assessor do ex-deputado federal José Janene, foi preso.

Em 24 de maio de 2016, deflagrou-se a Operação Vício, nome atribuído em referência à prática sistemática de corrupção realizada por funcionários da Petrobras e agentes políticos que indicaram atuar, de modo intenso, por meio de atos os quais lesavam ao Estado – o nome ainda objetivou indicar que há setores do Estado que necessitam de um processo de desintoxicação da contratação corrupta presente na atuação de seus representantes. A trigésima fase contou com o envolvimento da Receita Federal do Brasil e se volta a investigações incluídas no esquema de lavagem de ativos e de corrupção originários de contratos estabelecidos com a Petrobras. As apurações dessa fase incluem a análise de contratos e repasses de valores indevidos realizados entre empresas que contrataram a Petrobras, funcionários da estatal, políticos e agentes públicos. Constatou-se que três grupos empresariais teriam usado contrato e operadores fictícios de prestação de serviços para realizar repasses para a Diretoria de Serviços e Engenharia e Diretoria de Abastecimento da Petrobras. Além disso, outro procedimento movimentou mandados os quais apuravam os pagamentos indevidos a um executivo da área internacional da Petrobras por meio de contratos realizados para a aquisição de navios-sondas.

No dia 04 de julho de 2016, inicia-se a trigésima primeira fase que contou com a participação da Receita Federal e teve como objetivo averiguar pagamento de propina a servidores da Petrobras e fraude em processos de licitação. Também compôs parte do processo investigativo dessa fase o repasse de recursos a um partido político em decorrência de empresas privadas terem tido sucesso em contratações, como é o caso do projeto de reforma do Centro de Pesquisas da Petrobras (CENPES), localizado na Ilha do Fundão (RJ). A fase ficou conhecida como Operação Abismo, referindo-se a tecnologias de exploração de gás e petróleo em águas profundas realizadas no CENPES, além disso se trata de uma referência à localização da Ilha do Fundão e à indicação de que esquemas criminosos como esses, ao serem identificados, levam a empresa ao abismo de desvio de verbas e corrupção. O alvo principal foi o ex-tesoureiro do PT, Paulo Ferreira.

Poucos dias depois, em 07 de julho de 2016, a trigésima segunda fase é instaurada com a intenção de realizar investigações sobre uma instituição financeira panamenha e averiguar a existência de prática de crimes de lavagem de dinheiro, organização criminosa transnacional e crimes contra o Sistema Financeiro Nacional.

Identificou-se, nesta fase, que a instituição financeira panamenha atuava sem autorização do Banco Central (BACEN) com a finalidade de abrir e movimentar contas no território nacional e, conseqüentemente, viabilizou o fluxo de valores de origem duvidosas para fora do Brasil, à parte do sistema financeiro brasileiro. Ademais, indícios conduziram a investigação para a confirmação de que o banco atuava como agência de “private banking”, tendo o comércio de empresas “offshore” (as quais estavam registradas pela Mossack Fonseca, empresa já investigada na vigésima segunda fase da Lava Jato) como um de seus produtos. Os serviços eram realizados e disponibilizados pelo banco investigado e pelo escritório da Mossack Fonseca a clientes atuantes no mercado financeiro de dinheiro “sujo”, a pessoas e empresas investigadas na Lava Jato, informações todas que serviram de indícios de que há a possibilidade de recursos terem sido retirados ilicitamente da Petrobras. Essa fase recebeu o nome de Operação Caça-Fantasmas por buscar compreender a real extensão da instituição bancária no Brasil e, ainda, chegar até a sua clientela e do escritório Mossack Fonseca. O principal alvo era Edson Paulo Fanton;

Conhecida como Operação Resta Um, por se tratar da última grande empresa investigada pela relação com a formação de cartel junto a Petrobras, a trigésima terceira fase é instaurada no dia dois de agosto de 2016. O objetivo central neste momento era chegar até a participação da Construtora Queiroz Galvão no “cartel de empreiteiras” – empresas organizadas com a intenção de executar as obras contratadas pela Petrobras. Foram investigadas as obras que envolveram os contratos no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, na Refinaria Abreu e Lima, Refinaria Duque de Caxias, Refinaria Landulpho Alves e Refinaria Vale do Paraíba. A construtora em questão possuía o terceiro maior número de contratos investigados na Operação Lava Jato. Executivos da Construtora Queiroz Galvão foram acusados, ainda, de prática de pagamentos indevidos a funcionários e diretores da Petrobras, realizando também repasses de verba para agremiações políticas camufladas de doações. Os presos foram Colares Filho, ex-presidente da construtora Idelfonso Colares Filho, e Othon Zanoide de Moraes, ex-diretor – também presos na 7ª fase.

A Polícia Federal inicia a trigésima quarta fase no dia 22 de setembro de 2016, intitulada Operação Arquivo X em alusão a um grupo de empresas incluso na investigação que, como marca, faz uso da repetição da consoante “x” nos nomes de

peças jurídicas as quais integram seu grupo empresarial. Os alvos desta fase foram as empresas Mendes Junior e OSX Construção Naval S/A e executivos relacionados à contratação das plataformas P+67 e P+70. Além disso, nesta fase, houve a prisão de Guido Mantega, ex-ministro da Fazenda que, posteriormente, teve sua prisão revogada. Segundo o *site* da CNN Brasil, as investigações tornaram Mantega suspeito de intermediar o pagamento de propinas ao PT, enviadas por Eike Batista. Guido Mantega, ex-ministro da Fazenda, foi preso e teve sua prisão revogada.

Poucos dias depois, no dia 26 de setembro de 2016, é deflagrada a trigésima quinta fase da operação, intitulada de Omertá. Nesta fase, Antonio Palocci, ex-ministro da Casa Civil, e Juscelino Antônio Dourado e Branislav Kontic, ex-assessores de Palocci, são presos. De acordo com o *site* da CNN Brasil, o político possuía o apelido de “italiano” nos registros em planilhas de propinas da Odebrecht. A investigação apreendeu e analisou, ainda, arquivos eletrônicos relacionados a executivos da Odebrecht, além disso envolveu três prisões.

A Operação Dragão iniciou-se no dia 10 de novembro de 2016, configurando a trigésima sexta fase da Lava Jato. Foram realizadas duas prisões com a intenção de reter documentos e provas que se envolvam com a prática criminosa de Adir Assad e Rodrigo Tacla Duran.

A prisão de Sérgio Cabral aconteceu na última fase de 2016, especificamente na trigésima sétima fase, Operação Calicute, iniciada em 17 de setembro. A ação foi coordenada entre forças-tarefas do MPF da Operação Lava Jato em Curitiba e Rio de Janeiro, a Polícia Federal e a Receita Federal. Foram investigados crimes relacionados à organização criminosa, lavagem de dinheiro, corrupção ativa e passiva em relação à formação de cartel em obras desenvolvidas pelo governo do Rio de Janeiro com dinheiro público e envolvendo pagamento de propina a agentes estatais, como Cabral, estimou-se prejuízo de mais de R\$220 milhões.

#### 2.1.4 Da trigésima oitava à quadragésima sétima fase, as dez fases de 2017

No dia 23 de fevereiro de 2017, instaura-se a trigésima oitava fase, chamada de Operação Blackout, que ocorreu no Rio de Janeiro. Os principais alvos foram Jorge Luz e Bruno Luz (pai e filho), acusados de crimes como fraude em licitações, evasão

de dívidas, lavagem de dinheiro e corrupção. Além das duas prisões, foram cumpridos mandados de buscas e apreensões com o foco de compreender a atuação dos operadores financeiros apontados como facilitadores nos pagamentos de recursos indevidos emitidos e pagos para membros das diretorias da Petrobras.

A Operação Paralelo, trigésima nona fase, teve início no dia 28 de março de 2017. Nesta fase ocorreu a prisão preventiva de Roberto Gonçalves, ex-gerente executivo de Engenharia da Petrobras. Além disso, foram alvos da investigação e dos mandados de busca e apreensão pessoas físicas e jurídicas relacionadas à corretora de valores Advalor Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

A quadragésima fase foi chamada de Operação Asfixia, deflagrada no dia 04 de maio de 2017. Cumpriram-se mandados, com quatro prisões, possuindo como foco três ex-gerentes da área de Gás e Energia da Petrobras, apontados como suspeitos do recebimento de mais de R\$100 milhões em propinas das empreiteiras que eram contratadas pela Petrobras, e operadores financeiros os quais intermediavam propina por meio de empresas de fachada.

A Operação Poço Seco, instaurada no dia 26 de maio de 2017, é a quadragésima primeira fase da Operação Lava Jato. Nela, foram presos o ex-gerente da Petrobras, Pedro Augusto Cortes Xavier Bastos, e o ex-banqueiro José Augusto Ferreira dos Santos; além disso, cumpriram-se três mandados de condução coercitiva e oito buscas e apreensões. O MPF aponta que os suspeitos receberam da empresa Compañie Beninoise mais de U\$5,5 milhões em propina.

No dia 27 de julho de 2017, iniciou-se a Operação Cobra, que corresponde à quadragésima segunda fase da operação. É preso Aldemir Bendine, ex-presidente do Banco do Brasil e da Petrobras, apontado como suspeito do recebimento de R\$3 milhões da Odebrecht a fim do favorecimento da empresa nos contratos com a Petrobras. Outras duas prisões foram realizadas, dos irmãos André Gustavo Vieira da Silva e Antônio Carlos Vieira da Silva Junior, ambos suspeitos de atuar na propina junto a Bendine.

Pela primeira vez ocorrem duas operações simultâneas, Operação Sem Fronteira e Operação Abate, que caracterizam, respectivamente, a quadragésima

terceira e a quadragésima quarta fases, iniciadas no dia 18 de agosto de 2017. A Operação Sem Fronteira se refere à facilitação para se contratar armadores gregos para fretar navios, sendo sua contrapartida o pagamento de vantagens ilegais aos envolvidos. Já a Operação Abate tratou do contrato para fornecer asfalto pela empresa estrangeira *Sargeant Marine* para a Petrobras, sua contrapartida seria o pagamento de propina aos funcionários públicos e agentes políticos. Foram emitidas seis prisões, três cumpridas, duas suspensas pelos alvos estarem no exterior e uma revogada – o deputado Cândido Vaccarezza, ex-líder do PT na Câmara, foi preso e solto quatro dias após a prisão.

No dia 23 de agosto de 2017, instaurou-se o desdobramento da operação anterior, a Operação Abate II, a quadragésima quinta fase. Nela, os alvos da operação foram Tiago Cedraz, filho do ministro do Tribunal de Contas da União Aroldo Cedraz, e o ex-deputado federal Sérgio Tourinho Dantas, além disso foram realizadas buscas e apreensões dando seguimento às investigações iniciadas na 44ª fase, agora investigando a atuação de novos envolvidos na contratação de fornecimento de asfalto pela empresa *Sargeant Marine*.

A quadragésima sexta fase teve início no dia 20 de novembro de 2017 em Curitiba. A investigação teve como resultado a prisão de Luiz Carlos Moreira da Silva, ex-gerente da Petrobras, que foi apontado como envolvido na lavagem de dinheiro na contratação de navios-sonda. Ademais, o aprofundamento das investigações apresentou indícios de crimes de corrupção e lavagem de dinheiro em contatos realizados entre a empreiteira Odebrecht e a Petroquímica Suape e a mesma empreiteira e a Citepe, relacionadas à Petroquímica – um segmento da Petrobras. De acordo com as investigações, o valor de propinas pagas no exterior é superior ao de R\$32 milhões, todos realizados e sob investigação entre os anos de 2008 e 2014.

O ano de 2017 teve como quadragésima sétima fase a Operação Sothis, deflagrada no dia 21 de setembro. O alvo da operação foi José Antonio de Jesus, ex-gerente da Transpetro, que teve sua prisão temporária, na época, decretada. A suspeita foi que ele e seus familiares negociaram o recebimento de R\$7 milhões em propinas pagas pela empresa NM Engenharia, tendo como critério o favorecimento da empresa com a subsidiária da Petrobras. O MPF indica que o pagamento foi realizado

de forma mensal em favorecimento do Partido dos Trabalhadores (PT) e o recebimento ocorreu entre setembro de 2009 e março de 2014.

#### 2.1.5 Da quadragésima oitava à quinquagésima sétima fase, as dez fases 2018

O ano de 2018 é iniciado, no dia 22 de fevereiro de 2018, com a Operação Integração, a quadragésima oitava fase da Lava Jato. Servidores públicos e empresas investigadas por corrupção, lavagem de dinheiro, peculato e associação criminosa foram os alvos da operação, todos suspeitos de participar de esquema que manipulou a fraude na gestão das concessões rodoviárias federais no Estado do Paraná. Adir Assad e Rodrigo Tacla Duran, que já haviam sido alvos na 36ª fase, e Carlos Felisberto Nasser, na época era assessor da Casa Civil do Paraná, estavam entre os investigados. Nelson Leal foi preso, acusado de recebimento de propina da concessionária Econorte.

Operação Bouna Fortuna é o nome da quadragésima nona fase, deflagrada no dia 9 de março de 2018. Nove mandados de busca e apreensão foram expedidos, entre os alvos deles estavam o escritório e a casa de Antônio Delfim Netto, ex-ministro da Fazenda, da Agricultura e do Planejamento e ex-deputado Federal. De acordo com as investigações, houve o pagamento de R\$135 milhões em propina nas obras da construção da Usina de Belo Monte (Pará).

Já no dia 23 de março de 2018, iniciou-se a quinquagésima fase, Operação Sothis II, um complemento da 47ª fase (Sothis). A empresa de engenharia Meta Manutenção e Instalações Industriais Ltda foi um dos focos da operação, havia a suspeita de que José Antônio de Jesus, ex-gerente da Transpetro, era o beneficiário do pagamento de R\$2.350.000,00 em propina.

A investigação sobre três ex-funcionários da Petrobras originou a quinquagésima primeira fase, a Operação *Deja Vu* iniciada no dia oito de maio de 2018. Os operadores João Augusto Rezende Henriques e Ângelo Tadeu Lauria estavam entre os investigados de participar do pagamento de propina (que durou, pelo menos, de 2010 a 2012) superior a U\$56,5 milhões. Os pagamentos de vantagens indevidas possuem relação com contratos fraudados firmados em 2010 pela Petrobras com a construtora Odebrecht.

A Operação Greenwich teve início em 21 de junho de 2018 e compõe a quinquagésima segunda fase. As ações foram movidas de acordo com a investigação de atitudes criminosas envolvendo corrupção e lavagem de dinheiro com a participação de Djalma Rodrigues de Souza, ex-diretor da Petroquisa, e seus familiares. Na acusação, o ex-diretor haveria recebido R\$17,7 milhões da Odebrecht entre os anos de 2010 e 2014.

No dia 9 de setembro de 2018, deflagrou-se a Operação Piloto, a quinquagésima terceira fase, que prendeu o ex-governador do Paraná Beto Richa (PSDB), sua esposa, Fernanda, Jorge Theodócio Atherino, indicado como operador financeiro de Beto Richa, e Tiago Correia Adriano Rocha, braço direito de Jorge. A investigação referiu-se à prática de corrupção, lavagem de dinheiro e fraude da licitação na construção da duplicação da PR-323, entre os municípios de Francisco Alves e Maringá, em que se favoreceu a Odebrecht, a qual efetuará o pagamento de R\$4 milhões para Richa e seu grupo.

Conexão Lisboa é como ficou conhecida a quinquagésima quarta fase, de início no dia 25 de setembro de 2018. Esta foi a segunda vez em que a Operação Lava Jato realizou-se no exterior, agora com a intenção de realizar buscas e apreensões em endereços relacionados ao operador financeiro Mario Ildeu Miranda, o qual já havia sido alvo na 51ª fase. As novas investigações indicaram que houve o pagamento de vantagens indevidas de valor superior a US\$56,6 milhões, de 2010 a 2012, pela Odebrecht com a ajuda de Miranda.

A fim de aprofundar as investigações a respeito de crimes envolvendo lavagem de dinheiro, corrupção, estelionato, sonegação fiscal e peculato no esquema relacionado com a administração das rodovias federais no Paraná, deflagrou-se, no dia 26 de setembro de 2018, a Operação Integração II, quinquagésima quinta fase da Lava Jato. Seis concessionárias, além de agentes públicos e intermediários, compuseram o alvo investigativo, sendo elas: Ecovia, Econorte, Ecocataratas, Rodonorte, Viapar e Caminhos do Paraná. Nesta fase, realizaram-se 19 prisões e 73 mandados de buscas e apreensões.

No dia 23 de setembro de 2018, a quinquagésima sexta fase, Operação Sem Fundos, foi instaurada. 22 mandados de prisões e 68 de buscas e apreensões foram

emitidos a fim de investigar ações criminosas de gestão fraudulenta, lavagem de dinheiro, corrupção e organização criminosa relacionadas com a construção da sede da Petrobras em Salvador (BA), chamada de Torre Pituba. De acordo com as investigações, o esquema de propinas e contratos fraudados ocorreu entre 2009 e 2016.

A Operação Sem Limites, quinquagésima sétima fase, deflagrou-se no dia 05 de dezembro de 2018, com a finalidade de desarticular um esquema criminoso que realizou o pagamento de US\$31 milhões para funcionários da Petrobras. O valor estaria relacionado à compra e venda de petróleo e derivados relacionados à Petrobras e outras empresas estrangeiras. Além disso, a operação investigou irregularidades com a locação de tanques de armazenagem em contratos de empresas estrangeiras e da Petrobras.

#### 2.1.6 Da quinquagésima oitava à septuagésima fase, 2019 e suas treze fases

O ano de 2019 teve início com a quinquagésima oitava fase, a Operação Piloto II, instaurada no dia 24 de janeiro. Os alvos desta fase foram o ex-governador Beto Richa e seu contador Dirceu Pupo Ferreira, em que Richa foi novamente detido, ainda que solto oito dias depois, acusado de lavagem de dinheiro, corrupção e associação criminosa. As investigações indicaram que o ex-governador recebeu ao menos R\$2,7 milhões em propinas.

A Operação Quinto Ano teve início no dia 31 de janeiro de 2019, sendo a quinquagésima nona fase. Os alvos da fase foram Wilson Quintella Filho, ex-presidente e acionista de empresas do Grupo Estre, Antonio Kanji Hoshiwaka, executivo, e Mauro de Moraes, advogado. A investigação voltou-se para a apuração de pagamentos de propinas por parte do Grupo Estre em contratos de serviços com a estatal; entre 2008 e 2017 foram movidos mais de 36 contratos que completam mais de R\$682 milhões.

A sexagésima fase recebeu o nome de Operação Ad Infinitum e foi deflagrada no dia 19 de fevereiro. Cumpriram-se mandados de busca em endereços relacionados a Paulo Vieira de Souza, conhecido como Paulo Preto e ex-diretor da estatal paulista Desenvolvimento Rodoviário (Dersa), e Aloysio Nunes Ferreira Filho, ex-chanceler do governo Temer. O esquema de lavagem de dinheiro e corrupção aplicado pela

Odebrecht estava em foco na investigação, os operadores envolvidos eram Paulo Vieira de Souza, Rodrigo Tacla Duran, Álvaro Novis e Adir Assad, todos mantiveram contato entre 2007 e 2017. O valor apurado ultrapassa R\$130 milhões e era controlado, na Suíça, em 2017, por Paulo Preto.

No dia 08 de maio de 2019, teve início a Operação Disfarces de Mamom que, segundo a CNN Brasil, recebeu esse nome em referência a um trecho bíblico “Ninguém pode servir a dois senhores (...). Não podeis servir a Deus e a Mamom”. Esta foi a sexagésima primeira fase. Nela, investigou-se o envolvimento de executivos do Banco Paulista nas operações de lavagem de dinheiro relacionadas aos membros do Setor de Operações Estruturadas. Entre os anos de 2009 e 2015, através de contratos falsos com o Banco do Brasil, a apuração indicou que, no mínimo, R\$48 milhões foram repassados pela empreiteira a seis executivos. Há, ainda, a suspeita da existência de outros repasses para empresas que seriam sem estrutura, aparentemente, no valor de R\$280 milhões.

Com o nome de Operação Rock City, em 31 de julho, a sexagésima segunda fase teve como foco investigativo a participação de executivos do grupo Petrópolis em desvio de dinheiro dos contratos públicos da Petrobras pela Odebrecht para lavagem de dinheiro. Walter Faria, presidente do Grupo Petrópolis, atuou como operador de propina na lavagem de dinheiro junto a outros cinco executivos do mesmo grupo empresarial. De acordo com a investigação da PF, o pagamento da propina aconteceu disfarçado de doação de campanha eleitoral realizada pelas companhias de Petrópolis.

Em 21 de agosto, os alvos investigados da Operação Carbonara Chimica, sexagésima terceira fase, passam a ser Maurício Ferro, Nilton Serson e Bernardo Grandi. As apurações apontaram que a Odebrecht realizava pagamentos indevidos visando à aprovação das Medidas Provisórias 470 e 472, as quais autorizariam o refinanciamento de dívidas através do uso de prejuízos fiscais da empreiteira como pagamento.

Com a Operação Pentiti, sexagésima quarta fase, iniciada em 23 de agosto de 2019, foram emitidos mandados de busca e apreensão para averiguação de locais relacionados ao Banco BTG Pactual, a André Santos Esteves, Maria das Graças Silva Foster e outros. Foram desenvolvidas duas linhas de apuração: uma em que se

investigava envolvimento ilícito relacionados à venda da Petrobras para o BTG de ativos na África; outra frente investigava o fato de que André Esteves teria realizado repasse de propina a fim de assegurar privilégios ao BTG Pactual no projeto de sondas do pré-sal da Petrobras.

A sexagésima quinta fase foi deflagrada em 10 de setembro e ficou conhecida como Operação Galeria. Nela, o alvo foi o esquema de lavagem de dinheiro e corrupção envolvendo a Transpetro, subsidiária da Petrobras, e a Usina Hidrelétrica de Bolo Monte. As investigações indicaram que Edison Lobão e Márcio Lobão, entre 2008 e 2014, fizeram solicitações e obtiveram o recebimento de propinas dos grupos Odebrecht e Estre no valor de R\$50 milhões. Foram encontradas evidências apontando que a lavagem de dinheiro aconteceu até 2019. Além disso, os indícios mostraram que os pagamentos indevidos foram passados, em espécie, no escritório de advocacia relacionado à família Lobão, no Rio de Janeiro.

No dia 27 de setembro, a Operação Alerta Mínimo, sexagésima sexta fase, foi iniciada. Nesta fase, três gerentes e um ex-gerente do Banco do Brasil foram investigados sendo acusados de agirem como facilitadores de operações de lavagem de dinheiro entre 2011 e 2014. De acordo com as investigações, grande parte do dinheiro desviado transformou-se em dinheiro vivo para empreiteiras realizarem pagamentos indevidos de contratos com a Petrobras.

Tango & Cash é a operação que configurou a sexagésima sétima fase deflagrada no dia 23 de outubro de 2019. Foram emitidos 23 mandados de busca e apreensão realizados em São Paulo e no Rio de Janeiro. O propósito foi finalizar as investigações a respeito do envolvimento de executivos do Grupo ítalo-argentino Techint que participou do cartel de empresas e realizou o pagamento de propina aos funcionários de alto escalão de três diretorias diferentes da Petrobras. A Techint atuou sozinha e, ainda, através de subsidiárias brasileiras, Techint Engenharia e Construção e Confab Industrial, com o objetivo de sua contratação como fornecedora de tubos e equipamentos da estatal. Estão inclusos nas apurações os ex-funcionários beneficiários dos pagamentos indevidos e por lavagem de dinheiro os intermediários, inclusive as duas empresas de consultoria.

No dia 29 de novembro de 2019, iniciou-se a sexagésima oitava fase da Operação Lava Jato, a terceira etapa realizada no exterior, cumprida na Suíça.

Medidas foram cumpridas em locais relacionadas às empresas Vitol e Trafigura, grandes empresas de comercialização de petróleo e derivados. A intenção das diligências foi dar sequência às apurações realizadas no Brasil em relação aos crimes de corrupção, organização criminosa e lavagem de ativos que indicam o envolvimento de membros da cúpula das duas empresas.

A sexagésima nona fase teve início no dia 10 de dezembro, o foco foi aprofundar as apurações a respeito dos repasses financeiros suspeitos e efetivados por empresas do grupo Oi/Telemar em favorecimento das empresas do grupo Gamecorp/Gol, que eram controladas por Fábio Luis Lula da Silva, Jonas Suassuna e Fernando Bittar. De acordo com as investigações, houve pagamentos superiores a R\$132 milhões, realizados de 2004 a 2016, sem justificativa econômica aceitável para sua realização no momento em que o grupo Oi/Telemar recebeu benefício por vários atos praticados pelo Governo Federal.

A última operação do ano de 2019, septuagésima fase, foi deflagrada no dia 18 de dezembro. O propósito da fase foi aprofundar as apurações a respeito dos esquemas de corrupção em contratos de afretamento de navios relacionados à Gerência Executiva de Logística da Diretoria de Abastecimento. É necessário, para suas atividades, que a Petrobras tenha disponível navios para realizar o transporte marítimo de produtos, especialmente de petróleo e derivados. No acordo investigado estavam envolvidas as empresas Maersk, Tide Maritime e Ferchem; apurou-se, ainda, o privilégio em informações que favoreciam essas companhias em troca de propina aos funcionários da Petrobras.

#### 2.1.7 Da septuagésima primeira à septuagésima oitava fase, 2020: o ano de oito fases

Apenas no dia 18 de junho de 2020 aconteceu a primeira operação da Lava Jato em 2020, que compôs a septuagésima primeira fase de toda a investigação. Nesta fase, o foco foi aprimorar as investigações sobre a participação do operador financeiro ligado ao ex-ministro de Minas e Energia em esquemas de corrupção no âmbito comercial da Petrobras, de forma especial em relação à comercialização externa de asfalto e produtos escuros. As diligências almejavam, também, averiguar se possuem procedência os indícios de que a participação do operador financeiro haveria se ampliado para demais negócios do âmbito comercial da Petrobras e, ainda, para negócios do âmbito petroquímico da estatal.

A septuagésima segunda fase foi deflagrada no dia 19 de agosto, tendo como nome Operação Navegar é Preciso. O objetivo da fase foi averiguar a relação de dois empresários com esquemas de corrupção na Transpetro que envolvem contratos de construção de navios combinados pela Petrobras com o estaleiro EISA – Estaleiro Ilha S.A. As investigações apontam que, possivelmente, o esquema movimentou mais de R\$40 milhões em pagamentos indevidos. Os mandados de busca e apreensão foram destinados aos endereços de quatro empresas do grupo investigado.

Iniciou-se a Operação Ombro a ombro no dia 25 de agosto de 2020, configurando a septuagésima terceira fase. Nela, o foco das investigações foi a relação da participação de intermediários no recebimento de pagamentos indevidos pagos pelo cartel das empreiteiras em favor de Vital do Rêgo Filho (PMDB), ex-senador, na época em que ele esteve na presidência da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Petrobras, feita no Congresso Nacional em 2014. De acordo com o MPF, na mesma data, o pagamento de R\$3 milhões para Vital do Rêgo por parte de Léo Pinheiro foi denunciado, ele era, então, presidente da OAS, a finalidade seria que os executivos da OAS não fossem convocados para depor no inquérito da Petrobras.

No dia 10 de setembro de 2020, deflagrou-se a septuagésima quarta fase, Operação Sovrapprezzo. O foco das apurações foi averiguar a relação do envolvimento de funcionários da Diretoria Financeira da Petrobras na rede criminosa conduzida por executivos de alto escalão do Banco Paulista direcionadas para atos criminosos voltados contra a Administração Pública, contra o Sistema Financeiro Nacional e de lavagem de capitais perante o uso de instrumentos de ocultação e dissimulação da origem indevida de ativos financeiros. Segundo as investigações, as transações de moeda estrangeira, envolvendo compra e venda, superaram R\$7 bilhões entre 2008 e 2011.

A Operação Boeman, septuagésima quinta fase, foi iniciada no dia 23 de setembro. As possíveis práticas de corrupção e lavagem de dinheiro relacionadas aos contratos firmados por empresas do Grupo Seadrill com a Petrobras foram os alvos dessa fase, os contratos, que atingiram o total de R\$2,7 bilhões, objetivavam o fornecimento de três navios lançadores de linha (PLSV).

Chamada de Operação Sem Limites III, a septuagésima sexta fase teve início no dia 07 de outubro de 2020. Foram investigadas possíveis ações ilícitas na relação

entre executivos de *trading companies*, com ou sem intermediários, e membros na ativa durante a época dos fatos. Como o nome indica, esta fase é a continuidade de apurações iniciadas anteriormente.

Deflagrada no dia 20 de outubro de 2020, a septuagésima sétima fase recebeu o nome de Operação Sem Limites IV. Foram alvos ex-funcionários e funcionários da Petrobras que, durante os anos de 2005 e 2015, haviam recebido por volta de R\$12 milhões a fim de beneficiar uma empresa estrangeira em 61 operações de comercialização internacional de querosene de aviação e diesel efetivados por parte dos escritórios da Petrobras de Londres, Singapura e Houston, abrangendo uma quantidade superior de 3,3 bilhões de litros de combustível em compra e venda.

O ano de 2020 foi finalizado com a Operação Sem Limites V, iniciada no dia 26 de novembro de 2020, e configurou a septuagésima oitava fase. O objetivo foi investigar um ex-funcionário da Petrobras que teria recebido por volta de R\$11,8 milhões, entre 2009 e 2015, para dar benefício a uma empresa estrangeira em 303 operações de venda de combustíveis marítimos efetivados pela estatal.

#### 2.1.8 Operação Vernissage, o ano de uma única fase: 2021

A Operação Vernissage é o último registro oficial, até então, de fases da Operação Lava Jato. A septuagésima nona fase foi deflagrada no dia 12 de janeiro de 2021 como um desdobramento da 65ª fase e se compôs por 11 mandados de buscas e apreensões. A intenção foi aprofundar as apurações sobre os possíveis crimes de lavagem de dinheiro envolvendo a prática de crimes contra a Petrobras Transportes (Transpetro entre os anos de 2005 e 2014). A CNN Brasil menciona que entre os alvos estavam Márcio Lobão e Edison Lobão Filho, ambos filhos de Edison Lobão (MDB), ex-ministro de Minas e Energia entre os anos de 2008 e 2014.

### 3. A REDE GLOBO E O DISCURSO MIDIÁTICO

O discurso midiático e a composição do que é hoje o Grupo Globo compõem parte relevante de nossa reflexão e, em nossa análise, as duas coisas se mesclam uma vez que voltamos nosso olhar exclusivamente para a análise de textos retirados de dois seguimentos constituintes do referido Grupo, o jornal *O Globo* e o portal de notícias *G1*.

Hoje, o Grupo Globo engloba diversos segmentos de comunicação e entretenimento, incluindo o jornal *O Globo* (foco de nossa análise) que ainda é impresso, mas conta com acervo digital completo desde sua primeira edição, o portal de notícias *G1* (também foco de nossa análise), que é totalmente *online*, o canal televisivo Rede Globo, detentor de grande parte da audiência brasileira, Viva, entre outros. A proporção que o Grupo tomou corresponde ao impacto e à influência que seus principais canais possuem. Dessa forma, faz-se relevante compreender o caminho seguido para ser considerado um dos grandes meios de comunicação brasileiro.

Além disso, é importante considerar as formações e os conceitos básicos que estão envolvidos no discurso midiático. Para tanto, apresentamos de forma breve uma reflexão sobre o discurso da mídia.

#### 3.1 O Grupo Globo – de Irineu Marinho a Roberto Irineu

A história de Irineu Marinho com a imprensa originou-se anos antes da existência do jornal *O Globo* e do próprio Grupo Globo. Em julho de 1911, Irineu Marinho fundou o jornal *A Noite*, um jornal vespertino, em que atuou até maio de 1924 quando deixou o jornal depois de uma viagem à Europa com a família por motivos de saúde já com planos de iniciar um novo jornal<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup>Todas as informações desta subseção foram retiradas do site do Roberto Marinho, que apresenta um panorama geral e breve da história e formação do Grupo Globo: <https://robertomarinho.globo.com/hgg/>.



Fonte: <https://robertomarinho.globo.com/hgg/>. Acesso em 06/08/2021.

Um ano e um mês depois de sua saída do jornal *A Noite*, em julho de 1925, Irineu Marinho funda, com a primeira edição, o jornal *O Globo*, sendo vespertino, contando com duas edições diárias e tendo recebido seu nome a partir de um concurso popular. O prédio do Liceu de Artes e Ofícios, no Largo da Carioca, no Rio de Janeiro, é a sede inaugural do jornal que começa a atuar por meio apenas de uma máquina rotativa e uma equipe de jornalistas também de origem do jornal *A Noite* para acompanhar Irineu Marino. Pesarosamente, 25 dias após o lançamento do novo jornal Irineu Marinho falece. Nessas circunstâncias, o jornalista Eurycles de Mattos torna-se o diretor-redator-chefe e o filho de Irineu, Roberto Marinho, assume a função de secretário.



Fonte: <https://robertomarinho.globo.com/hgg/>. Acesso em 06/08/2021.

Apenas em 1931, Roberto Marinho passa a assumir o cargo de presidente do Globo, iniciando sua carreira como um dos jornalistas mais populares do Brasil. Em 1954, a sede da redação do jornal passa a ser na rua Irineu Marinho e quase 50 anos após a primeira publicação do jornal, ele se torna matutino. Roberto Marinho se mantém na presidência do jornal até seu falecimento, em 6 de agosto de 2003.

Mais de dez anos depois, em dezembro de 1944, foi inaugurada a Rádio Globo (AM), primeira emissora do futuro Sistema Globo de Rádio, com sede no Rio de Janeiro e sendo baseada “no tripé notícias, futebol e entretenimento”. Apenas em 2018, a rádio se mudou para o prédio da Infoglobo, centro do Rio de Janeiro, onde as transmissões ocorrem de forma integralmente digital.



Fonte: <https://robertomarinho.globo.com/hgg/>. Acesso em 06/08/2021.

A Rio Gráfica e Editora é criada e fundada em maio de 1952 por Roberto Marinho com sede no Rio Comprido, Rio de Janeiro. Na época, um dos maiores parques gráficos da América Latina pertencia à editora. A Editora Globo, de Porto Alegre, foi comprada por Roberto Marinho só em 1986 e era dona de um vasto catálogo de livros do país, só então que a sede da editora se muda para São Paulo, ao unir as duas editoras.

Com a aprovação do presidente Juscelino Kubitschek, aprova-se em julho de 1957 a concessão de uma estação televisiva para a Rádio Globo, dando origem ao canal 4, que veio a ser a TV Globo, no Rio de Janeiro.

## **Readquire a RÁDIO GLOBO o Seu Canal de Televisão**

**O** PRESIDENTE da República acaba de aprovar a exposição de motivos do Ministro da Viação, mandando fazer à RÁDIO GLOBO a concessão do canal 4, até então pertencente à Rádio Nacional. Os que tem preconizado, como O GLOBO, que o Estado não interfira na economia privada, sobretudo nos setores de imprensa, controlando a opinião pública, estão de parabéns. Mas o ato do Sr. Juscelino Kubitschek teve uma significação maior, pois veio reparar injustiça decorrente de perseguição política de que tinha sido vítima a RÁDIO GLOBO em consequência de suas críticas ao Governo.

**E**FETIVAMENTE, a RÁDIO GLOBO foi a primeira estação, entre nós, a pleitear um canal de televisão. Seu requerimento nesse sentido, à frente dos demais, era datado de 9 de janeiro de 1951. Inicialmente deferido, como era de justiça, em face de parecer da Comissão Técnica de Rádio, segundo se vê no despacho publicado no "Diário Oficial" de 13 de março de 1951, foi posteriormente indeferido, para decisão do então Presidente da República, como consta do despacho no "Diário Oficial" de 24 de janeiro de 1953.

**A** RECUSA governamental, definida três anos depois de formulado e inicialmente atendido o pedido da RÁDIO GLOBO, não se originou em razões de ordem técnica ou outras merecedoras de acolhida. Muito pelo contrário, tudo fazia prever que o Governo seguisse o princípio de aceitar as conclusões da Comissão Técnica de Rádio. Fatores outros, de natureza política, envolvendo uma parcialidade inadmissível no trato dos negócios de interesse do País, levaram a recusa final, com a agravante de que, nessa época, sete canais foram distribuídos a emissoras cujos pedidos tinham sido muito posteriores aos da RÁDIO GLOBO.

**C**OMO no Rio, também em São Paulo, em Belo Horizonte, em todas as capitais, em todo o País, têm sido feitas centenas de concessões de canais de rádio e de televisão, sem qualquer concorrência ou outra formalidade nesse sentido, de acordo, aliás, com a lei.

**C**ABE agora à RÁDIO GLOBO, que tem sido um instrumento de debate dos grandes problemas do País, e que tem sabido manter diante dos poderes públicos uma independência que todos lhe reconhecem, ver restabelecido o seu direito de entrar no campo da televisão.

Fonte: <https://robertomarinho.globo.com/hgg/>. Acesso em 06/08/2021.

A inauguração da TV Globo ocorre no dia 26 de abril de 1965, o canal 4 no Rio de Janeiro. Essa emissora é considerada o “embrião” do que veio a se tornar a Rede Globo de Televisão, era localizada em um prédio do Jardim Botânico e já era projetada para acomodar a estação de televisão, o que não acontecia, na época, com as demais emissoras. A partir disso, tem-se a movimentação do mercado televisivo no Brasil. A emissora possuía “uma programação baseada em jornalismo e entretenimento, tendo a novela como carro chefe” e em algum tempo conseguiu começar a ser distribuída nos demais estados com o intermédio de outras emissoras, as quais eram de outros empresários ou ainda emissoras afiliadas. Assim, a Rede Globo constituiu-se com o total de cinco emissoras próprias da Família Marinho e 115 emissoras afiliadas em solo brasileiro.



Fonte: <https://robertomarinho.globo.com/hgg/>. Acesso em 06/08/2021.

Ainda em 1965, no mês de maio, acontece a compra do canal 5, TV Paulista, da Organização Victor Costa. Em 1966, a emissora passa a se chamar TV Globo São Paulo, e tem início programas jornalísticos e telejornais como *Jornal Hoje*, *Jornal da Globo* e *Hora Um da Notícia*, além disso, iniciam-se os programas de entretenimento *Altas Horas* e *Programa do Jô*.

Já em fevereiro de 1968, inaugura a TV Globo Minas, em Belo Horizonte, comprada em 1967 do empresário João Batista do Amaral e conhecido *Pipa do Amaral*. Logo em seguida, em setembro de 1969, entra no ar o *Jornal Nacional (JN)* marcando o princípio da Rede Globo de Televisão e sendo o primeiro telejornal transmitido em rede pela via Embratel. A inovação do *JN* é a “escaladas”, as breves chamadas na abertura do jornal dos assuntos mais importantes, já iniciando o primeiro bloco com o assunto principal do dia, enquanto os demais jornais deixavam apenas para o fim a notícia mais importante. Além disso, outros diferenciais foram o “boa noite” de despedida diária dos apresentadores, idealizado pelos editores do jornal, e a participação “ao vivo” de repórteres dos locais em que ocorreram as notícias.



Fonte: <https://robertomarinho.globo.com/hgg/>. Acesso em 06/08/2021.

A criação da gravadora Som Livre ocorre em abril de 1971 com o lançamento do disco que continha a trilha sonora da novela nacional *O Cafona*. Ao longo dos anos, a atuação da gravadora foi se expandindo, chegando às áreas de licenciamento internacional, shows, vendas digitais e edição musical. Mesmo com a consolidação da gravadora como uma das melhores do país, em abril de 2021, o Grupo Globo vende-a para a Sony Music Entertainment. Ainda em abril de 1971, inaugurou a TV Globo Brasília, sendo a primeira emissora a estar na torre de televisão da capital do país, a concessão foi autorizada em 1962 pelo presidente João Goulart. Um ano depois, em abril de 1972, inaugurou a TV Globo Recife, que hoje é a Globo Nordeste. Na época, foi a primeira emissora pernambucana e, da mesma forma que a emissora de São Paulo, foi comprada do empresário Victor Costa.

A TV Globo efetiva o conceito de rede em janeiro de 1975, já que exhibe uma parte de sua programação para todo o Brasil de forma simultânea. Esse foi o momento em que a Rede Globo colocou-se como líder de audiência possuindo o modelo de grade de programação vertical e horizontal, possuindo exibição de segunda a sábado com horário nobre composto por duas novelas, uma antes e outra depois do *Jornal Nacional*, e finalizando com um programa de *shows*.

No ano seguinte, em abril de 1976, a Globo passa a exportar programas. A inauguração de vender para o exterior ocorre com a novela *O Bem-Amado*, de Dias Gomes. Vê-se *El Bien Amado* na TV Monte Carlos de Montevideo, Uruguai, em 22 de março de 1976. Depois, quase todos os países da América do Sul compraram a novela. Assim, abriu-se caminho para se tornar a novela um produto de exportação.

Antes disso, ocorriam apenas negócios com textos, feito os das novelas *Véu de Noiva*, *Irmãos Coragem* e *O Homem que Deve Morrer*. Já em 1977, ocorre a primeira venda de telenovela para outro continente, a novela *Gabriela* é vendida para Portugal. Dessa forma, a teledramaturgia da Rede Globo começa a ser exportada para diversos países do mundo, a partir de 1980.

Em novembro de 1977, cria-se a Fundação Roberto Marinho, sem fins lucrativos e sendo uma entidade privada, que tem como propósito realizar ações nas áreas de educação, patrimônio e meio ambiente. Logo em seu segundo ano a Fundação promove o *Telecurso 2º Grau* o qual se torna o primeiro programa de educação a distância e é aplicado por várias escolas da rede pública em vários estados do Brasil. No âmbito do patrimônio, a Fundação aplica vários projetos de recuperação e construção de museus, bibliotecas, edificações históricas e bairros. No que compete ao meio ambiente, a Fundação atuou com projetos de educação ambiental na recuperação de parques, criação de programas de televisão, como a *Globo Ecologia* e recuperação de parques.

No mês de agosto de 1985, a Rede Globo em parceria com a rede estatal italiana Rai, compra a TV Internazionale, proprietária dos direitos de transmissão em italiano do Telemontecarlo. Já em 1994, o Grupo realiza a venda de suas ações para o grupo italiano Ferruzzi, que adquire o controle integral da empresa.

Um ano depois, em agosto de 1986, a Editora Globo é comprada pela Rio Gráfica e Editora, que passa a possuir o controle acionário da Editora Globo de Porto Alegre, fundada pela família Bertaso no ano de 1883. A Rio Gráfica decide adotar como nome *Editora Globo S.A.* e amplia a edição de livros, revistas e fascículos. Em 1989, ocorre a compra da Editora Pró-sucesso da revista *Pequenas Empresas, Grandes Negócios*, tornando-se a primeira que aborda a temática de empreendedorismo em território brasileiro. Já em abril de 1991, a revista *Marie Claire*, de publicação francesa, chega ao país se direcionando ao público feminino. Em 1998, a *Época* é lançada como revista semanal que aborda assuntos de política, economia, comportamento, ciências e artes. Após dois anos, *Quem Acontece*, revista semanal, passa a ser publicada com foco para as celebridades. No ano de 2007, *Época Negócios* é publicada tendo como assunto jornalismo de economia. Assim, a Editora Globo lança, ainda, livros digitais e impressos de vários autores brasileiros feito

Machado de Assis, Érico Veríssimo e Mário Quintana e autores estrangeiros como Honoré de Balzac e Marcel Proust.

Ainda no ano de 1986, no mês de dezembro, as Organizações Globo compram o controle acionário da Nec, fabricante de equipamentos de telefonia com origem japonesa. Mais de 10 anos depois, o Grupo vende a Nec Brasil para a Nec Corporation do Japão.

A Central Brasileira de Notícias (CBN) é inaugurada em outubro de 1991, tornando-se a primeira emissora de rádio no Brasil elaborada para a transmissão de jornalismo 24 horas por dia e aplica o modelo *all News*. A partir de 2018, a CBN se muda para o prédio da Infoglobo e passa a ser produzida de forma digital integralmente. Na mesma época, inaugura-se a *Globosat*, que é a formatação atual de Canais Globo, trata-se de uma programadora por assinatura de TV, a primeira do Brasil, e possui início com quatro canais, o GNT, o Top Sports (que veio a se chamar SporTV), o Multishow e o Telecine. Tempo depois, a rede de canais passa a ter mais de 30 canais com programação contínua 24 horas, contando com novos programas como GloboNews, Viva, Gloob etc. Apenas em 2020 que a *Globosat* passa a se chamar Canais Globo, uma vez que se integra à Globo, e, assim, as plataformas a serem disponibilizadas aos assinantes são Canais Globo e Globoplay.

No ano seguinte, especificamente em agosto de 1992, a Globo Cochrane Gráfica e Editora foi inaugurada, sendo resultado da sociedade entre Globopar e a Cochrane, um grupo chileno, tornando-se a nova gráfica da Editora Globo. Anos mais tarde, em 2008, a gráfica foi vendida à Sociedade Brasileira de Organizações e participações (Sobrapar).

# Editora Globo investe Cr\$ 7,2 bi para ter sua própria gráfica

SÃO PAULO — A Editora Globo está investindo US\$ 20 milhões (Cr\$ 7,2 bilhões pelo câmbio comercial) para instalar sua própria gráfica em Vinhedo, interior de São Paulo, em parceria com a gráfica chilena Cochrane S/A. A gráfica — que começa a operar em maio do próximo ano — terá capacidade para imprimir 28 milhões de cadernos por mês, e 40% de sua produção serão destinadas a serviços externos.

Segundo o Diretor Geral da Globo, Ricardo Fischer, os 60% restantes atenderão a apenas 30% das necessidades da empresa, que vai publicar 80 milhões de exemplares este ano.

A editora mantém hoje 40 títulos regulares e pretende se expandir prevendo o lançamento de três produtos para o público adulto por ano. No primeiro semestre, a editora lançou a revista feminina Marie Claire e a publicação especializada CD. Esse mês coloca nas bancas a revista Globo Ciência, que consumiu um investimento de US\$ 2 milhões para competir em um mercado que hoje só conta com a Super Interessante, da Editora Abril. A tiragem inicial será de



'Globo Ciência': nas bancas este mês

200 mil exemplares por mês.

A editora também está contando com um reforço especial em sua estratégia de saltar dos 20% de participação de mercado para 25% até 1993: contratou para assumir sua diretoria comercial Orlando dos Santos Marques, que ocupava a mesma posição no jornal "O Estado de São Paulo".

Fonte: <https://robertomarinho.globo.com/hgg/>. Acesso em 06/08/2021.

Ainda em 1992, no mês de outubro, a Sociedade Independente de Comunicação (SIC) é lançada, sendo o primeiro canal privado de televisão de Portugal. Em 2003 as Organizações Globo vendem seus 15% de participação na emissora ao Banco Português do Investimento (BPI).

# TV portuguesa associada à Globo vai ao ar até dezembro

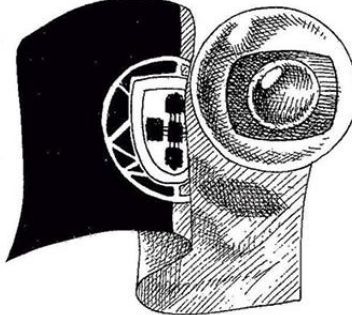
SANDRA COHEN

O empresário Francisco Pinto Balsemão, acionista principal da Sociedade Independente de Comunicação — que ganhou a concessão de um canal privado da televisão portuguesa — pretende colocar a emissora no ar entre setembro e dezembro deste ano. Ele afirmou ontem que o know-how técnico e de programação da TV Globo, que tem a participação de 15% da SIC, será de grande ajuda para a nova emissora: com capital estimado em US\$ 42 milhões (Cr\$ 58,42 bilhões ao câmbio comercial), seu currículo será a informação, com quatro blocos de noticiários por dia. Em cinco anos, na avaliação de Balsemão, a SIC terá condições de ultrapassar a audiência do Canal 1 da Radiotelevisão Portuguesa, sua maior concorrente.

Além da SIC, a televisão portuguesa contará com outro canal privado: a Televisão Independente (TVI), projeto vinculado à Igreja Católica. Os dois canais concorrem com as duas emissoras da RTP, que há 34 anos detêm o monopólio estatal de televisão em Portugal.

Ex-primeiro-ministro, dono do semanário "Expresso" e dos grupos "Sejornal" e "Controljornal", Pinto Balsemão aposta que conquistará o telespectador português com uma programação diferente, popular e ao mesmo tempo mais inteligente do atual. Além dos noticiários, a SIC terá programas de debates, concursos diários e produção externa de novelas, filmes e esportes.

— O ritmo e o dinamismo diferenciaram a SIC das atuais emissoras. Transmissões uma programação mais viva e ampla, não tão política, sobretudo no



âmbito português. Não queremos fazer uma televisão para minorias ou elites, mas pretendemos que seja inteligente. Seremos uma emissora popular, sem nível: por baixo — explicou Pinto Balsemão.

Logo depois que a decisão do Governo português foi anunciada, o empresário começou a colocar em prática os planos elaborados ao longo dos últimos seis anos: a contratação dos equipamentos e da programação — acrescentou o empresário. Ele acredita ainda que já no próximo ano conseguirá conquistar facilmente a fatia de 20% do mercado publicitário, estimado para 1992 em cerca de US\$ 6 milhões (Cr\$ 8,3 bilhões). Essa será o seu maior desafio.

— Após ganhar a concorrência, adquirir equipamentos e instalações, partimos para a etapa decisiva: fazer uma emissora rentável.

programação por semana.

— Além de ser sócia e ter um representante permanente na comissão executiva, a TV Globo nos dará uma importante contribuição por sua experiência no setor. Ajudará na escolha dos equipamentos e da programação — acrescentou o empresário.

Ele acredita ainda que já no próximo ano conseguirá conquistar facilmente a fatia de 20% do mercado publicitário, estimado para 1992 em cerca de US\$ 6 milhões (Cr\$ 8,3 bilhões). Essa será o seu maior desafio.

— Após ganhar a concorrência, adquirir equipamentos e instalações, partimos para a etapa decisiva: fazer uma emissora rentável.

## TVI: programação sem sexo e violência

A TVI, o quarto canal televisivo de Portugal, calcará sua programação na concepção cristã e principal acionista é emissora católica Rádio Renascença, com 20% do capital, que também congrega entidades religiosas como o Patriarcado de Lisboa, Misericórdias e a Universidade Católica. Seu objetivo principal é respeitar os valores cristãos: para isso, rejeitará cenas de sexo e violência em sua programação, que será transmitida dentro de um ano.

Seus parceiros internacionais são a Antena 3 francesa, a KRO holandesa e a produtora Lumen, também dos Países Baixos. A TVI investirá inicialmente US\$ 21 milhões (Cr\$ 29,2 bilhões ao câmbio comercial) e terá 500 funcionários. Além da publicidade, terá como fonte de renda as contribuições da Liga de Amigos da TVI.

A decisão anunciada na quinta-feira após a reunião do Conselho de Ministros pôs fim a um longo processo de concorrência para dois canais privados, disputado por três projetos: SIC, TVI e TVI, este último liderado pelo empresário Proença de Carvalho e que tinha entre seus principais acionistas o grupo Presslivre, que controla os jornais "Correio da Manhã", "Independente" e "Semanário", entre outros.

Os projetos dos três candidatos foram analisados por um júri da Alta Autoridade de Comunicação Social e o resultado final, que caberia ao Governo, seria anunciado em agosto do ano passado. O Governo alegou falta de condições políticas e adiou a decisão para depois das eleições legislativas de outubro. (S.C.)

## Autan estreia na TV para vender 25% mais

SUZANA BARELLI

SÃO PAULO — A Bayer do Brasil, fabricante do repelente Autan, quer aumentar entre 20 e 25% as vendas do produto este ano, passando das atuais 1,8 milhão de unidades anuais para 2,2 milhões.

Para isso, a empresa decidiu ser mais agressiva em seu plano de marketing: aumentou a verba publicitária — de US\$ 60 mil passou para US\$ 250 mil — e partiu para a televisão.

— É a primeira vez que a campanha de Autan incluiu comerciais em televisão. O produto existe no Brasil há mais de 20 anos e sempre anunciávamos em revista, principalmente nas especializadas — diz Ralf Petrich, diretor da Bayer.

Segundo Petrich, o filme, que será veiculado até o final de fevereiro, é um investimento a médio prazo que possibilitará à empresa ampliar também nos próximos anos a venda de Au-

tan. A idéia é expandir o mercado, conquistando o consumidor que ainda não conhece o produto ou que não costuma usá-lo em suas viagens a praia ou em pescarias.

O mercado brasileiro de repelentes, considerado pequeno para uma empresa multinacional, movimentou cerca de US\$ 6 milhões por ano com a produção de 3 milhões de unidades.

A Bayer estima deter 60% deste segmento, com os produtos em forma líquida ou aerosol.

Com faturamento de US\$ 450 milhões em 1991, a empresa encerra o ano comemorando lucro (cujo valor não é revelado antes do fechamento oficial do balanço), após dois anos consecutivos de prejuízo.

Em 1991, a Bayer investiu US\$ 20 milhões, dos quais US\$ 10 milhões em tratamento de afilantes e ainda concluiu seu plano de reestruturação, com a redução de 15% do quadro de funcionários e reagrupamentos de funções.



Comercial do Autan destaca como a paz do lazer pode ser perturbada por insetos (S.C.)

Fonte: <https://robertomarinho.globo.com/hgg/>. Acesso em 06/08/2021.

Já em agosto de 1993, a Net Brasil, a primeira operadora múltipla do Brasil, foi criada, oferecendo sistema de transmissão de telefonia, internet e TV por assinatura. Em outubro de 1996, três anos após, a Net Brasil estreia a Sky (TV por assinatura por satélite) e, a partir de 2002, as Organizações Globo decidem sair gradualmente do ramo de TVs por assinatura, focando apenas na programação e produção de conteúdo. Dessa forma, há a diminuição na participação da Sky e, em 2005, a mesma medida ocorre com a Net Serviços (antiga ex-Globo Cabo). Cria-se, então, a empresa GB Empreendimentos e Participações, composta pelo Grupo Globo, que possui 51% das ações, e o grupo mexicano Telmex, que tem 49% das ações. Em 2012 a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) concede a permissão para a transferência do controle acionário da Net para a Telmex.

É em outubro de 1995 que acontece a inauguração do complexo de estúdios e produção da Rede Globo, o antigo Projac (abreviação de Projeto Jacarepaguá) que passa a se chamar, em 2016, Estúdios Globo. No mesmo ano, no mês de dezembro, no aniversário de 70 anos, ocorre uma grande reforma gráfica no Globo, é quando ocorre, inclusive, a alteração do logotipo, colorido e fixo na primeira página, todo o projeto é desenvolvido pelo escritório de Milton Glaser e Walter Bernard, designers

americanos. Novas mudanças gráficas são realizadas apenas em 2012, quando há o aperfeiçoamento do projeto realizado em 1995, comandada por Chico Amaral, também designer.

Em julho de 1996, o site do jornal *O Globo* é lançado, mantendo o mesmo nome até hoje e sendo o primeiro site de notícias do Grupo *online*.



Fonte: <https://robertomarinho.globo.com/hgg/>. Acesso em 06/08/2021.

No mesmo ano, 1996, no mês de outubro, é lançado o IPCTV Globo, um canal televisivo no Japão que realizava as transmissões da programação em português, essa foi a primeira afiliada no exterior. Além disso, eram produzidas as versões em japonês dos programas *Globo Esporte JP* e *Bom dia Japão*, tratando-se do primeiro canal televisivo por satélite que levava sinal de uma televisão brasileira para fora do país. Em agosto de 2007 a IPCTV alterou seu nome, chamando-se IPC Word e em março de 2019 as transmissões da Globo foram encerradas no Japão. Ainda em outubro de 1996, estreia-se a GloboNews, um canal de notícias 24 horas, tendo seu

conteúdo produzido pela Rede Globo, podendo ser acessado, além de pelo canal de televisão, pelo portal *G1* e pelas plataformas *Globoplay* e *Canais Globo*.

Em setembro de 1997, por meio da importância atribuída para a educação, o Canal Futura foi estreado. A Fundação Roberto Marinho lidera o surgimento do Canal Futura, é o primeiro canal educativo de televisão mantido pela iniciativa e que atua em conjunto com ONGs, empresas, universidades e outras instituições.

Já em janeiro de 1998, ocorre a alteração na estrutura base das empresas Globo. A partir dessa época, são divididas unidades de negócios e, assim, Roberto Marinho e seus filhos, Roberto Irineu, João Roberto e José Roberto, param de ocupar funções executivas e compõem o Conselho de Gestão o qual se dedica para o estabelecimento das estratégias de empresas. Portanto, organizam-se núcleos de negócios que passam a ser comandados por diretores-gerais. No mesmo mês e ano, tem-se a criação da Infoglobo, empresa responsável pela publicação dos Jornais *O Globo Extra* e *Expresso*, bem como seus respectivos sites, por meio da Agência O Globo. O jornal *Extra* foi lançado no mês de abril de 1998 e é voltado para as classes B e C, produzindo sobre os fatos envolvendo a cidade do Rio de Janeiro, todo seu conteúdo é disponibilizado pelo *Extra Online*. Já no mês de maio do mesmo ano, lança-se a revista semanal da Editora Globo, a *Época* – a partir de meio de 2021 o conteúdo impresso e o site da *Época* passam a ser veiculados no *O Globo*. Por fim, em dezembro de 1998, cria-se a *Globo Filmes*.

Com a chegada no ano de 1999, há a inauguração do parque gráfico da *Infoglobo*, em janeiro, onde se imprime os jornais *O Globo*, *Extra* e *Expresso*. Já em março, cria-se o *Memória Globo*, o responsável pela história da TV Globo e de seus profissionais. A partir de 2008 o *Memória Globo* passar a possuir um site em que se tem todas as informações, fotos e vídeos a respeito dos telejornais, coberturas no geral, programas etc., desde a inauguração até os dias atuais da Globo. Em setembro do mesmo ano, 1999, ocorre a estreia da Globo Internacional, com programação em português 24 horas por dia, configurando o primeiro canal voltado às comunidades de lusófonos e brasileiros em todo o mundo.

No mês de março de 2000, lança-se o site *Globo.com*. Já no mês de maio, ocorre o lançamento do jornal *Valor Econômico*, uma parceria entre o *Grupo Globo* e

o *Grupo Folha*. No ano de 2016, o *Valor Econômico* começa a fazer parte de forma integral do *Grupo Globo*.

No mês de fevereiro de 2001, a Editora Globo desenvolve uma nova unidade, a *Globo Livros* que publica e reedita obras estrangeiras clássicas de autores como Honoré Balzac e Marcel Proust em, ainda, de escritores nacionais como Monteiro Lobato. Além disso, a editora lança os selos *Biblioteca Azul*, *Globo Estilo*, *Globo de Bolso*, *Principium*, *Globinho*, *Alt*, *Globo Livros Graphics*. No mês de março, o Grupo Globo compra o portal de operação de imóveis Planeta Imóvel, que passa a ser chamado de ZAP no ano de 2012 que, em 2017, une-se ao Viva Real e, em março de 2020, é vendido ao OLX Brasil, deixando de fazer parte do Grupo Globo. No mês seguinte, ocorre a compra do Diário Popular, criado em 1885, o qual recebe um novo nome, *Diário de S. Paulo*, que, por fim, em 2009, é vendido ao grupo Traffic. Ainda no mês de abril de 2020, ocorre o contrato de 5 anos entre Globo e Telemundo em que passam a ser produzidas telenovelas em espanhol. A primeira novela da Globo adaptada ao hispânico nos Estados Unidos é *Vale Tudo*, de Gilberto Braga, exibida em 1988.

No ano de outubro de 2002, a então Organização Globo sente o reflexo dos altos investimentos realizados nas empresas na década de 1990 junto da desvalorização do real. Assim, no mês de outubro, as Organizações Globo, afetadas por dívidas, declaram moratória. Portanto, Roberto Irineu Marinho passa a assumir a liderança do grupo com a finalidade de realizar a reestruturação dos negócios e de gerar a renegociação da dívida. Com isso, a dívida é renegociada e, em 20 de outubro de 2006, a questão financeira é integralmente resolvida.

---

# Globopar terá aporte inicial de 326 milhões

Família Marinho será responsável pela 1ª parte do plano de capitalização da empresa

• A Globo Comunicações e Participações S.A. (Globopar) informou ontem aos investidores que a Família Marinho fará a primeira parte do plano de capitalização da empresa, com aporte de aproximadamente R\$ 326 milhões (US\$ 135 milhões). Em seis meses, completando essa etapa, é esperado um aporte total entre US\$ 150 milhões e US\$ 200 milhões.

Em comunicado, a Globopar explicou que os recursos virão da reavaliação que a Família Marinho está fazendo no seu portfólio de ativos, sob a supervisão do Unibanco. A nota explica que esses ativos não estão entre os ativos da Globopar e da TV Globo que garantem a dívida da Globopar e

suas subsidiárias. Como medida adicional para restabelecer a liquidez da Globopar, estão sendo revistos ainda os orçamentos de 2002 e 2003, que deve terminar em junho.

Ontem, o presidente do BNDES, Eleazar de Carvalho Filho, disse que já houve entendimento com a Anatel para que a BNDESPar tenha assento no Conselho de Administração da Net Serviços de Comunicação S.A. (nova razão social da Globo Cabo). A BNDESPar estava impedida porque já participava do controle da Telemar. Como a Telemar cumpriu suas metas e poderá atuar em outros mercados, não há mais impedimento para a BNDESPar tomar assento na Net. ■

---

Fonte: <https://robertomarinho.globo.com/hgg/>. Acesso em 06/08/2021.

Em agosto de 2003, o jornalista Roberto Marinho falece. Dessa forma, seu filho mais velho, Roberto Irineu Marinho passa a ser presidente das Organizações Globo. João Roberto Marinho permanece na vice-presidência das empresas e na presidência do Conselho Editoria, enquanto José Roberto continua na vice-presidência das Organizações Globo e passa a ser presidente da Fundação Roberto Marinho.

O Acervo Roberto Marinho, por sua vez, foi criado em março de 2005. O acervo se volta aos fundadores do Grupo Globo e seus respectivos descendentes, abrangendo de 1846 até os dias de hoje. O conteúdo permite maiores aprofundamentos na vida pessoal, profissional e familiar de Roberto Marinho. Já no mês de abril, ocorre o lançamento do *globoesporte.com* que possui conteúdos esportivos produzidos pela Globo e pelo SportTV.

O diário *Expresso* foi lançado pela *Infoglobo* em março de 2006, possuindo o formato de tabloide e atende a região metropolitana do Rio de Janeiro, tendo como público alvo as classes C e D. É em setembro de 2001 que o *Globo.com* lança o portal de notícia *G1*, substituindo o *GloboNews.com* (criado em 2001). *G1* é hospedado no site *Globo.com* e é orientado pela direção de Jornalismo e Esportes da Globo, possuindo redações em emissoras que estão nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte e Recife e, ainda, contendo equipes nas emissoras afiliadas. No dia 20 de abril de 2015 foi criado o *G1 em Um Minuto*, apresentado boletins diários transmitidos na programação da Globo com as notícias mais relevantes do portal.

No ano de 2007, no mês de outubro, ocorre o lançamento da TV Globo Portugal, uma emissora de TV a cabo internacional. No dia 11 de novembro de 2012, foi criada a Globo TV em Portugal, a qual transmitia programas de entretenimento da Rede Globo e dos Canais Globo, além de filmes brasileiros. É no ano de 2013, no mês de fevereiro, a TV Globo Portugal começa a ser chamada de Globo Premium, contando com programas jornalísticos e de entretenimento. Por fim, em 2018, o canal recebe um outro novo nome, o *Globo Now*. Ainda no ano de 2007, em dezembro, é quando a Globo começa a realizar transmissões digitais no Brasil, o primeiro programa a aplicar a tecnologia é o Fantástico.

O Geo Eventos é criado em parceria entre Globo e RBS em janeiro de 2010. Trata-se de uma produtora de eventos e festas das mais variadas áreas. No ano de 2012, a Globo adquire integralmente a empresa e, em 2013, ela encerra suas atividades. Em fevereiro de 2010, é criada as Edições Globo Condé Nast, uma parceria da Editora Globo com a Condé Nast que possibilita o lançamento de revistas como a Vogue, Casa Vogue, Glamour e GQ no Brasil. Já em maio do mesmo ano, inaugura-se uma nova sede da Globosat.

Os *Princípios Editoriais das Organizações Globo* são publicados em agosto de 2011 e servem para apontar as crenças e os valores que regem o jornalismo aplicado nas empresas da Globo. Já em janeiro de 2012, o *Globo Mais* é lançado, sendo edição exclusiva para tablet, mas deixa de ser publicada no ano de 2015.

No ano seguinte, em agosto de 2013, é lançado o Acervo O Globo, em que se encontra todas as edições do jornal O Globo, da sua primeira edição, do dia 29 de

julho de 1925, até os dias atuais. São aproximadamente 12 milhões de arquivos, envolvendo tanto publicações do jornal impresso quanto a do site e das mídias sociais. Em setembro do mesmo ano, ocorre o lançamento do site Memória O Globo, apresentando o *making of* de diversas reportagens e a produção e elaboração de diversos materiais.

O GShow, por sua vez, é lançado em janeiro de 2014. Trata-se de um canal de entretenimento que apresenta páginas de séries, programas de variedades, novelas e outros conteúdos inéditos, como webséries, imagens de bastidores etc. Meses depois, em agosto do mesmo ano, é quando as Organizações Globo aderem ao nome Grupo Globo e, no dia 10 de setembro, acontece o relançamento do documento Essência Globo, apresentando os princípios, missão e visão do Grupo.

No ano de 2015, o Grupo instaura um Programa de Compliance que possui como elemento base o Código de Ética e Conduta. No mês de maio do mesmo ano, A Editora Globo e a Infoglobo são dirigidas pelo mesmo diretor-geral, criando uma maior coesão entre as empresas. A Editora Globo passa a ser responsável por publicar revistas e livros com a marca Globo Livros e a Infoglobo assume a publicação dos jornais O Globo, Expresso e Extra. É parte da história do Grupo em 2015 a criação e o lançamento do Globoplay, a plataforma de *streaming* que é acessada por meio do site [globoplay.globo.com](http://globoplay.globo.com) e pelos aplicativos IOS e Android.

O *Valor Econômico*, que teve início em 2000 em parceria da Globo com a Folha, tornou-se propriedade apenas do Grupo Globo em 2016 e, em novembro desse ano, a Globosat realiza o lançamento da VIU Hub, uma unidade de negócios que se volta à produção dos conteúdos audiovisuais digitais para as plataformas *online* e redes sociais, feito Facebook, Twitter, YouTube etc.

O ano de 2017 inicia-se com a inauguração de uma sede nova da Infoglobo em janeiro. Além da mudança de espaço, ocorre a união das redações de Extra, O Globo e Expresso. Em outubro, cria-se a nova unidade de negócios do Grupo Globo, a Unidade OTT (*Over The Top*) e, junto disso, lança-se o Globo Mais, o que unifica todo o conteúdo editorial em um único aplicativo. O ano de 2017 é finalizado com a nomeação de um novo presidente executivo para o Grupo Globo, Jorge Nóbrega, que assume o lugar de Roberto Irineu Marinho, que, em 2021, aos 73 anos, passa a

presidência do Conselho de Administração para seu irmão João Roberto Marinho e fica na vice-presidência.

## Roberto Irineu se mantém presidente do Conselho do Grupo Globo, e Jorge Nóbrega assume presidência executiva

Aos 70 anos, Roberto Irineu Marinho continuará cuidando das decisões estratégicas das empresas. Executivo frisou o compromisso de estimular a sinergia entre os negócios

MARIA FERNANDA DELMAS  
fernanda.delmas@globo.com.br

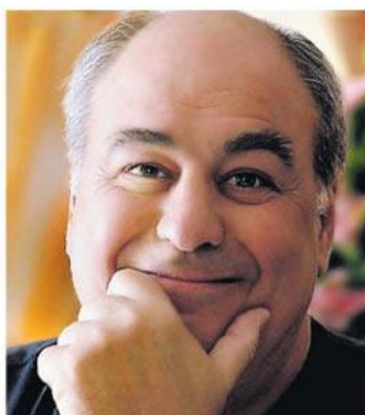
O vice-presidente Executivo do Grupo Globo, Jorge Nóbrega, assumiu ontem a presidência executiva da empresa. Nóbrega, que está no grupo desde 1997, sucede a Roberto Irineu Marinho. Com 70 anos recém-completados, Roberto Irineu, que indicou Nóbrega para o novo cargo, continuará na presidência do Conselho de Administração, posto que acumula com a presidência executiva.

Roberto Irineu cuidará das decisões estratégicas, da aprovação dos planos de negócios, da manutenção dos valores e da interlocução da família Marinho com o grupo. "A família Marinho não se afasta da Globo nem um milímetro. Somos e queremos continuar a ser uma empresa familiar de gestão profissional, comprometida com o Brasil, com a ética,

toria-geral Corporativa em 2007, sendo seu primeiro ocupante. Tornou-se vice-presidente executivo em 2012. Antes do Grupo Globo, trabalhou em empresas brasileiras e multinacionais e foi consultor do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O executivo é formado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas e tem mestrado em Engenharia Industrial pela PUC-Rio. Também pela PUC-Rio, é pós-graduado em Literatura.

Sob a responsabilidade de Nóbrega, ficarão todos os negócios do grupo, os novos projetos e as transformações em curso — no conjunto das empresas: TV Globo, Globosat, Infoglobo, Editora Globo, Valor Econômico, Sistema Globo de Rádio, Som Livre, Globo.com e Globo Filmes, bem como as participações em outros negó-



Fonte: <https://robertomarinho.globo.com/hgg/>. Acesso em 06/08/2021.

No aniversário de 93 anos do jornal O Globo, em julho de 2018, é lançado um novo projeto gráfico para a versão digital e impressa, pretende-se melhorar a organização e tornar ágil a experiência do leitor. No mês de setembro do mesmo ano, lança-se o programa *Uma só Globo* que visa transformar os segmentos da TV Globo, DGC Corp (Diretoria de Gestão Corporativa), Globosat, Som Livre e Globo.com em uma só empresa. Assim, em 2019, ocorre o último lançamento, que é o do Módulo de Gravação 4, que amplia o espaço do Grupo e inaugura três novos estúdios, esse projeto se baseou no conceito de aproximar a dramaturgia do cinema e reunir a modernidade da indústria audiovisual do mundo.

### 3.2 O discurso jornalístico: a mídia e a propagação de informação

Na apresentação do ensaio de Perseu Abramo, jornalista e sociólogo de importância no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e no Comitê Brasileiro de Anistia, intitulado "Padrões de manipulação na grande imprensa", José Arbex Jr., também jornalista, aborda sobre a competência da mídia brasileira.

Em suas palavras,

A “grande mídia” brasileira é uma das mais competentes do planeta. A Rede Globo está entre as cinco maiores redes de canal aberto do mundo; seus programas, não importa o gênero – jornalismo, entretenimento, novelas –, exibem qualidade técnica espetacular, são artigos de exportação. A mídia impressa, tecnicamente, nada fica a dever a qualquer grande jornal, mesmo que se incluam na lista os americanos *The New York Times*, *The Washington Post* e *Los Angeles Times* [...] (ARBEX JR, 2003, p 07).

Tomamos como base a fala de Arbex Jr. para refletirmos sobre a composição do discurso jornalístico bem como a formação da mídia e a propagação da informação. De forma especial, além de destacarmos a importância da mídia brasileira no geral, o que já valida a nossa atenção aos recursos linguísticos empregados na elaboração de textos jornalísticos, centramo-nos na ênfase dada por José Arbex Jr. à Rede Globo. Ainda que, em sua fala, o jornalista especifique a emissora de televisão, não descarta a valiosa importância da mídia impressa, na qual compreendemos, também, o jornal *O Globo*, representando inclusive os primórdios do que se tornaria o Grupo Globo e a própria emissora Rede Globo e o *site* de notícias *G1*.

Nessa perspectiva, colocamos em questão algumas “cláusulas” estipuladas entre o jornal e o público. Nilton Hernandez (2021) aponta quatro “cláusulas centrais no contrato do jornal com seu público”: “‘dizer a verdade’, ‘separar fatos de opiniões e interpretações’, ‘ser objetivo e imparcial nos relatos’, ‘mostrar a realidade’” (HERNANDES, 2021, p. 18). Assim, compreendemos que, de certa forma, tais cláusulas são estipuladas de forma implícita, trata-se do que se espera dos jornais. Em outras palavras, refere-se ao simples fato de receber um texto que está associado a um jornal ou assinado por um jornalista e ter a sensação de receber a verdade, fatos e não opiniões ou interpretações, realidade sem parcialidade, ainda que nem sempre isso seja regra ou se aplique integralmente.

De toda forma, mesmo buscando alcançar um texto sem recorte ideológico, a própria construção linguística do enunciado acaba por indicar valores ao que se diz, o que é observado ao se analisar as escolhas lexicais e a focalização dadas a determinado texto e, até mesmo, ao se averiguar a estratégia de (re)categorização aplicada. Nessa perspectiva, segundo Hernandez (2021), “quando um jornal constrói um discurso em que afirma mostrar a realidade, já está utilizando um recurso de

persuasão”, isso nos leva à conclusão de que a própria “neutralidade” (apenas aparente) de um jornal já é, por si só, um recurso de persuasão.

Compreendemos, todavia, que a afirmativa de neutralidade em um meio de comunicação surge a fim de se comprovar a sua seriedade, logo, não buscamos trazer indícios de inverdade, mas salientar que toda escolha é respaldada em uma intenção e isso é o suficiente para se ter uma condição de atribuição de valores ou ideologia em algum texto, ainda com a existência de produções com menor grau de indícios argumentativos e outras com maior grau.

Nesse sentido, a questão da objetividade é outro ponto integrante do jogo argumentativo em textos jornalísticos, atuando como um recurso empregado pelos jornalistas. Em linhas gerais, “objetividade é uma estratégia de construção do discurso que instaura um efeito de sentido de adequação ao real” (HERNANDES, 2021, p. 31); desse modo, a noção de realidade averiguada em um texto é parte do direcionamento que a objetividade proporciona, sendo, também, parte da estratégia de argumentação ou de manipulação, como afirma Nilton Hernandez (2021). Assim,

o parecer verdadeiro é sentido como verdade quando grupos ou pessoas que se comunicam compartilham de uma mesma maneira de categorizar os acontecimentos, de lhes dar “sentido” (HERNANDES, 2021, p. 31).

Essa forma em comum de se categorizar/de se referir a acontecimentos e de atribuir a eles sentido é muitas vezes associada ao uso de uma estratégia discursiva que não elucida um “eu” no texto, para isso se tem a aplicação recorrente da terceira pessoa em jornais (HERNANDES, 2021). Desse modo, a união de uma forma de enxergar o mundo em comum entre jornal e leitor e o uso de terceira pessoa corroboram a noção de realidade movida pela objetividade do texto. É inegável que as formas de se referir a algo envolvem escolha, assim como o próprio uso de terceira pessoa já é uma escolha.

No caso, além de compreendermos como escolha, compreendemos como ação consciente que move a informação e faz com que a informação seja mais ou menos propagada. Nesse sentido, encaramos a aceitabilidade e a repercussão de um texto jornalístico como fatores que impulsionam, ou não, a propagação da informação. É válido considerar a possibilidade de haver apenas a aceitabilidade de um texto por

parte de um grupo, grande ou restrito, ou apenas a repercussão, sem aceitabilidade. De toda forma e em ambos os casos, a propagação da informação ocorre.

O processo de escolhas em um texto jornalístico envolve, ainda, o conteúdo. De acordo com Nilton Hernandez (2021, p. 33), “quanto mais complexo for um assunto, mais escolhas deverão ser feitas pelos jornalistas”; essas escolhas vão desde palavras, uso linguístico até o conteúdo. Considerando, então, que todas essas escolhas ocorrem de forma consciente e com propósitos estabelecidos, a questão envolvendo o conteúdo remete a um dos padrões de manipulação estipulado por Perseu Abramo (2003): o de indução.

De acordo com Abramo (2003, p. 33), é o padrão de indução que faz o leitor ser “induzido a ver o mundo não como ele é, mas sim como querem que ele o veja”. Ainda sobre isso, o jornalista diz que

A indução se manifesta pelo reordenamento ou pela recontextualização dos fragmentos da realidade, pelo subtexto – aquilo que é dito sem ser falado – da diagramação e da programação, das manchetes e notícias, dos comentários, dos sons e das imagens, pela presença/ausência de temas, segmentos do real, de grupos da sociedade e de personagens (ABRAMO, 2003, p. 34).

Nessa perspectiva, ao se tratar de acontecimentos/de fatos, a escolha sobre o que será dito, como será dito, de qual forma e com qual grau de informatividade e atenção não reflete apenas a ideologia, a valoração ou um viés argumentativo do jornalista/do jornal, mas atua, também, de modo a induzir uma perspectiva da realidade. Ainda sobre isso, Abramo (2003, p. 35) aponta a questão de existir temas que sempre aparecerão na imprensa e outros que nunca ou raramente serão tratados, o mesmo ocorre com grupos sociais vistos de um único prisma ou que não são sequer abordados; também ocorre a mesma coisa com informações que constantemente se fazem presentes em matérias sobre determinados temas e grupos e são, da mesma forma, deixados de lado ao se referir a outros temas e grupos.

Da premissa de que a indução ocorre por meio da escolha do assunto, sua abordagem, o que será dito ou o foco que será atribuído, compreendemos que a própria (re)categorização/referência maior ou menor a um determinado referente textual e objeto de mundo revela a argumentação, o valor atribuído e a indução em um texto. Novamente, são todas escolhas conscientes buscando atingir a um

determinado objetivo o qual, naturalmente, em decorrência da finalidade de textos jornalísticos, almejam a propagação, agora, não só da informação, mas necessariamente do jornal/meio de comunicação em si.

Por fim e como resultado da reflexão sobre o discurso jornalístico que se pauta em intencionalidade e escolhas, Perseu Abramo (2003, p. 42) reflete sobre todos esses mecanismos mobilizados no discurso jornalístico como manipulação de um significado político; ele aponta a hipótese de que “a distorção da realidade pela manipulação da informação é *deliberada, tem um significado e um propósito*”. Mais uma vez, o jornalista propõe a ideia de consciência e intenção no momento em que um jornal ou um jornalista se propõe a falar sobre algo escolhendo palavras, um foco, e deixando de lado outras informações ou reflexões (a depender do texto) sobre o mesmo fato. Abramo (2003) ainda diz:

Assim, é sustentável a afirmação – pelo menos em caráter de hipótese de trabalho – de que os órgãos de comunicação se transformaram em novos órgãos de poder, em órgãos político-partidários, e é por isso que eles precisam recriar a realidade onde exercer esse poder, e para recriar a realidade precisam manipular as informações. A manipulação, assim, torna-se uma *necessidade* da empresa de comunicação, mas, como a empresa não foi criada nem organizada para exercer *diretamente* o poder, ela procura transformar-se em partido político. Aliás, os grandes e modernos órgãos de comunicação, no Brasil, parecem-se efetivamente muito com partidos políticos (ABRAMO, 2003, p. 44).

Concordamos com Perseu Abramo (2003) no aspecto de caráter político presente nos meios de comunicação, como a situação do Grupo Globo, o que se faz presente em todas as suas formas – rede televisiva, jornal, *site* etc. Assim, compreendemos que, por vezes, as escolhas sobre como compor a informação pautam-se em questões políticas. Indo além, essas ações, podendo se configurar como ações políticas, também almejam a propagação da informação, a qual é revertida em lucro ou destaque ao jornal/meio de comunicação. Nesse contexto, consideramos o que diz Nilton Hernandes (2021), ao tratar da mobilização de curiosidade nos leitores, ouvintes, telespectadores etc.

Um meio de comunicação obtém o que quer principalmente a partir da instauração de diferentes formas de curiosidades (querer saber) que só são satisfeitas com a realização de uma ação. Os jornais, por exemplo, satisfazem a curiosidade sobre as notícias que criaram desde que o sujeito “público” realize o ato de consumo (HERNANDES, 2021, p. 39).

Nessa perspectiva, acrescentamos, conforme Hernandez (2021), a instigação de um querer saber, de uma curiosidade em quem se depara com as informações disponibilizadas em um meio de comunicação como uma forma de impulsionar a compra/o consumo, promovendo lucro, ou gerar “cliques” (acessos) em suas matérias, promovendo destaque e reconhecimento. Chegamos, novamente, no ponto de aceitabilidade e repercussão, ambas que culminam na propagação da informação (e podem ocorrer separadamente) e, agora, cremos também que propaga o próprio meio comunicativo, podendo vir a gerar lucro.

O ponto comum em relação aos meios de comunicação do prisma de Perseu Abramo (2003) e Nilton Hernandez (2021) é que ambos consideram as vertentes ideológica e persuasiva (ou de manipulação, como prefere Abramo) presentes no discurso jornalístico, ainda que na obra de Hernandez seja explorada de forma mais pontual a questão persuasiva e ideológica visando ao lucro/ao consumo, e na obra de Abramo seja aprofundada a questão da manipulação política. Consideramos, nesse sentido, que os dois pensamentos não são excludentes, pelo contrário, complementam-se. Sob nosso ponto de vista, a persuasão e a ideologia aplicada para gerar consumo são movidas, conforme aborda Abramo (2003), pela manipulação político-partidária.

## 4. ANÁLISES

Apresentamos, a seguir, a análise de quatro textos, dois retirados da seção *País*, presente no jornal *O Globo*, disponível no acervo digital do jornal e duas notícias retiradas do site *G1*. A fim de facilitar a compreensão, as análises são apresentadas separadamente e em ordem de publicação, por isso apresentamos, primeiro, a análise do editorial intitulado *Condenado no mensalão é preso em ação da PF*, retirado do jornal *O Globo*; em seguida, a análise da notícia *Empresas investigadas têm contratos bilionários com a Petrobras*, encontrada no site *G1*; depois a análise da matéria intitulada *O balanço da Lava-Jato*, retirada do jornal *O Globo*; e, por fim, a análise da notícia *Lava Jato: Em nova sentença, dois gerentes da Petrobras e outras três pessoas são condenadas*, encontrada no site *G1*.

### 4.1 Expressões nominais anafóricas identificadas no editorial *Condenado no mensalão é preso em ação da PF*

A matéria disponibilizada no acervo digital do jornal *O Globo* foi publicada, originalmente, no dia 18 de março de 2014 e retrata um dos primeiros momentos da Operação Lava Jato em sua primeira fase, que foi deflagrada no dia 17 de março de 2014.

O título em análise apresenta apenas processos de catáfora que são compreendidas, primeiro, ao se ler o subtítulo e, posteriormente, ao se ler o segundo parágrafo da notícia, conforme se observa em:

Terça-feira 18.3.2014

**País**

**Condenado no mensalão é preso em ação da PF**

Enivaldo Quadrado, que cumpre pena alternativa, é acusado de lavar dinheiro; quadrilha atuava no país e no exterior



**Cofre cheio.** Quadrilha lavava dinheiro vindo do tráfico, fazia contrabando e desviava verba pública.

Em azul destacamos, ao longo da análise, todas as expressões que se referem a Enivaldo Quadrado. Destacamos, inicialmente, que o processo de introdução do referente em questão só ocorre, efetivamente, no subtítulo, uma vez que a expressão inicial “condenado no mensalão” configura um processo catafórico presente no título da notícia, que é estabelecido propositalmente com a finalidade de chamar a atenção do leitor que precisa se manter lendo a notícia, ao menos até o subtítulo, para conseguir saber de quem se trata. É válido destacar que a escolha da expressão nominal catafórica é feita intencionalmente para prender a atenção do leitor, de forma especial ao mencionar o mensalão, um esquema envolvendo parlamentares no desvio dos repasses de verbas de empresas.

Ainda no título, é possível observar outro processo catafórico presente na expressão, destacada em amarelo, “ação da PF”. Dessa vez, a catáfora só encontra seu referente efetivamente introduzido no segundo parágrafo do texto, em que se insere a expressão “A Operação Lava Jato”. Entretanto, chamamos a atenção para esse caso que é mais profundo. Compreendemos que essa “ação da PF” se trata, especificamente, da “Operação Lava Jato” e, portanto, a expressão que está presente no título faz referência à operação e exige, nesse passo, que o leitor já saiba que o texto fala a respeito de uma investigação específica ou, ainda, que ele continue a leitura para compreender que a ação determinada é parte da referida operação.

Nesse mesmo sentido, logo no primeiro parágrafo da notícia, temos:

**-CURITIBA E BRASÍLIA- A Polícia Federal** prendeu ontem 24 pessoas acusadas de participar de uma organização criminosa que tinha o objetivo de lavar R\$ 10 bilhões oriundos de desvio de dinheiro público, tráfico de drogas e contrabando de pedras preciosas. **Um dos presos** é Enivaldo Quadrado, **ex-sócio da corretora Bônus-Banval, já condenado por envolvimento no escândalo do mensalão** a cumprir penas alternativas. **Quadrado** foi preso em Assis, no interior de São Paulo. **A PF** não deu detalhes sobre a participação dele no esquema.

É possível observar, já com os destaques em amarelo, a introdução das expressões nominais definidas, uma vez que são iniciadas por artigo definido “a”, “A Polícia Federal” e “A PF”, ambas no primeiro parágrafo. Assumimos que nessas duas retomadas há um processo de anáfora indireta (AI), ou seja, compreendemos que

“Polícia Federal” e “PF” não são apenas um novo referente, mas que, ao mesmo tempo que ativam um novo referente, retomam outro já citado anteriormente. De acordo com Marcuschi (2020), as anáforas indiretas possuem “uma motivação ou ancoragem no universo textual” (p. 59) e nelas não acontece uma simples *retomada de referente*, observa-se uma *ativação de novo referente* (MARCUSCHI, 2020, p. 59). Nesse sentido, percebemos que no cenário em questão, a ação da PF (que se refere pontualmente à Operação Lava Jato) funciona como um universo textual que ancora a presença dos agentes federais por meio da Polícia Federal (PF); além disso, as expressões presentes no parágrafo e destacadas em amarelo não servem apenas para retomar a “ação da PF”, mas para apresentar um outro referente textual, os próprios agentes federais; tudo isso cumpre, fielmente, com os requisitos para que se tenha anáforas indiretas.

Ainda no primeiro parágrafo, é possível observar (destaques em azul) expressões nominais anafóricas que retomam o referente “Enivaldo Quadrado”. Em “um dos presos”, observamos uma expressão nominal indefinida: “um deles” é Enivaldo Quadrado. Nesse caso, consideramos “preso” como uma recategorização. Além disso, a expressão “ex-sócio da corretora Bônus-Banval” atua, mesmo que sem a introdução por um determinante, como uma expressão anafórica que apresenta nova categoria, e nova informação, sobre Enivaldo Quadrado e, ainda, “já condenado” retoma o mesmo referente, atribuindo outra recategorização a ele, que se vê intensificada pelo advérbio de tempo “já”, que no contexto indica a pressuposição de que não é a primeira vez que ele é condenado (remetendo ao que foi informado sobre ele no título, sua relação com o mensalão). Indicamos, também, o uso de “Quadrado” para retomar o referente, contudo, neste caso, não agregando uma nova categorização.

No segundo parágrafo, aparece a ativação do referente “Operação Lava Jato”. Assim, efetiva-se a compreensão integral da catáfora presente no título por meio da expressão nominal definida “A Operação Lava-Jato”:

A Operação Lava-Jato é consequência da prisão do empresário André Santos, em dezembro de 2013, com US\$ 289 mil e R\$ 13.950 escondido nas meias. Santos é réu em ação na qual é acusado de fazer parte do braço financeiro de uma quadrilha de libaneses especializada em contrabandar produtos do Paraguai, operando um esquema de lavagem. Entre os presos está o doleiro Alberto Youssef, de Londrina, que foi detido em um hotel no Maranhão. Segundo a PF, o hotel Blue Tree, em Londrina, que pertence ao doleiro, foi sequestrado pela Justiça. O estabelecimento continua funcionando normalmente.

Ademais, a expressão “a PF” surge novamente, agora no segundo parágrafo, e reaparecerá no quarto parágrafo, sendo, em todas as ocorrências, uma expressão nominal definida, uma vez que é iniciada pelo artigo definido “a”, marcando o processo de reiteração do mesmo item lexical. Consideramos as duas, da mesma forma que na ocorrência do primeiro parágrafo, anáforas indiretas de Operação Lava Jato. Já no terceiro parágrafo, encontramos duas anáforas diretas e uma nova anáfora indireta, que agora retoma “Operação Lava Jato”:

Quatrocentos policiais foram destacados para cumprir as prisões e também 81 mandados de busca e apreensão em 17 cidades, em seis estados: Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Rio de Janeiro, além do Distrito Federal. A base da operação da PF foi Curitiba. Em entrevista, os delegados envolvidos na Operação Lava-Jato não quiseram comentar as prisões efetuadas. Entre os bens da quadrilha apreendidos estão um carro Camaro amarelo, um cofre repleto de cédulas de reais e dólares; e obras de arte, relógios e joias.

A expressão “(d)a operação da PF” configura-se como uma expressão nominal definida, ao considerar que “da” é a fusão da preposição “de” com o artigo definido “a”. Em seguida, em “os delegados envolvidos”, temos uma anáfora indireta, ao considerar que a presença e participação de delegados está ancorada no universo textual da Operação Lava Jato, uma investigação policial que naturalmente envolve delegados, assim há uma anáfora gerada, também, por uma expressão nominal definida. Nesse caso, o limite entre uma anáfora indireta e uma associativa fica bem tênue, se considerarmos o esquema cognitivo para a construção de sentidos. Por fim,

em “(n)a Operação Lava-Jato”, é possível observar nova anáfora estabelecida por meio do uso de uma expressão nominal definida.

Nesse sentido, compreendemos que a escolha das formas remissivas para se referir a cada um dos dois referentes analisados contribui para a construção do sentido pretendido pelo produtor do texto. Para uma melhor visualização das retomadas, apresentamos, a seguir, os quadros formados pelas cadeias referenciais geradas nesse processo catafórico e anafórico.

#### **Cadeia referencial de “Enivaldo Quadrado”**

<b>Referente textual</b>	<b>Catáforas/anáforas – formas de retomada</b>
<b>Enivaldo Quadrado</b>	Condenado no mensalão
	Um dos presos
	Ex-sócio da corretora Bônus-Banval
	Já condenado
	Quadrado

Fonte: A pesquisadora.

É importante destacar, desde então, que a própria ordenação, no texto, do uso das formas catafóricas e anafóricas envolve uma escolha consciente que visa prender a atenção do leitor ou, ainda, apresentar-lhe uma informação.

#### **Cadeia referencial de “Operação Lava Jato”**

<b>Referente textual</b>	<b>Catáforas/anáforas – formas de retomada</b>
<b>Operação Lava Jato</b>	Ação da PF
	A Polícia Federal
	A PF
	A Operação Lava-Jato
	A Operação da PF
	Os delegados envolvidos

Fonte: A pesquisadora.

As referências à Polícia Federal (PF) são mais recorrentes do que ao nome da operação e isso pode ocorrer pelos mais variados motivos. Assim, a hipótese que levantamos é a de que, pelo editorial ter sido publicado dia 18 de março de 2014, no dia seguinte da deflagração da operação, o nome Operação Lava Jato e a sua popularidade ainda não existia, logo é provável que uma referência constante a ela não fosse o suficiente para o estabelecimento dos propósitos do texto.

## 4.2 Expressões nominais anafóricas identificadas na notícia *Empresas investigadas têm contratos bilionários com a Petrobras*

A notícia publicada no dia 14 de setembro de 2014, momento da quinta fase da operação, no site G1, fala da investigação guiada pela Operação Lava Jato sobre empresas que possuíam contratos com a estatal Petrobras.

O título e o subtítulo da notícia introduzem dois referentes que foram utilizados para a análise da composição referencial anafórica do texto.

14/11/2014 11h15 - Atualizado em 14/11/2014 15h40

# Empresas investigadas têm contratos bilionários com a Petrobras

Operação Lava Jato investiga esquema de lavagem e desvio de dinheiro. Apenas com a Petrobras, empresas têm contratos que somam R\$ 59 bi.



Coletiva de imprensa na sede da Polícia Federal explica a sétima fase da Operação Lava Jato (Foto: Adriana Justi/G1)

Logo no título, observamos a introdução do referente que se relaciona ao tema da matéria, destaque em azul, “empresas investigadas”. O referente “Operação Lava Jato” só parece no subtítulo, servindo, então, como a ativação do segundo referente textual. Ainda no subtítulo, é possível identificar a primeira anáfora que retoma o tema central da matéria pela expressão “empresas”, que apenas mantém ativo o referente.

Já no segundo parágrafo, podemos observar a reativação dos dois referentes por meio de expressões nominais anafóricas e, ainda, por meio de uma anáfora indireta:

As apreensões, diligências, quebras de sigilo e depoimentos – colhidos durante toda a Operação Lava Jato – produziram um material robusto que prova o envolvimento de nove empreiteiras com formação de cartel e desvio de recursos para corrupção de entes públicos, segundo a Polícia Federal (PF). O delegado Igor Romário de Paula afirmou que, apenas com a Petrobras, essas empreiteiras têm contratos que somam R\$ 59 bilhões. Boa parte destes contratos estão sob avaliação da Receita Federal, do Ministério Público Federal (MPF) e da Polícia Federal. Nesta sexta-feira (14), a polícia deflagrou a sétima fase da Lava Jato em cinco estados e no Distrito Federal. Durante todo o dia serão cumpridos mandados de busca e apreensão e de prisão.

A primeira retomada do referente temático é “as apreensões, diligências, quebras de sigilo e depoimentos”; temos, aqui, uma expressão anafórica composta por uma expressão nominal definida, já que é introduzida pelo artigo definido “as”. Essa expressão inicial ancora-se em “investigadas”, palavra presente na introdução do referente no título (“empresas investigadas”), e a recategorização ocorre por meio da relação que uma investigação possui com “apreensões, diligências, quebras de sigilos e depoimentos”, que podem ser, todas, etapas investigativas e se assume, conforme o texto e a escolha de (re)ativação do autor, como circunstâncias ocorridas na situação indicada. Ainda no mesmo parágrafo, a expressão nominal indefinida “um material robusto” atua de forma a remeter a todas as etapas mencionadas na primeira reativação da ideia de investigação (apreensão, diligência...) e, assim, atua, também, como uma recategorização que mantém em foco o tema central.

Há, ainda no primeiro parágrafo, mais duas recategorizações anafóricas do tema. Em “o envolvimento de nove empreiteiras com formação de cartel e desvio de recursos para corrupção de entes públicos”, é possível observar a anáfora gerada por

uma expressão nominal definida, dado que é iniciada por artigo “o”, e essa reativação especifica o tipo de empresa que está sendo investigada: empreiteiras; ou seja, trata-se de empresas que participam da execução de obras e são contratadas por construtoras para a realização da construção. Além dessa especificação gerada pelo uso de “empreiteiras”, é notório que o uso do substantivo “envolvimento” no início da expressão indica que já se assumiu, no texto, que as empreiteiras são, verdadeiramente, envolvidas, não sendo, por exemplo, suspeitas de envolvimento. Em relação ao mesmo referente, que compõe o tema, tem-se, por fim, a retomada por meio de “essas empreiteiras”, que é uma expressão nominal anafórica iniciada por pronome demonstrativo que é, por si só, anafórico, já que retoma a ideia presente no trecho anterior em que já se mencionou que as empresas são empreiteiras.

Existem duas retomadas anafóricas diretas de “Operação Lava Jato”, que ocorrem, primeiro, pela expressão “a Operação Lava Jato”, sendo uma expressão nominal definida que não traz, ainda, novas informações sobre o referente ativado no subtítulo; e, em seguida, por “a sétima fase da Lava Jato”, outra expressão nominal definida, mas que, agora, indica se tratar da “sétima” etapa da investigação, o que indica um avanço na operação. Além dessas duas anáforas diretas, compreendemos que “a Polícia Federal (PF)” e “O delegado Igor Romário de Paula” atuam como anáforas indiretas de “Operação Lava Jato” por entendermos que, no contexto dessa investigação em si, as menções à ação da PF, dos delegados e demais agentes federais envolvidos fazem parte, diretamente, do que se nomeia “Operação Lava Jato”.

Em resumo, ao assumir que a menção à PF e ao delegado Igor Romário de Paula são anáforas indiretas da Lava Jato, consideramos que esses referentes ativam e recategorizam “Operação Lava Jato”, ao passo que introduzem novos referentes. Em linhas gerais, conforme indica Marcuschi (2020), a ancoragem dessas anáforas ocorre de forma cognitiva, em nossa análise, na expressão nominal que a antecede, e é constantemente (re)categorizada, “Operação Lava Jato”. Portanto é, de certo modo, natural que na Operação Lava Jato haja o envolvimento da Polícia Federal, de delegados, investigadores e agentes federais ainda que o texto, em si, não indique de forma clara e pontual que se trata de uma operação da Polícia Federal.

A partir do segundo parágrafo, é possível notar maior focalização na Operação Lava Jato, tanto que, no parágrafo seguinte, há apenas retomadas à Lava Jato, como é possível ver em:

A Lava Jato foi desencadeada em março deste ano e revelou um esquema bilionário de lavagem de dinheiro. Ao todo, devem ser cumpridos 85 mandados em cidades do Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Distrito Federal. Os mandados foram expedidos pela Justiça Federal do Paraná, responsável pelas investigações. Já haviam sido presos o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto da Costa e o doleiro Alberto Youssef, acusado de comandar o esquema. Costa cumpre a prisão em domicílio no Rio de Janeiro e o doleiro está preso na sede da PF, em Curitiba. Segundo a polícia, dois investigados nesta fase têm ligação com Youssef.

Logo no início do parágrafo, a expressão nominal definida “A Lava Jato” remete ao referente uma vez ativado no subtítulo, “Operação Lava Jato”, e aqui se torna o tema em questão, uma vez que se nota uma construção textual com a finalidade de explicar a investigação. Essa primeira retomada não traz novas informações, serve para colocar em foco a operação.

Em seguida, ainda no mesmo parágrafo, há a introdução de uma expressão nominal indefinida, “um esquema bilionário de lavagem de dinheiro”, que recategoriza anaforicamente a “Operação Lava Jato”, indicando que a investigação tem relação com o esquema de lavagem de dinheiro. Portanto, nota-se uma especificação, um detalhamento da investigação por meio dessa recategorização.

Já no terceiro, dedicado de forma especial para a reprodução de uma fala do delegado Igor de Paula, é possível observar apenas uma anáfora indireta que remete à Operação Lava Jato, que se trata especificamente da menção do nome do delegado.

"Nós trabalhamos desde o começo com foco específico na atuação de doleiros, no processo de movimentação financeira de dinheiro de recursos de origem ilícita focado nos doleiros e na lavagem desses ativos. A investigação vem avançando e completa na segunda-feira (17) oito meses. A fase desta sexta-feira tem o objetivo de buscar mais elementos de algumas empresas envolvidas, empresas

para as quais os elementos de provas colhidos até agora são bem robustos”, acrescentou Igor de Paula.

O quarto parágrafo não apresenta anáforas que retomem um dos referentes analisados, trata-se apenas de uma atualização sobre a quantidade de mandados que haviam sido movimentados até às 11h do dia da publicação. Destacamos, além disso, o uso do recurso de autoridade que ocorre por meio do uso da citação direta da fala de Igor de Paula. De forma especial, ressaltamos a importância da escolha dessa fala, tanto pela fala ser de um dos delegados que coordenava a operação, quanto pela composição do conteúdo que envolve o uso de “a investigação”, expressão nominal definida que (re)ativa Operação Lava Jato e auxilia na construção do sentido pretendido. Já no quinto, mantém-se a retomada exclusivamente de “Operação Lava Jato” que, desde o 2º parágrafo, é tomado como tema em questão:

Nesta fase, 27 pessoas devem ser presas, segundo a PF. Entre as prisões já realizadas está a do ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque. Indicado pelo PT para o cargo de alto escalão, ele foi preso em sua residência, no Rio de Janeiro, e conduzido para a superintendência local da PF. Também foram expedidos, segundo a Polícia Federal, mandados de prisão de funcionários das empresas Camargo Correa, OAS, Mendes Junior, Engevix e Galvão Engenharia, UTC e IESA, além de mandados de busca e apreensão nas sedes das empresas Queiroz Galvão, IESA, Galvão Engenharia, Camargo Correa, OAS, UTC/Constran, Odebretch, Mendes Júnior e Engevix.

Com a introdução da expressão iniciada por pronome demonstrativo, “nesta fase”, percebe-se que a orientação do assunto sobre a Lava Jato é direcionada para a atual fase, 7ª como mencionado anteriormente, e há, ainda, a presença da reativação do mesmo referente que ocorre por meio da menção à PF.

Apenas no sexto parágrafo é que se tem novamente reativações do referente “empresas investigadas”:

As prisões foram direcionadas aos executivos das empreiteiras, que participaram dos contratos. “As pessoas investigadas tinham o hábito de dormir em hotéis, em outros apartamentos. Eles tinham a intenção de ficar fora de casa, temendo que

essa a operação fosse realizada”, disse Igor de Paula. Conforme o delegado, houve também a prisão de alguns agentes secundários, suspeitos de envolvimento no transporte de valores para doleiros e no processo de lavagem de ativos.

No caso, após a recategorização que informou que as empresas correspondem a empreiteiras, vemos uma retomada do tópico, configurando uma reativação do referente que havia sido introduzido no título da matéria como tema. Já no sétimo parágrafo, identificamos, novamente, apenas a recorrência de referentes que retomam “Operação Lava Jato”:

Em Curitiba, são dois mandados de busca e apreensão e um de prisão preventiva, direcionado a um empresário de uma das empresas investigadas, que tem contratos com a Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), em Araucária, na Região Metropolitana de Curitiba, e com a Abreu e Lima, em Pernambuco. Os mandados de busca foram cumpridos, já o de prisão está em aberto porque o empresário não foi localizado. A polícia não divulgou o nome deste empresário e nem qual seria o envolvimento dele nos esquemas investigados pela Lava Jato. Todos os investigados que ainda não foram encontrados, esclareceram os delegados, já tiveram seus nomes registrados no sistema da Polícia Federal e estão impedidos de deixar o país. Os nomes dos investigados com mandado de prisão preventiva também foram incluídos na lista de alerta vermelho da Interpol.

É possível identificar uma anáfora direta por meio de uma expressão nominal definida, destaque em amarelo, “(pel)a Lava Jato”, uma vez que “pela” é a contração da preposição “por” com o artigo definido “a”. Além disso, apontamos três anáforas indiretas que remetem à Lava Jato, sendo “a polícia”, “os delegados” e “(d)a Polícia Federal”, todos itens que mantêm em foco a ação da operação Lava Jato.

Por sua vez, no oitavo parágrafo, ainda que apresente uma maior recorrência de reativação de “Operação Lava Jato” por meio de anáforas diretas e indiretas, há uma remissão a “empresas investigadas”, como se observa em:

A ação conta com 300 policiais federais, com apoio de 50 servidores da Receita Federal. A Lava Jato também desarticulou crimes de evasão de divisas e

pagamento de propinas que operava inclusive dentro da *Petrobras*. Segundo a PF, foi decretado o bloqueio de aproximadamente R\$ 720 milhões em bens pertencentes a 36 investigados. Além disso, o juiz federal Sérgio Moro, que está julgando a Lava Jato na primeira instância, autorizou o bloqueio integral de recursos financeiros de três empresas que seria de propriedade de um dos operadores do esquema criminoso.

As expressões nominais definidas “a ação” e “a Lava Jato” (que aparece duas vezes) funcionam como anáforas diretas, já “a PF” e “o juiz federal Sérgio Moro” atuam como anáforas indiretas. Chamamos a atenção para a última anáfora indireta, que menciona o juiz Sérgio Moro, a qual funciona como uma especificação bastante pontual, já que o juiz em questão acabou se tornando uma figura representativa da operação em desenvolvimento no momento de publicação da matéria. Em linhas gerais, a menção a Sérgio Moro remete, de forma indireta, à Operação Lava Jato por ser parte integrante e essencial na investigação, ainda mais em suas fases iniciais e, ainda, mantendo sua função de anáfora indireta, atua como novo referente. Por fim, há uma expressão nominal anafórica e definida que retoma “empresas investigadas”, sendo “o esquema criminoso”, que traz uma categorização que associa às empresas o adjetivo “criminoso” em relação às ações identificadas na investigação, é importante compreender que a escolha da expressão nominal, ao todo, não ocorre por acaso, sobretudo, destacamos a escolha do adjetivo que indica de forma clara um posicionamento quando ao referente retomado.

O nono parágrafo apresenta anáforas: uma para “empresas investigadas” e outra para “Operação Lava Jato”:

Os principais contratos sob suspeita são a compra da refinaria de Pasadena, nos EUA, que teria servido para abastecer caixa de partidos e pagar propina, e o da construção da refinaria de Abreu e Lima, em Pernambuco, da qual teriam sido desviados até R\$ 400 milhões. De acordo com a polícia, também há contratos da Refinaria Presidente Getúlio Vargas, em Araucária, na Região Metropolitana de Curitiba.

“Os principais contratos sob suspeita” remete à investigação realizada contra as empresas, servindo como expressão nominal definida que mantém em foco o tema

e, ainda, “a polícia”, também uma expressão nominal definida, retoma, agora, “Operação Lava Jato” atuando como anáfora indireta. O décimo parágrafo, por sua vez, é antecedido do subtítulo “delações premiadas”, que são parte do processo da Operação e orientam parte da investigação, a partir daqui são observadas apenas anáforas de “Operação Lava Jato”.

#### **Delações premiadas**

Na última terça-feira (12), o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, afirmou que, ao menos, nove pessoas já concordaram em colaborar com as investigações da Operação Lava Jato com a delação premiada. Além disso, outras já se interessaram em apontar nomes de envolvidos e fatos relacionados ao suposto esquema de pagamento de propina a políticos a partir de contratos da *Petrobras*, foco da investigação.

Por fim, no último parágrafo, observa-se uma última anáfora indireta à Operação Lava Jato, encerrando-se o texto:

Além disso, informou o chefe do Ministério Público, mais “cinco ou seis” colaboradores estão negociando acordo semelhantes com os procuradores responsáveis pelo caso, entre eles o doleiro Alberto Youssef, apontado como um dos líderes da organização criminosa.

Trata-se, então, de uma expressão nominal definida, “os procuradores responsáveis pelo caso”, que faz referência à Operação Lava Jato especificando um ponto importante da ação por meio da menção aos procuradores que participam dela. Logo, é válido destacar que se tem uma referência de maior complexidade, pois exige do leitor a associação desse referente à Operação.

Dessa forma, ao longo de todo o texto, é possível constatar, por meio da análise da (re)categorização dos referentes, uma maior centralização em especificações relacionadas ao referente Operação Lava Jato, totalizando 25 retomadas, enquanto o assunto em si, “empresas investigadas”, possui apenas 8 remissões. Nesse sentido, é válido ressaltar que a centralização no tema - empresas - ocorre de forma mais efetiva no início do texto, ao passo que esse ponto vai cedendo espaço à Operação Lava Jato e sendo reativado em alguns momentos, como nos sexto, oitavo e nono

parágrafos, mantendo em foco as empreiteiras investigadas, mesmo com maior ênfase sobre a Lava Jato.

A seguir, apresentamos as cadeias referenciais geradas por meio do processo de (re)categorização para melhor visualização.

### **Cadeia referencial de “empresas investigadas”**

<b>Referente textual</b>	<b>Catáforas/anáforas – formas de retomada</b>
Empresas investigadas	Empresas
	As apreensões, diligências, quebras de sigilo e depoimentos
	Um material robusto
	O envolvimento de nove empreiteiras com formação de cartel e desvio de recursos para corrupção de entes públicos
	Essas empreiteiras
	(d)as empreiteiras
	(d)o esquema criminoso
	Os principais contratos sob suspeita

Fonte: A pesquisadora.

As oito formas de remissão a empresas investigadas ampliam o detalhamento a respeito delas, mantendo-as em foco ao passo que especificam características tanto de “empresas” quanto trazem informações sobre “serem investigadas”, noção obtida de “investigadas”.

### **Cadeia referencial de “Operação Lava Jato”**

<b>Referente textual</b>	<b>Catáforas/anáforas – formas de retomada (nº de ocorrências)</b>
<b>Operação Lava Jato</b>	Operação Lava Jato (2)
	A Polícia Federal (PF) (3)

	O delegado Igor Romário de Paula
	A sétima fase da Lava Jato
	A Lava Jato (4)
	Um esquema bilionário de lavagem de dinheiro
	Igor de Paula
	Nesta fase
	A PF (3)
	Igor de Paula
	O delegado
	A polícia (2)
	Os delegados
	A ação
	O juiz Sérgio Moro
	Os procuradores responsáveis pelo caso.

Fonte: A pesquisadora.

O processo de (re)categorização de “Operação Lava Jato” envolve 9 anáforas diretas e 16 anáforas indiretas, as quais são divididas em 8 que se referem à Polícia Federal e 8 que se referem a delegado, juiz e procuradores (incluindo os nomes próprios de algumas dessas pessoas, como Igor de Paula e Sérgio Moro). Assim, é possível observar como a manutenção do referente “Operação Lava Jato” ocorre não apenas pela referência direta ao nome da investigação, mas também por meio da indicação dos agentes envolvidos que atuam de forma a mantê-la em ação.

Constatamos, até então, que as referências à Operação Lava Jato no ano de 2014 ocorrem de formas similares, porém com menor grau de profundidade no texto da análise I, publicado em *O Globo* em 18 de março de 2014, abordando a Operação Lava Jato 5 vezes com referências à Polícia Federal. Dessa forma, há uma construção remissiva que comporta apenas anáforas indiretas; essa construção textual ocorre, ao nosso ver, em decorrência da Operação Lava Jato ter sido deflagrada há poucos dias (14 de março de 2014), logo estando, ainda, em sua primeira fase e comportando suas primeiras ações.

Consideramos que as anáforas indiretas aplicadas são de fácil compreensão, por isso vemos um menor grau de profundidade nas referências à Operação, uma vez que mencionam de forma geral a Polícia Federal (PF) e que podem ter surgido para apresentar informação nova aos leitores – a própria Operação Lava Jato – ou, indo mais a fundo, para deixar a Operação Lava Jato em segundo plano, não colocando foco em seu nome.

O texto II, por sua vez, publicado pelo *G1* em 14 de setembro de 2014, já é parte da quinta fase da Operação Lava Jato e a aborda de forma mais direta, mencionando o nome da Operação logo no início da matéria, possuindo 25 remissões ao todo, sendo 9 anáforas diretas e 16 anáforas indiretas.

Ressaltamos que a elaboração das anáforas indiretas se divide em 8 referências por meio da Polícia Federal (referida também pela sigla “PF” e pela redução da expressão, com a indicação apenas de “polícia”), que consideramos de menor complexidade ao entender que a operação já era conhecida, dada a sua grande repercussão, e que a relação PF e Lava Jato já estava bem instaurada. Ademais, há outras 8 referências que vemos com maior grau de complexidade, que ocorrem por meio de menções a delegados, juízes – incluindo Sérgio Moro – e promotores, o que exige um conhecimento partilhado mais profundo e pontual.

Nesse viés, constatamos que, em um intervalo de quase 6 meses, a popularidade da Operação se ampliou, viabilizando um uso mais recorrente do nome em si da investigação e, ainda, tornando possível se referir à Lava Jato por meio da menção a delegados, juízes e promotores – seja por meio de tais substantivos comuns ou por meio dos nomes próprios desses profissionais que, inclusive, popularizaram-se com a operação, com destaque especial ao ex-juiz Sérgio Moro.

#### **4.3 Expressões nominais anafóricas identificadas na matéria *O balanço da Lava-Jato***

A matéria disponibilizada no acervo digital do jornal *O Globo* foi publicada, originalmente, no dia 16 de março de 2020 e retrata um momento de transição da Operação Lava Jato. A última operação de 2019, 79ª fase, havia sido deflagrada em 18 de dezembro e a primeira fase de 2020 só seria deflagrada em 18 de junho de 2020, a operação caminhava para o encerramento das atividades na capital

paranaense, Curitiba, e se movia para o estado de São Paulo. É possível observar que esta matéria, assim como a primeira de 2014 analisada, foi retirada da seção *País* que, neste caso, traz a indicação temporal de “seis anos depois” antes da matéria.

O título em análise apresenta a introdução de dois referentes textuais, a Operação Lava Jato, “Lava-Jato” e o tema da matéria, “O balanço da Lava-Jato”:

10 | Segunda-feira 16.3.2020 | O GLOBO

**País** DÉCADA DE RUPTURAS Entrevistas ajudam a entender como o país mudou  
Dez convidados falam sobre o passado recente do Brasil [glo.bo/2w9i0H](#)

SEIS ANOS DEPOIS

# O BALANÇO DA LAVA-JATO

## Operação, próxima do fim em Curitiba, ainda tenta engrenar em São Paulo

Em azul destacamos, no decorrer da análise, as expressões que se relacionam com a temática central, “O balanço (da Lava-Jato)”. É válido indicar que, na imagem acima, retirada do acervo O Globo, destacamos em azul apenas “O balanço” a fim de trabalhar com o núcleo da expressão que compõe o tema central. Ademais, destacamos em amarelo “(d)a Lava-Jato” por já ser a introdução do segundo referente analisado.

Dessa forma, o título comporta a introdução dos dois referentes que servem de âncora para as remissões posteriores; tem-se “o balanço” para o tema e “(d)a Lava-Jato” para o objeto de estudo do presente trabalho, ambas se configurando como expressões nominais definidas, já que são introduzidas por artigo definido (“o” e “a”, respectivamente). O subtítulo, por sua vez, já traz uma recategorização de Lava Jato, ao referir-se a ela como “operação”, caracterizando uma expressão nominal remissiva ancorada no referente “(d)a Lava-Jato” introduzido no título.

Ainda no subtítulo, destacamos a expressão “próxima do fim em Curitiba” e “em São Paulo” que, apesar de não configurarem anáforas das expressões analisadas, são marcadores que delimitam, de forma relevante, duas faces da Operação Lava Jato nesse momento de transição do estado do Paraná para o estado de São Paulo.

Assim, já no primeiro parágrafo da matéria, é possível observar anáforas dos referentes introduzidos no título e, ainda, a indicação dessa divisão entre a operação realizada no estado do Paraná e no estado de São Paulo.

**A**o completar seis anos amanhã, a mais longa operação de combate à corrupção do país se vê em meio a uma série de desafios legais e mudanças na legislação. O avanço das investigações também não tem um ritmo uniforme em todo o país. Enquanto a Lava-Jato do Paraná dá sinais de que caminha para o seu final, em São Paulo ela ainda tenta engrenar e passa novamente por mudanças.

Em relação à Lava Jato, nota-se a introdução de três expressões nominais definidas que atuam anaforicamente reativando o referente, são elas “a mais longa operação de combate à corrupção do país”, “(d)as investigações” e “a Lava-Jato do Paraná”, todas introduzidas por artigo definido “a(s)”. Neste ponto da matéria, já é possível observar menções sobre a operação realizada no Paraná e em São Paulo, apenas sublinhamos em amarelo no primeiro parágrafo dois trechos que indicam, de forma marcante, essa mudança para o estado de São Paulo. No caso, ainda que esses trechos não se configurem como formas remissivas, delimitam o que vem ocorrendo com a operação, tendo reflexo para a construção da compreensão sobre “o balanço” da operação: no Paraná “dá sinais de que caminha para o seu final” e “em São Paulo ela ainda tenta engrenar e passa novamente por mudanças”.

Ainda no primeiro parágrafo, destacado em azul, há “uma série de desafios legais e mudanças na legislação”, uma expressão nominal que recategoriza “o balanço”. É importante observar que o processo de composição da relação anafórica e de reativação/recategorização constituído para retomar “o balanço”, ao longo de todo o texto, é mais complexo, isso porque se faz necessário compreender a ideia de “balanço” nesse contexto para que a ideia de remissão se faça clara.

De acordo com o dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa, dentre os diversos sentidos do substantivo “balanço”, compreende-se a palavra, por derivação e em sentido figurado, como: “exame escrupuloso, análise”. Na matéria

analisada, esse é o sentido ao qual corresponde o uso do vocábulo, já que a ideia é apresentar os “prós” e “contras”, bem como as modificações e impactos, gerados pela operação.

Dessa forma, tanto na primeira reativação de “o balanço”, presente no primeiro parágrafo, quanto nas demais ocorrências, como se observará, o processo de reativação exige do receptor maior atenção para compreender as relações de recategorização, as quais vão, no decorrer do texto, constituindo a gama de sentidos atribuídos ao referente.

Nos segundo e terceiro parágrafos, por sua vez, há quatro remissões à Lava-Jato:

No estado, até agora, foram nove denúncias apresentadas, em comparação às 113 do Paraná. Quatro pessoas foram condenadas, enquanto a Lava-Jato de Curitiba conseguiu 159 condenações. No Ministério Público Federal paulista, uma nova procuradora assumiu os casos da operação no último dia 13: Viviane de Oliveira Martinez.

As expressões nominais definidas “a Lava-Jato de Curitiba” e “(d)a operação” constituem anáforas definidas, por serem iniciadas por artigo definido “a”, que reativam diretamente o referente “a Lava-Jato”. Já “(n)o Ministério Público Federal paulista” e “uma nova procuradora” atuam como anáforas indiretas da operação, isso por compreendermos que o Ministério Público Federal paulista e a procuradora em si são elementos ancorados no universo textual da Operação Lava-Jato, ou seja, ambos participam diretamente do funcionamento e da movimentação do que compõe a operação, servindo, dessa forma, como elementos que colocam em questão a operação na memória do leitor. Além disso, ressaltamos que a anáfora indireta tanto reativa, recategorizando o referente textual Lava-Jato, quanto introduz novo referente textual. No caso das duas anáforas indiretas, tem-se, respectivamente, uma expressão nominal definida e uma expressão nominal indefinida.

Já no quarto parágrafo, observamos uma remissão à Lava-Jato e outra a balanço:

Em São Paulo correm investigações de desdobramentos da delação da Odebrecht, sobretudo os que atingem o PSDB. Alguns deles, no entanto, não ficarão sob a alçada do MPF, mas da Procuradoria Eleitoral do estado. **A mudança** ocorreu após a decisão do Supremo que atribuiu à Justiça Eleitoral a competência para julgar casos de corrupção e lavagem de dinheiro relacionados a caixa dois.

Em “o MPF”, há uma anáfora indireta, uma vez que compreendemos que o Ministério Público Federal é uma instituição que constitui, como já mencionado, parte do universo textual da Operação Lava Jato. Portanto, a expressão nominal definida também recategoriza a operação, além de se configurar como novo referente.

Em realce azul, com “a mudança”, há uma expressão nominal definida que recategoriza “o balanço”. É possível observar que, mesmo sendo uma anáfora direta, a compreensão dessa relação de reativação do referente textual é mais complexa, pois exige que o leitor compreenda que “a mudança” é parte do impacto que a operação Lava Jato gerou.

A partir do sexto parágrafo, há a subseção “inovações”. Assim, nos sexto e sétimo parágrafos, podemos observar uma recategorização de Lava Jato e três de “balanço”:

#### **INOVAÇÕES**

Desde que começou, em março de 2014, a Lava-Jato do Paraná foi responsável por **inovações** que receberam apoio e críticas de especialistas do Direito, além de mudanças na legislação.

**A principal discussão** gira em torno da possibilidade de **prisão após condenação em segunda instância**. O entendimento sobre o tema foi revisto pelo Supremo Tribunal Federal (STF) duas vezes nesse período e hoje é discutido no Congresso Nacional.

Logo no início do sexto parágrafo, há “a Lava-Jato do Paraná”, expressão nominal definida que direciona o conteúdo especificamente para as etapas da operação realizadas no estado do Paraná. Além disso, há uma recategorização de “o balanço”, gerada por “inovações”, o que propõe um elemento que foi gerado pelo impacto da Lava Jato.

Já no sétimo parágrafo, há duas recategorizações de “o balanço”, são elas as expressões nominais definidas “a principal discussão” e “(d)a possibilidade de prisão após condenação em segunda instância”. É importante observar a forma que essas duas remissões presentes no sétimo parágrafo direcionam a ideia de “balanço” da operação de forma a especificar uma “discussão”, ou seja, falta de consenso entre o que foi resultado da Lava Jato e, ainda, apontar qual a situação bastante específica em relação a uma inovação gerada e à referida principal discussão: a possibilidade de prisão após condenação em segunda instância.

Por sua vez, o oitavo parágrafo apresenta uma remissão à Lava Jato e uma a balanço, enquanto o nono parágrafo reativa apenas Lava-Jato:

Por outro lado, a operação recebe críticas das defesas dos réus ao promover o endurecimento de penas para processados por corrupção e, na visão dos advogados, abusar das prisões preventivas. A reação levou à Lei de Abuso de Autoridade, que impõe penas duras para magistrados e integrantes do Ministério Público e da Polícia.

A Lava-Jato também apresentou outra novidade: passou a atrelar os benefícios eventualmente concedidos aos réus de colarinho-branco à devolução do dinheiro roubado para o poder público. Também foi marcante o uso do instrumento da delação premiada.

O oitavo parágrafo é iniciado com a expressão nominal definida “a operação”, que reativa o referente “a Lava-Jato”, conforme já ocorreu antes. Enquanto isso, “a reação” é a expressão nominal definida que recategoriza “o balanço”. O nono parágrafo, por sua vez, tem como expressão nominal definida “a Lava-Jato”, atuando

como uma repetição do referente introduzido no título, sendo, também, uma estratégia coesiva.

No décimo parágrafo, há, apenas uma remissão a “o balanço”, como se vê em:

Ex-ministro do STF, Carlos Velloso considera que o alcance da operação foi inédito:

A expressão “o alcance da operação” recategoriza o referente mencionado, ao passo que atribui um impacto gerado pela “operação”. É válido mencionar que “(d) a operação” também atua como expressão nominal definida que retoma “Lava-Jato”. Neste momento, realçamos exclusivamente em azul, priorizando a referência ao balanço, por ser o foco argumentativo central no momento.

No décimo segundo parágrafo, é possível vislumbrar mais duas recategorizações de “o balanço”:

Entre outros impactos citados pelo ministro está também a criação de forças-tarefas integradas que incluíam não só membros do Ministério Público e da Polícia Federal, como também de órgãos de controle.

As expressões “outros impactos” e “a criação de forças-tarefas integradas” atuam de modo a recategorizar “o balanço”. A primeira expressão nominal é iniciada por pronome indefinido, já a segunda é uma expressão nominal definida. Ambas trazem indicações de elementos que são frutos do desenvolvimento da Operação Lava Jato ao longo dos seis anos.

Já no décimo terceiro parágrafo, há o início da subseção “críticas a métodos”; nele, é possível identificar uma remissão à Lava-Jato e cinco remissões ao balanço da operação:

### CRÍTICAS A MÉTODOS

Por outro lado, os métodos utilizados pela operação também geraram efeitos colaterais. O Supremo mudou seu entendimento sobre a ordem da apresentação de alegações finais de delatores e delatados. A medida provocou a anulação da sentença de Aldemir Bendine, ex-presidente da Petrobras e do Banco do Brasil, e fez com que o processo que o ex-presidente Lula responde no caso do instituto que leva seu nome voltasse às alegações finais.

A única forma que retoma Lava Jato é “(pel)a operação”, expressão nominal definida iniciada pelo artigo definido “a”. Já quanto às retomadas de “o balanço”, há a expressão nominal definida, já que é iniciada pelo artigo definido “os”, “os métodos utilizados”, seguida da expressão “efeitos colaterais” e as expressões nominais definidas “a medida”, “a anulação da sentença de Aldemir Bendine, ex-presidente da Petrobras e do Banco do Brasil” e “o processo que o ex-presidente Lula”. Destacamos que, nessa parte do texto, os elementos que surgem como impactos/resultados da operação, de seu balanço, são específicas e trazem um teor de pontualidade para os impactos gerados.

No décimo quarto parágrafo, são observáveis apenas duas formas remissivas, uma para “o balanço” e outra para “a Lava-Jato”:

Há ainda outros desafios para a operação, como a Lei de Abuso de Autoridade e o pacote anticrime, recentemente aprovados no Legislativo.

A primeira expressão nominal que retoma “o balanço” é iniciada por pronome indefinido, sendo “outros desafios para a operação”. Dentro dessa expressão consta a primeira recategorização à Lava Jato presente no parágrafo, “a operação”.

Por fim, já no décimo quinto parágrafo, observam-se as duas últimas remissões à Lava Jato e a última remissão ao balanço da operação:

O advogado Pierpaolo Bottini, que defendeu réus da Lava-Jato, avalia que a operação cometeu abusos, como o uso da condução coercitiva e o vazamento de informações:

Notam-se mais duas recorrências sobre Lava Jato, sendo “(d)a Lava-Jato” e “a operação” novamente, duas expressões nominais definidas. Quanto ao balanço, vê-se “abusos”, que finaliza as recategorizações dos impactos gerados pela operação, indicando, pelo uso do substantivo escolhido, que houve inadequações geradas pela operação em questão.

Dessa forma, compreendemos que todos os usos de formas remissivas implicam em escolhas conscientes para se referir a cada um dos referentes textuais analisados, o que contribui para a construção dos sentidos do texto e para a elaboração da estrutura argumentativa. Assim, para melhor compreensão e visualização, elencamos a seguir os quadros com as cadeias referenciais formadas pelas remissões e recategorizações identificadas.

#### Cadeia referencial de “O balanço da Lava-Jato”

Referente textual	Anáforas – formas de retomada
<b>O balanço da Lava-Jato</b>	Uma série de desafios legais e mudanças na legislação
	A mudança
	Inovações
	A principal discussão
	A possibilidade de prisão após condenação em segunda instância
	A reação
	O alcance da operação
	Outros impactos
	A criação de forças-tarefas integradas
	Os métodos utilizados
	Efeitos colaterais
	A medida

	A anulação da sentença de Aldemir Bendine, ex-presidente da Petrobras e do Banco do Brasil
	O processo que o ex-presidente Lula
	Outros desafios para a operação
	Abusos

Fonte: A pesquisadora.

Vale observar que a própria disposição e ordem em que se encontram as expressões nominais no decorrer do texto contribuem para que se formule a ideia pretendida com o texto.

### Cadeia referencial de “a Lava-Jato”

Referente textual	Anáforas – formas de retomada
<b>A Lava-Jato</b>	A mais longa operação de combate à corrupção do país
	As investigações
	A Lava-Jato do Paraná (2)
	A Lava-Jato de Curitiba
	O Ministério Público Federal paulista
	Uma nova procuradora
	A operação (5)
	O MPF
	A Lava-Jato (2)

Fonte: A pesquisadora.

As referências ao nome da operação em si, Lava-Jato, já são mais recorrentes, ao todo são 12 remissões. Agora, no texto em questão, é possível encontrar uma delimitação constante entre a operação realizada no estado do Paraná e em São Paulo. Ainda que as recorrências de menção ao estado de São Paulo não configurem especificamente expressões nominais anafóricas que retomem o referente “a Lava-Jato”, há, ao longo do texto, indicações que dividem o conteúdo exposto e a menção da operação no estado também. Sobretudo, a recorrência ao estado do Paraná, contando também com a indicação de sua capital, Curitiba, surge, em nossa compreensão, atuando efetivamente como formas remissivas por se registrar, no momento de publicação da matéria, os momentos cruciais de transição da operação.

Em linhas gerais, o momento era marcante pelo fato de a operação sair do Paraná, onde teve início e suas maiores movimentações.

Em relação às anáforas indiretas, é possível observar apenas 3 remissões desse formato, utilizando, para isso, o MPF Paulista, a menção a uma nova procuradoria e ao MPF. Em comparação à quantidade de remissões geradas por anáforas diretas, tem-se uma maior quantidade do último tipo, já que o nome da operação é usado em maior quantidade. Acreditamos que tal uso ocorre, nesta matéria, de forma especial, pelo fato do conteúdo abordar o balanço, o resultado, da operação em relação a essa alteração de estado que a força-tarefa passava.

#### **4.4 Expressões nominais anafóricas identificadas na notícia *Lava Jato: Em nova sentença, dois ex-gerentes da Petrobras e outras três pessoas são condenadas***

A notícia foi publicada no dia 01 de dezembro de 2020, momento da 78ª fase da Operação Lava Jato, chamada de Operação Sem Limites V e iniciada no dia 26 de novembro do mesmo ano. Trata-se da penúltima operação oficial que compôs a força-tarefa, tendo como foco ex-funcionários da Petrobras. Assim, a notícia retirada do portal *G1* apresenta nova sentença gerada pela Lava Jato, que gerou condenação de cinco pessoas e absolvição de um ex-gerente da estatal que havia sido condenado por Sérgio Moro. Destacamos, antes de mais nada, que há, ao longo dos trechos reproduzidos da matéria, termos e expressões sublinhados, os quais se referem a marcações realizadas pelo próprio site, sendo, em síntese, expressões-chave que servem como *link* para outras matérias do portal.

O título introduz os dois referentes analisados do texto, a referência à operação e a menção ao tema central da matéria, já o subtítulo apresenta uma única retomada, por meio de anáfora indireta, de Operação Lava Jato, como se vê:

**Lava Jato: Em nova sentença, dois ex-gerentes da Petrobras e outras três pessoas são condenadas**

**Um terceiro ex-gerente foi absolvido novamente; condenação de 2018, proferida pelo ex-juiz Sergio Moro, tinha sido anulada após decisão do STF. Caso investigou pagamento de R\$ 29,6 milhões em quatro contratos da estatal.**

Por G1 PR — Curitiba 01/12/2020 22h30 Atualizado há um ano



Dois ex-gerentes da Petrobras e outras três pessoas são condenadas — Foto: GloboNews/Reprodução

Observamos a introdução do referente “Lava Jato” logo no título, destacado com realce em amarelo. No subtítulo, também em realce amarelo, há a expressão nominal definida “(pel)o ex-juiz Sergio” que reativa e recategoriza o referente textual “Lava Jato”, configurando-se como uma anáfora indireta por compreendermos que, sendo uma referência implícita, retoma Lava Jato por se associar o nome de Sérgio Moro à realização da operação, especialmente já na reta final da força-tarefa, em que essa relação de Moro com a Lava Jato era bastante consolidada e, ainda, por introduzir um novo referente textual. Em linhas gerais, assumimos que “(pel)o ex-juiz Sergio Moro” se configura também como novo referente textual introduzido, ainda que esse novo referente não seja nosso foco, mas também percebemos a relação de recategorização que a expressão nominal traz à “Lava Jato” por emergir a ideia da operação.

Em realce azul, tem-se a introdução do referente textual que representa o assunto central da notícia, “nova sentença”, que serve como âncora para que se especifique a situação e o caso tanto de “dois ex-gerentes da Petrobras e outras três pessoas” quanto de “um terceiro ex-gerente”, expressões introduzidas,

respectivamente, no título e no subtítulo. Compreendemos, com a expressão “nova sentença”, que o foco principal da notícia é ponderar, na presente fase da Operação Lava Jato, o ritmo investigativo com base na sentença apresentada.

No primeiro parágrafo, é possível identificar apenas uma retomada de “Lava Jato”. A expressão nominal definida “(d)a Operação Lava Jato” que reativa e retoma o referente textual já introduzido, mas, no caso, sem uma alteração semântica relevante, dado que se trata apenas da reafirmação do nome da operação.

Dois ex-gerentes da Petrobras e outros três representantes das empresas Akyzo, Liderrol e Andrade Gutierrez foram condenados por crimes de corrupção e lavagem de dinheiro em processo da Operação Lava Jato. *Veja os nomes e as penas mais abaixo.*

Já no segundo parágrafo, por sua vez, há três recategorizações de “nova sentença” e duas de “Lava Jato”, como é possível notar:

A sentença do juiz Luiz Antônio Bonat, da 13ª Vara da Justiça Federal de Curitiba, é desta terça-feira (1º). Essa foi a segunda do processo, visto que a primeira, ainda do então juiz Sergio Moro, de fevereiro de 2018, acabou sendo anulada após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

A expressão nominal definida, já que se inicia com o artigo definido “a”, em “a sentença”, retoma, sem grandes alterações semânticas, o referente “nova sentença”. A partir desse momento, as expressões definidas “a segunda do processo” e “a primeira” recategorizam a mesma expressão, de forma a separar dois momentos que compõem a ideia geral de “nova sentença”. De forma específica, a matéria busca apresentar como a atual sentença trouxe modificações no curso da Operação Lava Jato; para isso, faz-se necessário ponderar a relação que a dada “nova sentença”, neste momento da matéria compreendida como “a segunda do processo”, mantinha com “a primeira”.

É importante pontuar que há, além de uma noção temporal entre as duas sentenças, uma questão de relação com os juízes que as realizaram, pois, conforme se observará com as retomadas de “Lava Jato”, passa-se a traçar uma distinção entre

o que foi feito por Sérgio Moro, ex-juiz no momento, e Luiz Antônio Bonat, atual juiz no referido momento. Para essa construção de sentido, as expressões nominais definidas “a segunda do processo” e “a primeira” atuam como retomadas e recategorizações de “nova sentença” fundamentais, já que são as expressões-chave que compõem o cenário de decisões dos juízes que irão definir o curso da força-tarefa, facilitando, inclusive, a compreensão do resultado final da referida “nova sentença”.

Em relação ao referente “Lava Jato”, nota-se a presença de duas expressões nominais definidas que atuam como anáforas indiretas desse referente, são elas “(d)o juiz Luiz Antônio Bonat” e “(d)o então juiz Sérgio Moro”. É necessário ressaltar que a menção aos nomes dos juízes ativa, no leitor, a própria Operação Lava Jato, em decorrência da associação que se criou entre os agentes que tornaram a força-tarefa possível, o que se manifesta, inclusive, pelo uso estratégico dos juízes na construção geral da própria matéria analisada. A questão temporal que envolve a participação de Sérgio Moro e Luiz Antônio Bonat é parte relevante para a compreensão do resultado da investigação geral conduzida pela operação, assim, além de os nomes dos juízes configurarem uma forma de remissão à Lava Jato, contribuem, simultaneamente, para que se atribua a cada um deles as decisões judiciais que encaminharam as investigações para o caminho trilhado. Assim, torna-se evidente que a atuação dessas anáforas indiretas ocorre de modo a (re)ativar e (re)categorizar um referente já introduzido, “Lava Jato” e, ainda, de forma a introduzir novos referentes textuais – vale destacar que, no caso de Sérgio Moro, trata-se de uma retomada, pois já há a introdução do referente, como mencionado, no subtítulo.

O quarto parágrafo, por sua vez, apresenta uma única retomada do tema, que, por si só, já ocorre de forma simultânea com uma retomada da operação, e três retomadas de “Lava Jato”.

O processo da Lava Jato é derivado da 40ª fase da operação, batizada de "Asfixia", deflagrada em maio de 2017. Essa etapa investigou o pagamento de R\$ 29,6 milhões em quatro contratos da Petrobras.

A expressão definida “o processo da Lava Jato” retoma, neste momento da notícia, de forma geral, a ideia central do tema. No caso, ainda que a expressão retome, também, o próprio nome da força-tarefa, averiguamos que funciona, por meio

de “o processo”, como recategorização de “nova sentença”, já que a sentença em si é resultado da atuação do processo gerado pela fase na qual estava inserida naquele momento (78ª fase, Operação Sem Limites V).

Ademais, ainda em “o processo da Lava Jato”, compreendemos que “(d)a Lava Jato” atua como expressão nominal definida que reativa a expressão já introduzida no tema, sem grandes alterações semânticas ainda. Há, ainda no mesmo parágrafo, a expressão nominal definida “(d)a 40ª fase da operação”, batizada de “Asfixia”, que retoma “Lava Jato” de forma a construir a relação temporal entre as investigações realizadas que resultaram na “nova sentença”. Dessa forma, a relação semântica estabelecida entre essa remissão e o referente textual compõe a compreensão do cenário que configura o resultado do processo no momento da investigação em 2020. Da mesma forma, a expressão nominal “essa etapa”, que é introduzida por pronome demonstrativo, atua de forma similar. Nota-se que se reativa “Lava Jato” de modo a colaborar para a compreensão do contexto que levou o progresso da força-tarefa da 40ª fase até a 78ª fase.

No quinto parágrafo, são observáveis apenas anáforas indiretas que recategorizam “Lava Jato”.

Um terceiro ex-gerente da estatal foi absolvido novamente. O Ministério Público Federal (MPF) chegou a denunciar os réus também por organização criminosa, mas Bonat - assim como Moro - resolveu absolvê-los do crime.

A expressão definida “o Ministério Público Federal (MPF)”, como ocorreu em outras análises, atua como anáfora indireta, retomando e recategorizando o referente “Lava Jato” por ser, a instituição, parte integrante e essencial no funcionamento das investigações que compõem a operação. Dessa forma, a relação estabelecida entre ambas é de dependência, já que a Lava Jato necessita do envolvimento do MPF para seu pleno funcionamento desde seu princípio. Além disso, as referências aos nomes dos juízes “Bonat” e “Moro” atuam como formas indiretas de anáforas da investigação também, conforme já mencionado, são agentes que atuaram de forma direta e ativa na investigação e, ainda, dentro dessa notícia, são peças fundamentais para a construção do sentido, uma vez que delimitam a questão temporal e evolutiva das investigações que geraram a “nova sentença” da operação.

O sexto parágrafo comporta apenas uma forma remissiva, trata-se da expressão nominal “a primeira sentença”, que recategoriza “nova sentença”. Mais uma vez se trata de uma expressão que reativa parcialmente o referente textual em decorrência dessa delimitação entre primeira e segunda sentença que é fundamental para a compreensão da “nova sentença”, que é o resultado da transição da primeira sentença para a segunda.

Em relação à primeira sentença, as penas tiveram variação de meses para mais ou para menos. Parte dos réus chegou a ficar presa no decorrer das investigações.

Após o sexto parágrafo, a matéria apresenta uma lista com a condenação de cada envolvido (intitulado “veja abaixo pelo que cada um foi condenado”), mencionando os nomes de: Márcio de Almeida Ferreira, Edison Krummenauer, Luís Mario da Costa Mattoni, Marivaldo do Rozario Escalfoni e Paulo Roberto Fernandes. Do sétimo ao décimo primeiro parágrafo, não há formas remissivas para os dois referentes analisados, os parágrafos especificam aspectos sobre os condenados.

Apenas no décimo segundo parágrafo, com o início do subtítulo “a denúncia”, há, novamente, remissões dos referentes analisados. No parágrafo em questão, há duas remissões, uma recategorização de “Lava Jato” e outra de “nova sentença”.

A investigação se baseou em provas obtidas por meio de quebras de sigilo telemático, bancário e fiscal dos envolvidos, como também pelos depoimentos de outros ex-gerentes da Petrobras e empreiteiros que firmaram colaboração premiada com o MPF.

Logo no início, há a expressão nominal definida “a investigação” que recategoriza “nova sentença”. No caso, é necessário atentar-se ao direcionamento dado pela matéria para visualizar que “a investigação” abordada no parágrafo refere-se ao resultado da “nova sentença” e não a uma remissão de “Lava Jato”. Assim, tem-se uma recategorização que atribui à “nova sentença” o caráter de resultado de “a investigação”. Ainda, a expressão nominal definida “o MPF” retoma e recategoriza “Lava Jato”, ancorando-se também na menção ao MPF ocorrida no quinto parágrafo.

O décimo terceiro e décimo quarto parágrafos possuem, cada um, uma remissão à Lava Jato.

De acordo com **os procuradores**, a Akyzo e a Liderrol faziam contratos falsos com fornecedoras tradicionais da Petrobras, como Andrade Gutierrez, Odebrecht, Carioca Engenharia e Queiróz Galvão, para intermediar e repassar as propinas a funcionários da estatal.

Foi nas contas dessas empresas que **a força-tarefa** encontrou registro de créditos de mais de R\$ 150 milhões, após a quebra do sigilo bancário.

O décimo terceiro parágrafo conta com a expressão nominal definida “os procuradores”, que se configura como anáfora indireta por ser a referência a envolvidos na formação e no funcionamento da operação. Dessa forma, a expressão reativa “Lava Jato” e abre espaço para novo referente textual. A expressão nominal definida “a força-tarefa”, no décimo quarto parágrafo”, recategoriza Lava Jato de modo a reafirmar o caráter de amplitude da investigação, que aborda grupamentos de várias unidades diferentes.

O décimo sétimo parágrafo, por sua vez, apresenta uma única remissão à Lava Jato, tratando-se da repetição da expressão nominal definida “os procuradores”, que atua como anáfora indireta do referente textual em questão.

Para **os procuradores**, os empresários da Akyzo e Liderrol eram operadores do esquema.

Já, por fim, o décimo nono e o vigésimo parágrafos apresentam, cada um, uma forma remissiva de Lava Jato, sendo as duas formas repetições de expressões nominais definidas que atuam como anáforas indiretas já usadas antes na notícia, respectivamente “o MPF” e “os procuradores”.

A propina do esquema, que, em regra, equivalia a 1% do valor total dos contratos, era repassada de três formas, ainda de acordo com **o MPF**:

- Entrega de dinheiro em espécie;
- Pagamento de despesas pessoais dos agentes públicos;

- Operação de dólar cabo, usando transações cruzadas entre a Suíça e o Brasil para depósito em conta oculta de Krummenauer naquele país.

Ao se referir ao pagamento de propina por meio de despesas pessoais, a denúncia descreve compras de móveis feita por Marivaldo e entregues na casa de Edison, em 2011 e 2012, que totalizaram mais de R\$ 50 mil. Para **os procuradores**, não há justificativa lícita para a transação.

Nesse sentido, as escolhas remissivas para se tratar e referir tanto à “Lava Jato” quanto à “nova sentença” são importantes para a construção da progressão textual e para a compreensão da ideia apresentada. De forma especial, destacamos a importância entre a relação da primeira e da segunda sentença, pois é apenas essa transição que torna possível a plena compreensão da nova sentença de forma a representar os passos dados pela investigação da 40ª fase para a 78ª. A fim de melhor visualizar as formas remissivas encontradas, apresentamos a seguir as cadeias referenciais de cada referente textual

#### Cadeia referencial de “Lava Jato”

Referente textual	Anáforas – formas de retomada
<b>Lava-Jato</b>	O ex-juiz Sergio Moro
	A Operação Lava Jato
	O juiz Luiz Antônio Bonat
	O então juiz Sergio Moro
	A Lava Jato
	A 40ª fase da operação, batizada de “Asfixia”
	Essa etapa
	O Ministério Público Federal (MPF)
	Bonat
	Moro
	O MPF (2)
	Os procuradores (3)
	A força-tarefa

Fonte: A pesquisadora.

As oito formas de remissão a empresas investigadas ampliam o detalhamento a respeito delas, mantendo-as em foco, ao passo que especificam características tanto de “empresas” quanto trazem informações sobre “serem investigadas”, noção obtida de “investigadas”.

#### Cadeia referencial de “nova sentença”

Referente textual	Anáforas – formas de retomada
<b>Nova sentença</b>	A sentença
	A segunda do processo
	A primeira
	O processo
	A primeira sentença
	A investigação

Fonte: A pesquisadora.

O processo de (re)categorização de “Operação Lava Jato” na notícia envolve 5 anáforas diretas e 11 anáforas indiretas, as quais se relacionam três a Sérgio Moro, duas a Luiz Antônio Bonat, três ao Ministério Público Federal e três a procuradores. Assim, nota-se, como já tratado na segunda análise (também retirada do portal de notícia *G1*), que a manutenção do referente textual “Lava Jato” não ocorre somente com a referência direta ao nome da força-tarefa, mas também por meio da menção aos envolvidos, sejam pessoas ou instituição, no processo investigativo.

Notamos, com as análises dos textos de 2020, que as menções à Operação Lava Jato não ocorrem de forma similar. No texto publicado no *O Globo* em 16 de março de 2020, a recorrência de referências diretas à Lava Jato é superior à recorrência obtida no texto publicado no *G1* em 01 de dezembro de 2020.

Ainda que as duas matérias tenham anáforas indiretas, nota-se que a presença dessa modalidade remissiva é mais profunda no texto do *G1*, que usa, inclusive, a referência aos juízes como um recurso de organização dos conteúdos de forma a estabelecer a compreensão do tema principal. Em linhas gerais, nota-se na última análise, do *G1*, que em dado momento da notícia é inevitável a relação entre os dois referentes textuais analisados “Lava Jato” e “novas sentenças”, pois as formas remissivas que se referem à operação atuam como organizadoras das informações

que irão compor a remissão de “novas sentenças”, processo que exige do leitor um processamento de informações mais elevado.

Dessa forma, na análise do *G1* de 2020, constatamos que as anáforas indiretas aplicadas exigem um maior nível de compreensão do assunto por parte do leitor e isso acontece não apenas para que ocorra a compreensão da retomada de um mesmo referente, mas para que se entenda a relação que se estabelece com as retomadas da operação e do referente textual que compõe o tema.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado permitiu compreender não apenas o aspecto coesivo criado pela coesão referencial nem somente a atuação na argumentatividade das expressões nominais como estratégia de (re)categorização de referentes textuais, foi possível compreender, também, a forma como a Operação Lava Jato foi desenhada pelo jornal *O Globo* e pelo portal de notícias *online G1* no ano de 2014, início da operação, e no ano de 2020, momento crucial de transição da força-tarefa. O salto histórico de seis anos nas análises permitiu, além de confirmar os aspectos linguístico-textuais averiguados na elaboração textual e na construção dos sentidos, verificar como o processo investigativo foi visto e apresentado por dois fortes canais midiáticos brasileiros.

A progressão textual gerada e proporcionada pela coesão referencial é rica por ir muito além de um fator de textualidade, a referenciação efetivamente contribui para que se vislumbre a composição argumentativa dos referentes textuais analisados. Mais do que isso, as cadeias referenciais geradas nos auxiliam a desfazer a ideia de que houve grande alteração na forma de se referir à Operação Lava Jato com o decorrer do tempo. Nota-se que houve, no máximo, um direcionamento distinto de foco de acordo com o momento vivido pela investigação.

Em 2014, no *O Globo*, a Polícia Federal foi o que representou a Lava Jato e, no *G1*, ainda com a presença da Polícia Federal, a Operação Lava Jato já tomou forma, tendo seu nome mais aparente e, de forma especial, abrindo-se espaço para que as anáforas indiretas se manifestassem por intermédio de referências aos envolvidos no processo investigativo, de forma especial por meio do delegado Igor de Paula, de menção a policiais e procuradores e, por fim, por meio do nome do então ex-juiz Sérgio Moro, figura de destaque ao longo da força-tarefa. Em relação ao referente textual que representa o tema central de cada matéria, nesse ano não houve relação de dependência direta com a Lava Jato, teve-se a indicação de investigados, tendo-se Evanildo Quadrado e empresas investigadas, respectivamente, como os focos temáticos.

Seis anos depois, em 2020, já existe uma dependência maior e mais direta entre a Operação Lava Jato e os referentes temáticos analisados em cada texto. O

jornal *O Globo* ocupou-se de apresentar o balanço da operação, usando uma quantidade inferior de anáforas indiretas para se remeter à força-tarefa movida, possivelmente, pela necessidade de, no momento, colocar em questão o processo de alteração de estado da Lava Jato. É possível observar que o foco temático se direciona a colocar em questão o ponto de saída do estado do Paraná e ida para o estado de São Paulo, delimitando o desempenho da operação entre os dois lugares. No caso, a matéria de *O Globo* destaca a Lava Jato dentro do próprio tema. Já o *G1* apresenta uma Operação Lava Jato que é representada por anáforas indiretas, tendo como balizadores da investigação, de forma especial, o então ex-juiz Sérgio Moro, novamente presente, e o atual da 13ª Vara Federal de Curitiba, juiz Luiz Antônio Bonat. É interessante como o uso dos juízes na notícia ordena a relação temática também, pois para que se compreenda a “nova sentença”, é necessário ordenar temporalmente os fatos sentenciados por Moro e, depois, por Bonat. Dessa forma, os nomes do ex-juiz e do juiz surgem como organizadores temporais que atuam diretamente na compreensão do tema.

Com isso, nosso estudo evidenciou que o processo de referenciação é basilar na construção dos sentidos do texto, sentido que se altera com o decorrer do tempo, alterando-se e aprofundando-se em relação às possibilidades de referenciação. Portanto, constatamos que os objetos de discurso se transformam ao longo do texto, conforme os propósitos argumentativos do produtor e conforme o fluxo dos fatos possibilitam outro desdobramento e outra representação referencial.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Perseu. Significado político da manipulação na grande imprensa. In: ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- ACHARD, Pierre [et al.]. *Papel da memória*. Tradução e introdução: José Horta Nunes – 5ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.
- ARBEX JR, José. Apresentação. In: ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- Beaugrande, Robert de & Dressler, W. U. *Introduction to text linguistics*. London: Longman, 1981
- BRASIL. Ministério Público Federal. *Caso Lava Jato*. Disponível em <<http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso>>. Acesso em 02 de março de 2021.
- CAMACHO, Roberto Gomes; DALL'AGLIO, Marize Mattos; GONÇALVES, Sebastião Carlos. O substantivo. In: ILARI, Rodolfo (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil*: volume III: palavras de classe aberta. São Paulo: Contexto, 2014.
- CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *Os sentidos do texto*. 1. ed., 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021.
- CUNHA, Celso Ferreira; CINTRA; Luis Filipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.
- G1. *Empresas investigadas têm contratos bilionários com a Petrobras*. 14/11/2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2014/11/empresas-suspeitas-de-corrupcao-e-cartel-sao-investigadas-na-lava-jato.html>>. Acesso em: 18/06/2021
- G1. *Lava Jato: Em nova sentença, dois ex-gerentes da Petrobras e outras três pessoas são condenadas*. 01/12/2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2020/12/01/lava-jato-em-nova-sentenca-dois-ex-gerentes-da-petrobras-e-outras-tres-pessoas-sao-condenadas.ghtml>>. Acesso em: 23/04/2022
- HERNANDES, Nilton. *A mídia e seus truques: o que o jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2021.
- KOCH, Ingedore Villaça. *As tramas do texto*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2020.
- KOCH, Ingedore Villaça. *A coesão textual*. 22. ed., 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Escrever e argumentar*. 1. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018a.
- KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 3. Ed., 13ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018b.

KOCH, Ingedore Villaça. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

KOCH, Ingedore Villaça. *O texto e a construção dos sentidos*. 10. ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A coerência textual*. 18. ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina; (Org.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2020.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Linguística de texto: o que é e como se faz?* São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Caso Lava Jato*. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato>>. Acesso em: 26/03/2021.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Daniele. Construção dos objetos e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In CALVACANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi; CIULLA, Alena; (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2019. (Clássicos da Linguística).

O GLOBO. *Condenado no mensalão é preso em ação da PF*. 18/03/2014. País. Página 7.

O GLOBO. *O balanço da Lava-Jato*. 16/03/2020. País. Página 10.

POLÍCIA FEDERAL. *Operação Lava Jato*. Disponível em> 7890<<http://www.pf.gov.br/imprensa/lava-jato>>. Acesso em: 26/03/2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23 ed. e rev. atual. – São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília P. de; KOCH, Ingedore Villaça. *Linguística aplicada ao português: sintaxe* 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

# Condenado no mensalão é preso em ação da PF

**Invaldo Quadrado, que cumpre pena alternativa, é acusado de lavar dinheiro; quadrilha atuava no país e no exterior**

LUIS LOMBA\* e JAILTON DE CARVALHO  
opaís@oglobo.com.br

— CURITIBA E BRASÍLIA. — A Polícia Federal prendeu ontem 24 pessoas acusadas de participar de uma organização criminosas que tinha o objetivo de lavar R\$ 10 bilhões oriundos de desvio de dinheiro público, tráfico de drogas e contrabando de pedras preciosas. Um dos presos é Invaldo Quadrado, ex-sócio da corretora Bônus-Barival, já condenado por envolvimento no escândalo do mensalão a cumprir penas alternativas. Quadrado foi preso em Assis, no interior de São Paulo. A PF não deu detalhes sobre a participação dele no esquema.

A Operação Lava-Jato é consequência da prisão do empresário André Santos, em dezembro de 2013, com US\$ 289 mil e R\$ 13.950 escondido nas meias. Santos é réu em ação na qual é acusado de fazer parte do braço financeiro de uma quadrilha de libaneses especializada em contrabandear produtos do Paraguai, operando um esquema de lavagem. Entre os presos está o doleiro Alberto Youssef, de Londrina, que foi detido em um hotel no Maranhão. Segundo a PF, o hotel Blue Tree, em Londrina, que pertence ao doleiro, foi sequestrado pela Justiça. O estabelecimento continua funcionando normalmente.

Quatrocentos policiais foram destacados para cumprir as prisões e também 81 mandados de busca e apreensão em 17 cidades, em seis estados: Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul,

Mato Grosso e Rio de Janeiro, além do Distrito Federal. A base da operação da PF foi Curitiba. Em entrevista, os delegados envolvidos na Operação Lava-Jato não quiseram comentar as prisões efetuadas. Entre os bens da quadrilha apreendidos estão um carro Camaro amarelo, um cofre repleto de cédulas de reais e dólares; e obras de arte, relógios e joias.

De acordo com a PF, o grupo atuava para beneficiar quadrilhas que procuravam doleiros para um esquema de lavagem de dinheiro. Eles usavam empresas de fachada na China para simular operações de importação e exportação e enviar o dinheiro para fora do Brasil. O dinheiro remetido ao exterior era reenviado aos bandidos por meio de transferências para contas no exterior ou no Brasil.

No DF, foram presos três suspeitos, um deles dono de um dos maiores postos de combustíveis da área central de Brasília, próximo à Torre de TV, onde também funciona uma lavanderia e uma casa de câmbio. Os mandados foram expedidos pela Justiça Federal no Paraná. Foram cumpridas também ordens de sequestro de imóveis, além da apreensão de patrimônio adquirido por meio de práticas criminosas e bloqueio de contas e aplicações bancárias.

No Paraná, 40 policiais cumpriram dois mandados de prisão, seis de condução coercitiva e nove de busca e apreensão em Curitiba, São José dos Pinhais, Londrina e Foz do Iguaçu. Também foram cumpridos 81 mandados de busca e



**Cofre cheio.** Quadrilha lavava dinheiro vindo do tráfico, fazia contrabando e desviava verba pública



**Esportivo.** Camaro da quadrilha, um dos bens apreendidos pela PF na Operação Lava-Jato

apreensão, além de ordens de sequestro de imóveis de alto padrão, apreensão de patrimônio e bloqueio de dezenas de contas e aplicações bancárias.

— São pessoas que, por meio da compra e venda de grandes quantias em dólares, faziam a lavagem desse dinheiro de diversas maneiras, inclusive criando empresas fictícias no Brasil e no exterior, fazendo compras fictícias e encaminhando esse dinheiro para fora do País — disse o chefe da Comunicação da PF no Paraná, Paulo Gomes da Silva.

Foram cumpridos mandados em São Paulo, Mairiporã, Votuporanga, Vinhedo, Assis e Indaiatuba, em São Paulo; Brasília, Águas Claras e Taguatinga Norte, no Distrito Federal; Porto Alegre, no Rio Grande do Sul; Balneário Camboriú, em Santa Catarina; Rio de Janeiro; e Culabá, no Mato Grosso. (*Especial para O GLOBO*) •

NA WEB  
globo/lt/sjow  
Veja mais fotos na Operação Lava-Jato da Polícia Federal

## Ex-corregedor vê 'inegável excesso' no Carandiru

**Começa a quarta etapa do julgamento, com 12 PMs no banco dos réus**

— SÃO PAULO. — O desembargador Fernando Torres García, juiz corregedor dos presídios da capital paulista na ocasião do massacre do Carandiru e primeira testemunha de defesa ouvida ontem no quarto bloco de julgamento de PMs réus do processo, disse que uma sindicância realizada após a morte de 111 presos na Casa de Detenção de São Paulo, em 2 de outubro de 1992, apurou que houve "inegável excesso" na entrada da Polícia Militar no pavilhão 9.

O desembargador ressaltou, que a incursão da PM no prédio foi necessária para conter uma briga de presos de duas facções rivais, mas que "isso não tem nexo com o resultado da ação".

— Apuramos que houve inegável excesso (da PM). E que cada um respondeu pelo que aconteceu — disse.

A segunda testemunha de defesa ouvida foi o ex-agente penitenciário Maldiney Antônio de Jesus, hoje investigador de polícia. Ele disse que, em dois anos de trabalho na Casa de Detenção, nunca apreendeu armas de fogo com presos, mas que já ouviu relatos de apreensões do tipo.

No dia do massacre, a PM disse ter recolhido 13 armas de fogo com os detentos. Maldiney disse que os pavilhões considerados mais perigosos no Carandiru eram o 7 e o 8, e não o 9, onde ocorreram as mortes. •



**Ideias.** Frejat defende a nova lei, mas Lobão diz que ela tem viés autoritário

## Frejat e Lobão divergem no STF sobre direitos autorais

Depois de audiência pública, Fux diz que Ecad deve entrar na pauta do Supremo este ano

— Vamos entregar o galinheiro para a raposa? Vamos dar para esse que é um dos governos mais corruptos da História? — bradou Lobão.

Frejat fez uma defesa enérgica

Ótimas oportunidades para nível médio e superior. Prepare-se.

# Conquiste o seu emprego na carreira pública. Você pode!

Técnico Judiciário  
**R\$4.222 mensais**  
Só nível médio.

Saia na frente. Comece a se preparar para conquistar seu emprego definitivo.

PRF: agente administrativo  
**R\$3.689 mensais**  
Só nível médio.

Editais para o concurso sai nos próximos dias. Não perca tempo. A hora é essa!

## Anexo 02

14/11/2014 11h15 - Atualizado em 14/11/2014 15h40

# Empresas investigadas têm contratos bilionários com a Petrobras

Operação Lava Jato investiga esquema de lavagem e desvio de dinheiro. Apenas com a Petrobras, empresas têm contratos que somam R\$ 59 bi.

Adriana Justi e Bibiana Dionísio

Do G1 PR



Coletiva de imprensa na sede da Polícia Federal explica a sétima fase da Operação Lava Jato (Foto: Adriana Justi/G1)

As apreensões, diligências, quebras de sigilo e depoimentos – colhidos durante toda a Operação Lava Jato – produziram um material robusto que prova o envolvimento de nove empreiteiras com formação de cartel e desvio de recursos para corrupção de entes públicos, segundo a Polícia Federal (PF). O delegado Igor Romário de Paula afirmou que, apenas com a Petrobras, essas empreiteiras têm contratos que somam R\$ 59 bilhões. Boa parte destes contratos estão sob avaliação da Receita Federal, do Ministério Público Federal (MPF) e da Polícia Federal. Nesta sexta-feira (14), a polícia deflagrou a sétima fase da Lava Jato em cinco estados e no Distrito Federal. Durante todo o dia serão cumpridos mandados de busca e apreensão e de prisão.

A Lava Jato foi desencadeada em março deste ano e revelou um esquema bilionário de lavagem de dinheiro. Ao todo, devem ser cumpridos 85 mandados em cidades do Paraná, **Minas Gerais**, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Distrito Federal. Os mandados foram expedidos pela Justiça Federal do Paraná, responsável pelas investigações. Já haviam sido presos o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo

Roberto da Costa e o doleiro Alberto Youssef, acusado de comandar o esquema. Costa cumpre a prisão em domicílio no Rio de Janeiro e o doleiro está preso na sede da PF, em Curitiba. Segundo a polícia, dois investigados nesta fase têm ligação com Youssef. "Nós trabalhamos desde o começo com foco específico na atuação de doleiros, no processo de movimentação financeira de dinheiro de recursos de origem ilícita focado nos doleiros e na lavagem desses ativos. A investigação vem avançando e completa na segunda-feira (17) oito meses. A fase desta sexta-feira tem o objetivo de buscar mais elementos de algumas empresas envolvidas, empresas para as quais os elementos de provas colhidos até agora são bem robustos", acrescentou Igor de Paula.

Até as 11h, foram cumpridos 49 mandados de busca e apreensão – em residências e escritórios de advocacia – quatro de prisão preventiva, 14 de prisões temporárias e seis de condução coercitivas.

Nesta fase, 27 pessoas devem ser presas, segundo a PF. Entre as prisões já realizadas está a do ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque. Indicado pelo PT para o cargo de alto escalão, ele foi preso em sua residência, no Rio de Janeiro, e conduzido para a superintendência local da PF. Também foram expedidos, segundo a Polícia Federal, mandados de prisão de funcionários das empresas Camargo Correa, OAS, Mendes Junior, Engevix e Galvão Engenharia, UTC e IESA, além de mandados de busca e apreensão nas sedes das empresas Queiroz Galvão, IESA, Galvão Engenharia, Camargo Correa, OAS, UTC/Constran, Odebretch, Mendes Júnior e Engevix.

As prisões foram direcionadas aos executivos das empreiteiras, que participaram dos contratos. "As pessoas investigadas tinham o hábito de dormir em hotéis, em outros apartamentos. Eles tinham a intenção de ficar fora de casa, temendo que essa a operação fosse realizada", disse Igor de Paula. Conforme o delegado, houve também a prisão de alguns agentes secundários, suspeitos de envolvimento no transporte de valores para doleiros e no processo de lavagem de ativos.

Em Curitiba, são dois mandados de busca e apreensão e um de prisão preventiva, direcionado a um empresário de uma das empresas investigadas, que tem contratos com a Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), em Araucária, na Região Metropolitana de Curitiba, e com a Abreu e Lima, em Pernambuco. Os mandados de busca foram cumpridos, já o de prisão está em aberto porque o empresário não foi localizado. A polícia não divulgou o nome deste empresário e nem qual seria o envolvimento dele nos esquemas investigados pela Lava Jato.

Todos os investigados que ainda não foram encontrados, esclareceram os delegados, já tiveram seus nomes registrados no sistema da Polícia Federal e estão impedidos de

deixar o país. Os nomes dos investigados com mandado de prisão preventiva também foram incluídos na lista de alerta vermelho da Interpol.

A ação conta com 300 policiais federais, com apoio de 50 servidores da Receita Federal. A Lava Jato também desarticulou crimes de evasão de divisas e pagamento de propinas que operava inclusive dentro da Petrobras. Segundo a PF, foi decretado o bloqueio de aproximadamente R\$ 720 milhões em bens pertencentes a 36 investigados. Além disso, o juiz federal Sérgio Moro, que está julgando a Lava Jato na primeira instância, autorizou o bloqueio integral de recursos financeiros de três empresas que seria de propriedade de um dos operadores do esquema criminoso.

Os principais contratos sob suspeita são a compra da refinaria de Pasadena, nos EUA, que teria servido para abastecer caixa de partidos e pagar propina, e o da construção da refinaria de Abreu e Lima, em Pernambuco, da qual teriam sido desviados até R\$ 400 milhões. De acordo com a polícia, também há contratos da Refinaria Presidente Getúlio Vargas, em Araucária, na Região Metropolitana de Curitiba.

#### **Delações premiadas**

Na última terça-feira (12), o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, afirmou que, ao menos, nove pessoas já concordaram em colaborar com as investigações da Operação Lava Jato com a delação premiada. Além disso, outras já se interessaram em apontar nomes de envolvidos e fatos relacionados ao suposto esquema de pagamento de propina a políticos a partir de contratos da Petrobras, foco da investigação.

O Supremo Tribunal Federal (STF) já homologou a delação premiada do ex-diretor de Refino e Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa. Janot relatou que há outras três delações concluídas e prontas para serem homologadas.

Além disso, informou o chefe do Ministério Público, mais “cinco ou seis” colaboradores estão negociando acordo semelhantes com os procuradores responsáveis pelo caso, entre eles o doleiro Alberto Youssef, apontado como um dos líderes da organização criminosa.

País



DÉCADA DE RUPTURAS

Entrevistas ajudam a entender como o país mudou

Dez convidados falaram sobre o passado recente do Brasil [glo.bo/2w9i0ll](http://glo.bo/2w9i0ll)

SEIS ANOS DEPOIS

# O BALANÇO DA LAVA-JATO

## Operação, próxima do fim em Curitiba, ainda tenta engrenar em São Paulo

GUSTAVO SCHMITT  
E DIMITRIUS DANTAS  
spais@folha.com.br  
SÃO PAULO

Após completar seis anos amanhã, a mais longa operação de combate à corrupção do país se vê em meio a uma série de desafios legais e mudanças na legislação. O avanço das investigações também não tem um ritmo uniforme em todo o país. Enquanto a Lava-Jato do Paraná dá sinais de caminhar para o seu final, em São Paulo ela ainda tenta engrenar e passa novamente por mudanças.

No estado, até agora, foram nove denúncias apresentadas, em comparação às 113 do Paraná. Quatro pessoas foram condenadas, enquanto a Lava-Jato de Curitiba conseguiu 159 condenações.

No Ministério Público Federal paulista, uma nova procuradora assumiu os casos da operação no último dia 13: Viviane de Oliveira Martinez.

Em São Paulo correm investigações de desdobramentos da delação da Odebrecht, sobretudo os que atingem o PSDB. Alguns deles, no entanto, não ficarão sob a alçada do MPF, mas da Procuradoria Eleitoral do estado. A mudança ocorreu após a decisão do Supremo que atribuiu à Justiça Eleitoral a competência para julgar casos de corrupção e lavagem de dinheiro relacionados a caixa dois.

O promotor responsável pelos casos na Justiça Eleitoral é Fábio Ramazzini Bechara. No início deste ano, o Ministério Público nomeou quatro promotores para auxiliá-lo.

**INOVAÇÕES**

Desde que começou, em março de 2014, a Lava-Jato do Paraná foi responsável por inovações que receberam apoio e críticas de especialistas do Direito, além de mudanças na legislação.

A principal discussão gira em torno da possibilidade de prisão após condenação em segunda instância. O enten-



WESLEY A. MELLO/EP/213.2019



“Os juízes são servos da lei. Só podem fazer o que a lei manda”

Eros Grau, ex-ministro do STF

“A delação já existia antes da Lava-Jato, mas timidamente. Agora, é preciso que ela seja aperfeiçoada”

Carlos Velloso, ex-ministro do STF

dimento sobre o tema foi revisado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) duas vezes nesse período e hoje é discutido no Congresso Nacional.

Por outro lado, a operação recebe críticas das defesas dos réus ao promover o endurecimento de penas para processados por corrupção e, na visão dos advogados, abusar das prisões preventivas. A reação levou à Lei de Abuso de Autoridade, que impõe penas duras para magistrados e integrantes do Ministério Público e da Polícia.

A Lava-Jato também apresentou outra novidade: passou a atrelar os benefícios eventualmente concedidos aos réus de colarinho-branco à devolução do dinheiro roubado para o poder público. Também foi marcante o uso do instrumento da delação premiada.

**OS NÚMEROS DA LAVA-JATO**

Ações penais:	116
Denúncias apresentadas:	113
Condenados:	159
Delações premiadas:	49
Número de operações:	69
Prisões temporárias:	162
Prisões preventivas:	165
Buscas e apreensões:	1.302
Condições coercitivas:	227
Recuperação (em reais):	14,3 bi

Ex-ministro do STF, Carlos Velloso considera que o alcance da operação foi inédito: — A delação já existia antes da Lava-Jato, mas timidamente. Agora, é preciso que ela seja aperfeiçoada, porque também havia a divulgação antes da hora. Isso não pode ocorrer.

Entre outros impactos citados pelo ministro está também a criação de forças-tarefas integradas que in-

cluam não só membros do Ministério Público e da Polícia Federal, como também de órgãos de controle.

**CRÍTICAS A MÉTODOS**

Por outro lado, os métodos utilizados pela operação também geraram efeitos colaterais. O Supremo mudou seu entendimento sobre a ordem da apresentação de alegações finais de delatores e delatados. A medida provocou a anulação da sentença de Aldemir Bendine, ex-presidente da Petrobras e do Banco do Brasil, e fez com que o processo que o ex-presidente Lula responde no caso do instituto que leva seu nome voltasse às alegações finais.

Há ainda outros desafios para a operação, como a Lei de Abuso de Autoridade e o pacote anticrime, recentemente aprovados no Legislativo.

O advogado Pierpaolo Bottini, que defendeu réus da Lava-Jato, avalia que a operação cometeu abusos, como o uso da condução coercitiva e o vazamento de informações:

— Foram questões levadas aos tribunais superiores, mas demorou dois anos para que eles começassem a perceber e limitar essas arbitrariedades.

O ministro aposentado do STF Eros Grau ressaltou que os procuradores e juízes não podem ir além da lei.

— Os juízes são servos da lei. Só podem fazer o que a lei manda. Para que você tenha a possibilidade de alterar algum dispositivo, quem pode fazê-lo é somente o Legislativo, e não o Judiciário. Quanto ao Ministério Público, o que ele tem que fazer é estritamente atuar nos quadros da lei. Não pode fazer o chamado Direito alternativo — afirmou.

**Ação em São Paulo.**

Policiais esperam o ex-presidente Michel Temer chegar ao Aeroporto de Cumbica, em Guarulhos, após ser preso sob acusação de ser o líder de uma organização envolvida em peculato e lavagem de dinheiro

# Lava Jato: Em nova sentença, dois ex-gerentes da Petrobras e outras três pessoas são condenadas

Um terceiro ex-gerente foi absolvido novamente; condenação de 2018, proferida pelo ex-juiz Sergio Moro, tinha sido anulada após decisão do STF. Caso investigou pagamento de R\$ 29,6 milhões em quatro contratos da estatal.

Por G1 PR — Curitiba

01/12/2020 22h30

Atualizado há um ano



Dois ex-gerentes da Petrobras e outras três pessoas são condenadas — Foto: GloboNews/Reprodução

Dois ex-gerentes da Petrobras e outros três representantes das empresas Akyzo, Liderrol e Andrade Gutierrez foram condenados por crimes de corrupção e lavagem de dinheiro em processo da Operação Lava Jato. *Veja os nomes e as penas mais abaixo.*

A sentença do juiz Luiz Antônio Bonat, da 13ª Vara da Justiça Federal de Curitiba, é desta terça-feira (1º). Essa foi a segunda do processo, visto que a primeira, ainda do então juiz Sergio Moro, de fevereiro de 2018, acabou sendo anulada após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em outubro de 2019, os ministros da Suprema Corte decidiram que réus delatados apresentam alegações finais após delatores - e não ao mesmo tempo -, a fim de assegurar direito à ampla defesa.

O processo da Lava Jato é derivado da 40ª fase da operação, batizada de "Asfixia", deflagrada em maio de 2017. Essa etapa investigou o pagamento de R\$ 29,6 milhões em quatro contratos da Petrobras.

Um terceiro ex-gerente da estatal foi absolvido novamente. O Ministério Público Federal (MPF) chegou a denunciar os réus também por organização criminosa, mas Bonat - assim como Moro - resolveu absolvê-los do crime.

Em relação à primeira sentença, as penas tiveram variação de meses para mais ou para menos. Parte dos réus chegou a ficar presa no decorrer das investigações.

#### **Veja abaixo pelo que cada um foi condenado:**

- **Márcio de Almeida Ferreira** (ex-gerente da Petrobras): a 10 anos e 15 dias de reclusão e 210 dias-multa por corrupção passiva e lavagem de dinheiro;
- **Edison Krummenauer** (ex-gerente da Petrobras): corrupção passiva e lavagem de dinheiro; por ser delator, ele deve cumprir pena prevista no acordo de delação.
- **Luis Mario da Costa Mattoni** (executivo da Andrade Gutierrez): corrupção ativa e lavagem de dinheiro; por ser delator, ele deve cumprir pena prevista no acordo de delação.
- **Marivaldo do Rozario Escalfoni** (empresário da Akyzo): a 13 anos e 11 meses de reclusão por corrupção ativa e lavagem de dinheiro e 334 dias-multa;
- **Paulo Roberto Fernandes** (empresário da Liderroll): a 13 anos e 11 meses de reclusão por corrupção ativa e lavagem de dinheiro e 334 dias-multa.

Os condenados devem, ainda, pagar no mínimo R\$ 25,2 milhões para a estatal a título de reparação de danos.

Maurício de Oliveira Guedes foi novamente absolvido da acusação de corrupção passiva. Todos os réus foram absolvidos da suposta prática de organização criminosa.

A defesa de Luis Mario da Costa Mattoni informou que não irá se manifestar. De acordo com o advogado de Edison Krummenauer, Renato Neves Tonini, a defesa irá recorrer da decisão e se manifestará nos autos do processo.

O **G1** aguarda retorno das defesas de Márcio de Almeida Ferreira, Paulo Roberto Fernandes e Marivaldo do Rozario Escalfoni.

#### **A denúncia**

A investigação se baseou em provas obtidas por meio de quebras de sigilo telemático, bancário e fiscal dos envolvidos, como também pelos depoimentos de outros ex-gerentes da Petrobras e empreiteiros que firmaram colaboração premiada com o MPF.

De acordo com os procuradores, a Akyzo e a Liderrol faziam contratos falsos com fornecedoras tradicionais da Petrobras, como Andrade Gutierrez, Odebrecht, Carioca Engenharia e Queiróz Galvão, para intermediar e repassar as propinas a funcionários da estatal.

Foi nas contas dessas empresas que a força-tarefa encontrou registro de créditos de mais de R\$ 150 milhões, após a quebra do sigilo bancário.

#### **Veja abaixo quais as obras envolvidas na fraude, segundo a denúncia:**

- Gasoduto Catu-Pilar;
- GNL Baía da Guanabara/RJ;
- Terminal aquaviário de Barra do Riacho;

- Terminal de Regaseificação da Bahia;
- Montagem do gasoduto Urucu-Manaus (trecho Coari).

Conforme a denúncia, os empresários Escalfoni e Fernandes atuavam como intermediários entre as empresas que tinham interesse em obter contratos com a Petrobras e os funcionários corruptos.

Os ex-gerentes da estatal forneciam informações privilegiadas para as empresas indicadas pelos intermediários vencerem as licitações da área de Gás e Energia da Petrobras.

Para os procuradores, os empresários da Akyzo e Liderrol eram operadores do esquema.

“Esses operadores atuavam como verdadeiros lavadores de dinheiro profissionais, fazendo o dinheiro proveniente das empresas do primeiro núcleo [que tinham contratos com a Petrobras] chegar até os funcionários públicos corruptos do segundo núcleo”, diz a denúncia.

A propina do esquema, que, em regra, equivalia a 1% do valor total dos contratos, era repassada de três formas, ainda de acordo com o MPF:

- Entrega de dinheiro em espécie;
- Pagamento de despesas pessoais dos agentes públicos;
- Operação de dólar cabo, usando transações cruzadas entre a Suíça e o Brasil para depósito em conta oculta de Krummenauer naquele país.

Ao se referir ao pagamento de propina por meio de despesas pessoais, a denúncia descreve compras de móveis feita por Marivaldo e entregues na casa de Edison, em 2011 e 2012, que totalizaram mais de R\$ 50 mil. Para os procuradores, não há justificativa lícita para a transação.